Diário de Lisboa

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Pitelra Santos**

ANO 62.º N.º 2[illegible]
Janeiro 1983
Terça-feira
25
20$0

Enquanto Eanes examina crise com parceiros sociais e partidos

Banco de Portugal recomenda calma

Luís Judas chefiou a delegação da CGTP-IN na audiência desta manhã em Belém

Rocha Matos à frente da delegação da AIP que hoje se avistou com o Presidente da República

O Banco de Portugal recomenda calma, na situação actual, dado não haver razões para alarme nem «risco de ruptura financeira», para utilizarmos a expressão do Vice-Governador, Vaz Pinto, ontem divulgada.

Segundo Alexandre Vaz Pinto, um dos vice-governadores, da área da AD, no Banco Central, não obstante dever começar já a ser amortizado o empréstimo gigante contraído em 1978 pelo Governo PS/CDS, sob a égide do Fundo Monetário Internacional, apenas «algumas centenas de milhões de dólares são exigíveis este ano, havendo disponibilidades em divisas para lhes fazer frente.»

A dívida total de Portugal ao estrangeiro ronda já os 13 mil milhões de dólares (cerca de mil e 200 milhões de contos) dos quais dois mil milhões e meio de dólares são amortizáveis no médio prazo, através de esquemas graduais de pagamento.

O Banco de Portugal, através de uma fonte não identificada, informou a agência nacional de que também a impossibilidade de o Orçamento ser discutido na presente situação governativa pode ser suprida sem alarmes nem medidas excepcionais. A solução recomendada pelo BP é a iniciativa dos partidos representados na Assembleia da República para, através de legislação avulsa (criação de novos impostos) suprir os aumentos de rendimentos fiscais previstos no OGE/83 e cujo lançamento é impossível enquanto o documento não for aprovado na Assembleia.

Págs. 5 e 12

Governo de gestão: todos aguardam

PSD à espera do Conselho Nacional

CDS à espera de "clarificação de Eanes"

PCP à espera que a AD não fique

Págs. 4 a 7

PS à espera que a AD continue

De 1 de Fevereiro a 31 de Março

Tréguas renováveis entre Angola e a África do Sul

Págs. centrais

Com 83 anos

Morreu o realizador George Cukor

Pág. 16

Todos os sindicatos de acordo

Greve na Carris atingiu 100%

Amanhã pára o Metro e depois de amanhã a CP

Os autocarros, eléctricos e elevadores da Carris estão hoje completamente paralisados. Esta situação afecta centenas de milhares de pessoas já que a Carris transporta diariamente cerca de um milhão e meio de passageiros (considerando um passageiro cada viagem, independentemente de a mesma pessoa efectuar mais de uma). Segundo um porta-voz da Federação dos Sindicatos Rodoviário e Urbanos (FESTRU), estavam escalados para sair 678 autocarros e 211 eléctricos que ficaram nas instalações da empresa. O mesmo dirigente acrescentou que dos cerca de 8400 trabalhadores apenas estão a laborar 20 empregados administrativos, estando os restantes sectores paralisados a 100 por cento. O pessoal da Carris está em luta para exigir que a comissão administrativa apresente uma «tabela salarial negociável» no âmbito da revisão do acordo de empresa.

Recorde-se que enquanto a CA apresentou uma proposta de aumentos salariais que não vai além dos 14 por cento, os trabalhadores reivindicam aumentos globais de 28 por cento.

Pág. 13

O «DL-Informática», suplemento mensal do «DL» dedicado à vulgarização de temas informáticos, entra hoje no seu segundo ano de publicação. Em destaque nesta sua edição um microcomputador desenvolvido nos departamentos de física e de electrotecnia da Universidade de Coimbra, e que dentro em breve será comercializado no nosso país.

NATURA

FOI POSTO À VENDA O N.º 340 REFERENTE A JANEIRO

Se desejais evitar a doença e curar-vos dos vossos males, pelos meios puramente naturais, assinai já esta utilíssima revista de Higiene Geral e Alimentar de Saúde e Cultura Integral, podendo estar certos de que pelos ensinamentos recuperareis mais bem-estar e alegria de viver.

Director e Proprietário: **DR. INDIVERI COLUCCI**

Do sumário destacamos os seguintes artigos:

- 1983
- A eficácia continua na Medicina Natural
- A Cura da desintoxicação é a melhor profilaxia
- Desde os 12 anos a sofrer, mas aos 45 anos e após 5 meses de tratamento despontou a felicidade
- Saúde e beleza pela alimentação conveniente
- Os segredos do Corpo Humano
- Em defesa da saúde
- Uma alimentação sã é suficiente para nos proteger contra as doenças dos dentes?
- O Dr. Jong Suk Yum afirma que a comida natural até cura o cancro
- Medicinas Naturais
- 103.º Aniversário do Dr. Colucci, incansável timoneiro do seu Instituto
- Alimentação O Bom Garfo
- Um cereal pouco exigente: O TRIGO MOURISCO
- Etc., etc.

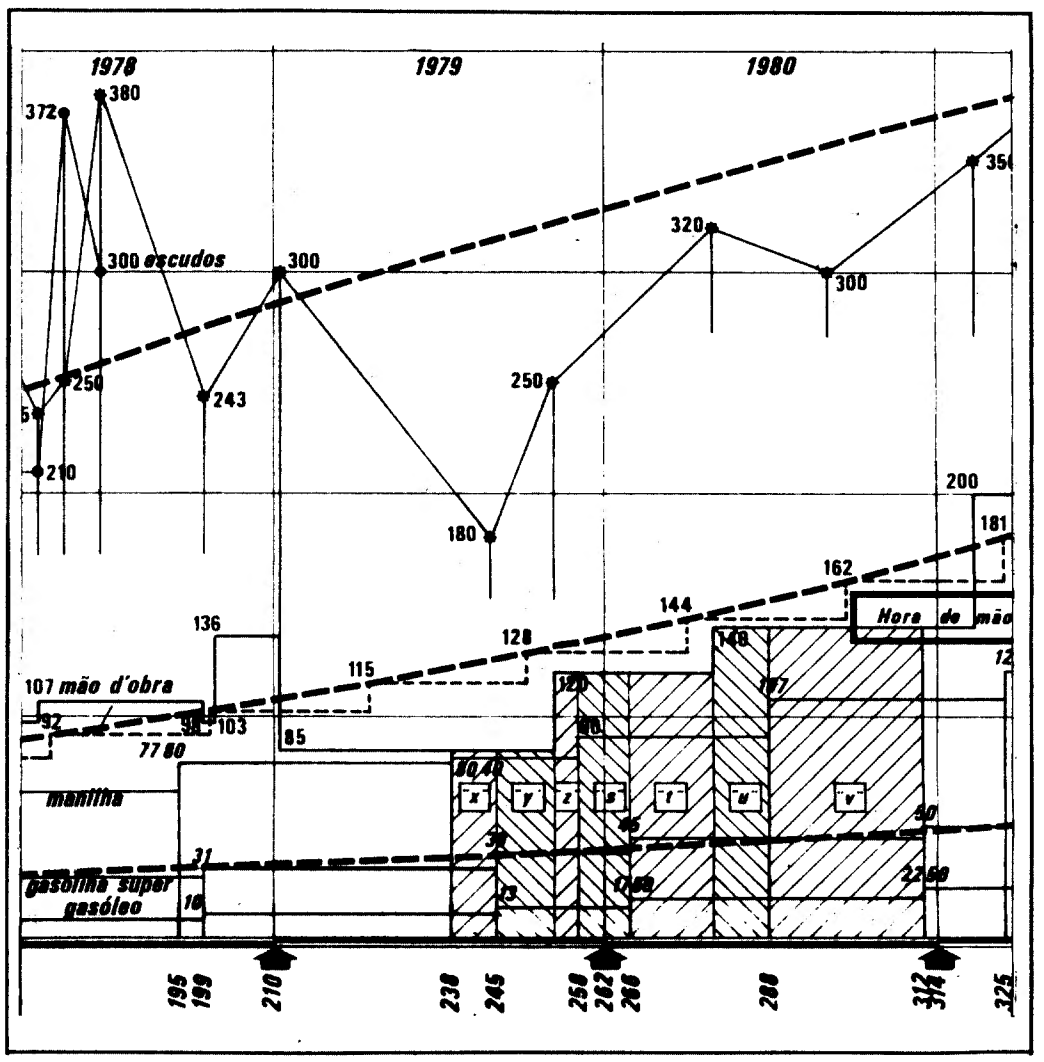
TODOS OS PEDIDOS DEVEM SER DIRIGIDOS A ESTA ADMINISTRAÇÃO

RUA ANTERO DE QUENTAL, 35 - 1.º (ao Intendente)
Telefone 55 64 98
Assinatura anual: 350$00 • Semestral: 200$00
Estrangeiro: 600$00 • Avulso: 35$00

Inflação e artifício em gestão pública

Damos continuidade ao nosso artigo de 18. Jan. com título comparável «Inflação, verdade e artifício em política». Este último termo na acepção em que hoje convertemos «política», subentendidamente gestora, tal como nesse artigo o interpretámos, em «gestão pública».

O gratico de hoje compreende, do anterior, o desenvolvimento em semanas (da 173, e não 210 como pensávamos, à 325, em vez de 314) de preços que classificamos de «reais». Isto é, de mercado: gasóleo, gasolina super, manilha de esgoto, mão-de-obra, orçamento para licitação de determinado trabalho (210, 372 e 300$) e cotação, nesse trabalho, de adjudicatário de obra (incluindo outros trabalhos) – 250, 380, 243, 300, 180$, etc.



Nota-se, então, que se o gasóleo, gasolina super e os dois outros fossem (o que vamos admitir na exposição que fazemos) componentes de encargos (o preço dos combustíveis afecta todos) do trabalho de obra cujos preços se representam poligonalmente (aqueles em «patamares»), aconteceria que nas faixas x, y, z, s, t, u, v, quando muda o preço de algum dos componentes escolhidos, o preço do custo do trabalho cujos encargos o compõem, deveria, admite-se, acompanhar de algum modo, em previsão ou estimativa de trabalho a executar, esses acréscimos. Acompanhar não, evidentemente, em soma simples dos preços unitários alterados, porquanto o trabalho composto, embora sempre o mesmo ao longo do desenvolvimento do gráfico (deste e do anterior de 18. Jan.) compreende, dos encargos, proporções determinadas e não unidades desses encargos.

Acontece, ainda, que muito embora o trabalho analisado seja sempre o mesmo, as condições locais que, normalmente divergem, como também a época do ano em que se executa a empreitada, o acesso ao estaleiro, as aptidões operárias (muito boa, boa, média, má, podia ainda admitir-se «muito má», se adoptássemos a escala de 5 pontos, como o propôs Rensis Likert (1) em investigação sociológica – escala pessoal graduada), o apetrechamento e a organização qualitativos do concorrente, etc., etc., as condições de cada obra, dizíamos, implicam ponderação económica, isto é, cientificamente observada e acautelada. Por outro lado, o preço unitário dado pelo concorrente pode variar (dentro de certos limites) porquanto um concurso de empreitada é, algumas vezes, um jogo (termo que utilizamos não pejorativamente) em que interesses económicos, financeiros e, portanto, comerciais, estão, também não pejorativamente, em jogo!

Ora bem, se, em parte principal, é assim, há que, ao submeterem-se empreitadas a concurso, ter um perfeito, permanente e actualizado controlo, sobre a variação inflacionária dos preços dos encargos parciais que constituem os diversos trabalhos de obras. Mas, dada a irregularidade poligonal que se verifica na 5.ª curva do gráfico (deste e do de 18. Jan.) pode parecer, e a nós é o que acontece, que as estimativas de licitação não são, em absoluto ou com a relatividade admissível, confiantes e seguras. O que se diria, por exemplo, se certo encarregado, ou director, de serviços ao apreciar o orçamento proposto para uma obra, propusesse ao orçamentista revisão desse orçamento, baixando deliberadamente o preço global de centenas ou de dezenas de contos, para que quem tivesse de o aprovar, um presidente ou vice-presidente, por exemplo se contentasse com o novo preço?

Sabendo-se, de antemão, que este último não aprovaria o orçamento inicial por ser demasiado oneroso ou incomportável.

Por impedir, por exemplo, realização de outras obras, assim comprometidas, por esgotamento ou estrangulamento de verbas destinadas, anualmente, a empreendimentos diversos.

Temos presente o relatório (Ag. 82) do eng.º F. S. Cândido da Costa sobre «Problemática e Formulação da Revisão de Preços (...), e dele recortamos, com a devida vénia, da pág. 7 (oitava, porque a 1.ª é a zero) da Introdução: «E quanto a preços unitários compostos para orçamentos?»

Que nós saibamos, ninguém os calcula hoje para esse efeito, a não ser os **construtores** (isto é os empreiteiros). Os que nós conhecemos são fornecidos por **estes,** compilados e divulgados por **outros** (veja-se Boletim «gth» n.º 41/42), que os utilizam e actualizam por ser fácil e não terem mais, vindo depois a ser utilizados para orçamentar os próprios projectos de **concurso público** a que normalmente **concorrem** os mesmos **construtores.** (parentesis nossos)

R. Toulson A. Leite

(1);Prestigioso fundador/director (1946/1971) do Institute for Social Research, de Ann Arbor, Michigan, USA, que frequentámos no Verão de 1966.

JUSTIFICAÇÃO

CARTÓRIO NOTARIAL DE ODEMIRA

Notário: — Lic. FERNANDO GALVÃO MARTINS LEITÃO

CERTIFICO NARRATIVAMENTE, para efeitos de publicação, que neste Cartório Notarial e no livro de notas para «escrituras diversas», N.º 115-A, de fls. 28 verso a fls. 32, se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, com a data de hoje, na qual Manuel Emídio ou Manuel Emídio José Castanho e sua mulher Maria Joana, casados segundo o regime de comunhão geral de bens, naturais, ele, da freguesia de Messejana, concelho de Aljustrel, ela, da freguesia de São Teotónio, concelho de Odemira, residentes no sítio do Freixial, freguesia de Vila Nova de Milfontes, concelho de Odemira, DECLARAM, que são donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrém, de um prédio misto denominado «FOROS DA PEREIRA», sito na freguesia de Vila Nova de Milfontes, concelho de Odemira, constituído por terreno com a área de oito hectares e mil duzentos e cinquenta metros quadrados, e ainda por casas térreas com três compartimentos para habitação e dependências; — prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Odemira, sob o número 8, 645, a fls. 87 do livro B-25; e aí, registado em nome dos justificantes, no livro G-dez, a fls. 100, sob o número 6.560, inscrito nas matrizes da freguesia de Vila Nova de Milfontes, sob o artigo rústico n.º 79 da Secção «L», e na urbana, sob o artigo n.º 301. — Sucede porém, relativamente à parte rústica do prédio e quanto à sua área, que por erro do cadastro, foi atribuído no mesmo, na primeira medição, a superfície de: — cinco hectares e nove mil e quinhentos metros quadrados, isto em 1951, que é a que consta do registo da sua descrição, na Conservatória do Registo Predial de Odemira; — porém, como reconhecem os próprios serviços do cadastro-caderneta predial rústica de 15 de Março de 1978—; o artigo número 79 da Secção «L», da freguesia de Vila Nova de Milfontes, tem a área de oito hectares mil duzentos e cinquenta metros quadrados, medida esta, que é aquela que a parte rústica do prédio sempre teve, há mais de quarenta anos; a actual medida constante do cadastro, corresponde assim, à sua revisão da primitiva área, que não estava exacta; — igualmente, tanto os justificantes, como os anteriores donos do prédio, há mais de quarenta anos têm cultivado o prédio, como se fosse coisa sua, à vista de toda a gente e sem oposição de ninguém, continuadamente, na área de oito hectares mil duzentos e cinquenta metros quadrados, que é aquela que o prédio sempre teve, pois nunca houve qualquer alteração das suas extremas; que independentemente de qualquer vício que enfermasse, o título de aquisição do prédio em causa, por parte dos justificantes, teriam adquirido por usucapião, nas circunstâncias relatadas, a área actualmente constante do artigo 79 da Secção «L», de oito hectares mil duzentos e cinquenta metros quadrados, que é aquela que há mais de quarenta anos, o prédio sempre teve.

ESTÁ CONFORME AO ORIGINAL.

CARTÓRIO NOTARIAL DE ODEMIRA, 20 de Janeiro de 1983.

O Escriturário Superior do Cartório Notarial de Odemira
ÂNGELO AUGUSTO FERREIRA DE SOUSA PRADO

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA 11.º JUÍZO

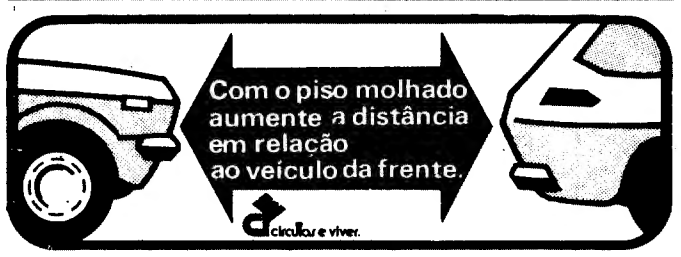
ANÚNCIO
2.ª Publicação

Proc.º 2002/1.ª Secção — ACÇÃO SUMÁRIA
Autora: AUTO INDUSTRIAL, SARL
Réu a citar: JJOSÉ RAFAEL PEREIRA NUNES, divorciado, funcionário Público, e com última residência conhecida na Rua A, à Rua D. João de Castro, lote 6, 3.º, Frente, em Lisboa.

O DOUTOR Fernando José Matos Pinto Monteiro, M.º Juiz de Direito neste 11.º Juízo Cível de Lisboa e 1.ª Secção;

FAZ SABER QUE por este Juízo e Secção correm éditos de TRINTA DIAS, que começarão a contar-se da data da publicação — 2.ª e última — deste anúncio, citando o réu acima identificado para no prazo de DEZ DIAS, findo o prazo dos éditos, contestar a acção sob pena de poderem vir a ser condenados no pedido que, em extracto é o seguinte: ser resolvido o contrato de compra e venda com reserva de propriedade e na correspondente entrega à A. do veículo automóvel MORRIS, modelo 1275-GT com matrícula IM-75-75 à mesma autora, e a perda a favor da mesma das quantias já pagas no valor de Esc.: 11 080$00, bem como no pagamento das custas e procurador legais, como tudo melhor consta do duplicado da petição que se encontra na secretaria deste Juízo à ordem do citando.

Lisboa, 6 de Dezembro de 1982
O Juiz de Direito
(Fernando José Matos Pinto Monteiro)
O Escrivão Adjunto
(António Silva Ribeiro)



LIVRE DE CANTO

A. Flores de Andrade

RAMALHO Eanes acabara de anunciar na TV a sua intenção de dissolver a Assembleia da República.

Um senhor esquálido, de barba «passa-piolho», cujo nome não recordo, figura importante do PSD – julgo até que vice-presidente – retrucou **apenas isto:** que a culpa de não termos um OGE aprovado não cabe a Francisco Balsemão (que se demitiu de primeiro-ministro) mas ao Presidente da República (porque aceitou a demissão).

Eu nem coloco um ponto de exclamação ao cabo da frase. Ponho um mero ponto final. Porque isto é realmente o fim e porque há políticos em Portugal que, digam o que disserem, façam o que fizerem, já não espantam ninguém.

Não sei se foi o mesmo senhor, ou outro mais sorridente do CDS, ou ambos – já pouco importa e cada vez menos distinguir – quem disse que isto de o general Eanes dissolver o Parlamento era uma ameaça à Democracia.

Ou seja: quem aprova uma Constituição democrática e nela dá poderes ao Presidente da República para um determinado acto, teme pela Democracia quando aquele, aliás **in extremis,** exerce esses poderes.

Até quando será possível a certos senhores da política continuarem a pensar que os portugueses são atrasados mentais? Ou de outro modo: até quando será possível a certos atrasados mentais continuarem a serem senhores da política em Portugal?

Não vou fazer aqui o plágio dos «Palhaços», de Francisco Sousa Tavares. Alerto apenas os partidos para a necessidade urgente, vital e patriótica de não fazerem da próxima campanha eleitoral um passeadouro dos incapazes, irresponsáveis, endeusados, balofos e monórdicos «políticos» que nos têm apoquentado nestes anos mais recentes.

A política portuguesa precisa de outra gente, de ideias novas, de honestidade, de clareza, de credibilidade.

É a altura de os partidos lavarem a cara, trazendo à liça as suas figuras ainda não (muito) chamuscadas na fogueira da vulgaridade, da incoerência, do descaramento, do discurso serôdio e da promessa incumprida.

Talvez que os Jorges Sampaios, as Helenas Rosetas, os Vitais Moreiras, os Lucas Pires que haverá, com estes e outros nomes, pelos partidos portugueses, tenham algo de novo, uma mensagem de esperança, uma imagem de seriedade, a transmitir aos milhões desencantados que nós somos.

Os partidos precisam de reabilitar-se perante o povo, para que possam reabilitar a Democracia por que o povo anseia, que não se confina à Liberdade de pensamento e de expressão.

«Não há Democracia sem Partidos» – é verdade. Mas também o não é menos afirmar que, em Portugal, a Democracia existe **apesar** dos partidos. Até quando – eis a questão.

A declaração do Presidente da República referente à dissolução do Parlamento e a campanha eleitoral que se avizinha deveriam abrir nos partidos um parêntesis de reflexão imperiosa. Mas enquanto tantos dirigentes políticos não **perdoarem** ao general Eanes a verticalidade, a honradez e o espírito de missão, temo bem que a reflexão não ocorra. E, nesse caso, é tempo de começar a temer por Portugal.

A autonomia dos «Estudos portugueses»

Mário António Fernandes de Oliveira

As particulares incidências que têm para Portugal e a sua cultura o conhecimento ou o esclarecimento que deles advenham aos países com que, por força das circunstâncias (idênticas, de resto, às de qualquer outro país) é obrigado a contactar de maneira mais ou menos durável ou profunda, colocam especiais responsabilidades às recém-criadas licenciaturas **autónomas** de Estudos Portugueses. O adjectivo, que é o que a lei exibe, logo faz ressaltar a sua não-confusão com prévias licenciaturas existentes em Faculdades de Letras, remetendo-a para um plano específico, que mais tem a ver com as Ciências Sociais e as Relações Internacionais. Efectivamente, mal se compreende que tal licenciatura **autónoma** não tenha nos seus **currícula** forma mais evidente de a demarcar das licenciaturas de Letras, pois certamente outro que não o do ensino e eventual investigação foi o objectivo da sua criação.

No relacionamento de qualquer país com outros, subsistem do ponto de vista cultural duas formas prevalentes de contacto: a do nacional no estrangeiro e a de estrangeiros no território nacional. De resto, de forma mais ou menos razoável, na diferença dos regimes, todos os países prosseguem essas mesmas vias, quer difundindo a sua própria imagem junto de outros países, não deixando que a mesma seja fabricada simplesmente por agências estrangeiras, e facultando a não nacionais o conhecimento do próprio país, com a finalidade última de obterem retratos mais objectivos da vida nacional. Toca, assim, a preparação de alunos em cursos, tais como o de Estudos Portugueses, áreas como as relações políticas entre Estados, a cooperação cultural internacional, a antropologia cultural, designadamente nas suas contribuições para a definição do carácter nacional próprio, insuficientemente contempladas, a nosso ver, nos actuais **currícula.** Não quer isto dizer que, num esforço de interdisciplinaridade, recorrendo à diferente preparação de base dos seus docentes e à diversidade de carreiras de investigação, se não possa atingir esse desiderato legitimamente prosseguido.

O carácter próprio das estruturas desses cursos que estão produzindo os primeiros licenciados, obriga a uma revisão da legislação para o ingresso preferencial em certas carreiras, como por exemplo a diplomática, que naturalmente se confronta com muita improvisação em campos tão sensíveis como o da difusão e da imagem da cultura nacionais, quase desconhecidas por indivíduos que nunca nelas pensaram até serem nomeados para adidos culturais em países como o Brasil ou o Japão, onde chegam no total desconhecimento dos estreitos laços que este pequeno país do Ocidente Europeu manteve com as populações desses grandes países em séculos recuados.

Porque a cultura é o elemento mais definidor do carácter nacional de um povo, e porque dela a literatura é apenas um dos reflexos, parece-nos que os cursos de Estudos Portugueses, agora que cumpriram a primeira etapa de formação dos primeiros licenciados e se preparam para dar início aos Mestrados, deveriam ser reavaliados na sua importância e programação, para tranquilidade dos que à sua frequência se candidatam na perspectiva de futuras profissões adequadas aos cursos, e não para serem professores porventura menos qualificados que os seus companheiros dos cursos de línguas, no ensino de idiomas modernos.

Porque a situação portuguesa, por motivos diferentes, na decorrência dos últimos dois séculos de história nacional, foi objecto de manipulação estrangeira (com ressalva para os estrangeiros que na segunda das vertentes referidas no início deste artigo, em Portugal realizaram estudos importantes que ainda hoje são um sólido contributo para o conhecimento real do país), não pode continuar esquecida a problemática da imagem nacional, que não deve ser relegada ao acaso da co-produção cinematográfica ou da realização de congressos. É que, se neste momento Lisboa se prepara para voltar a ser sala de visitas na Europa, como talvez o tenha sido no século de ouro português, cujos fastos se vão rememorar, e a circunstância é propícia à melhoria da imagem posta a circular por estrangeiros e nacionais (estes, muitas vezes, na satisfação de um masoquismo que dizem ser próprio do carácter nacional), também propícia é ao levantamento e revisão de muita factualidade, cujo conhecimento interno ou externo, mas principalmente este, se limita às fábricas de estereótipos que surgem tantas vezes onde menos se espera.

A Universidade portuguesa tem nesse campo uma responsabilidade e certamente a ela, quanto mais não fora através dos seus licenciados, cabe a melhoria da imagem tão degradada que do País se veicula. A circunstância determinante deste artigo, que é o da maioridade da licenciatura autónoma de Estudos Portugueses, que já produziu seus primeiros diplomados e se prepara para nova e superior etapa, exige que alguma atenção seja dada a tão importante problemática que afecta milhares de jovens licenciados, no momento em que ainda é possível eliminar pequenas incorrecções que porventura se verifiquem. E certamente não haverá melhor processo de facilitar esse reexame e colocação do problema envolvido, do que, dentro da autonomia de que gozam as Universidades, se dar a mais larga satisfação à palavra apresentada pelo legislador quando classificou de autónoma essa licenciatura em Estudos Portugueses, decorrentemente tornando-a trave-mestra de um Departamento a criar de Estudos Portugueses. Nem de outro modo se poderia entender a autonomia, perfilada mais no sentido da Sócio-Cultura e da História que das tradicionais Humanidades.

Essa a resposta, entre outras, que a situação cultural do País exige seja dada pelas entidades competentes.

* Professor auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Qualidade de serviço nos transportes ferroviários portugueses (II)

Tiago Pires

É um lugar comum falar-se nos atrasos nos comboios da CP e boas razões há para isso, se atendermos a que, reportando-nos somente à linha Lisboa-Porto, 21 % dos rápidos chegaram ao destino em 1981 com atrasos superiores a 15 minutos e nos comboios directos aquela percentagem foi de 46 %.

Uma amostragem feita em tempos a alguns comboios directos permitiu verificar que no trajecto Lisboa-Porto se perdem em média cerca de 15 minutos nas estações e 15 minutos por afrouxamentos ou sinais fechados e se recuperarem em trânsito 10 minutos.

Não nos compete nem possuímos elementos que nos permitam fazer o diagnóstico desta situação e das suas causas mas interrogamo-nos sobre a validade de algumas «justificações» ou causas que com frequência são apresentadas.

Teremos nós a via e sinalização adequadas às circulações que realizamos?

Será adequado o tipo de exploração que estamos a fazer numa via em que se sobrepõem rápidos, mercadorias e suburbanos, um número apreciável de comboios, muitos deles de reduzida dimensão?

Se analisarmos a densidade do tráfego na nossa rede não encontramos valores muito elevados relativamente a outras redes. Os nossos cerca de 8.180 Ck/Km de via são decerto inferiores aos 9.500 da SNFC ou aos 10.000 da Grã-Bretanha. Contudo, é bom não esquecer que essas redes dispõem de percentagem muito menor de via única e possuem nas zonas de maior tráfego sistemas de exploração bem mais sofisticados do que os nossos.

Os caminhos-de-ferro são uma necessidade para o país. É uma necessidade um caminho-de-ferro eficiente e económico. Mas consegui-lo e mantê-lo operacional, não é utilizar os seus meios para além do razoável, nem é criarmos comboios ditos de prestígio com que se pretende mascarar as deficiências dos nossos Caminhos-de-Ferro.

Passámos longo período em que os investimentos não acompanharam o desenvolvimento dos transportes.

Não é a redução de serviços ou o encerramento de linhas que dará eficiência e rentabilidade aos caminhos de ferro em Portugal, mas uma política integrada de transportes e a recuperação do nosso atraso neste campo.

ponto a ponto

● Tendo como tema «Palestinianos um povo em luta pelo direito à sua pátria», realiza-se, sexta-feira, no salão do Centro de Trabalho Vitória do PCP, às 21 horas, um debate sobre a luta do Povo Palestiniano, com José Goulão, único jornalista português que viveu no sector ocidental de Beirute, nos períodos mais críticos e mais violentos do cerco da cidade e autor do livro – «Massacre e Resistência em **Beirute**».

Estarão também presentes os jornalistas Ribeiro Cardoso e Vilaverde Cabral.

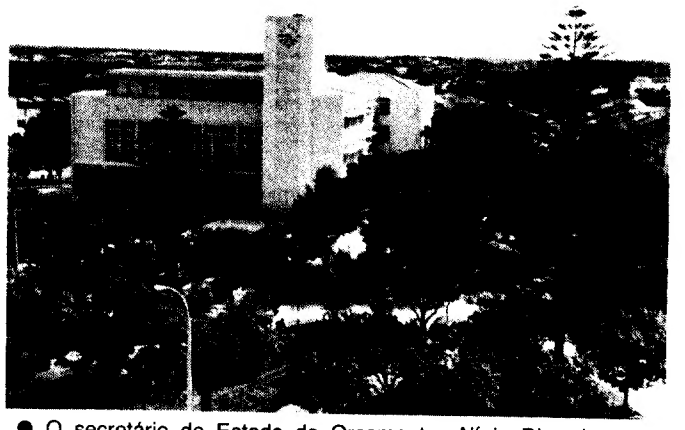
● O secretário-geral do PS, **Mário Soares,** recebeu ontem, na sede nacional do partido, na Rua da Emenda, em audiências separadas, o embaixador do Egipto, Machoud Amin Fathi, e o embaixador da Jugoslávia, Blazo Mandic. Durante os encontros, foram analisados assuntos de interesses bilateral para o nosso país e o Egipto e a Jugoslávia, respectivamente. Mário Soares participa hoje às 21.30, no cinema Europa, numa sessão política com militantes da Federação da Área Urbana de Lisboa (FAUL), a fim de proceder à análise da situação política actual, participando igualmente os membros da comissão permanente do PS.

● A secretária de Estado da Família, **Teresa Costa Macedo,** recebeu ontem a visita do pedagogo e sociólogo canadiano padre Charbonneau, que, a convite da Confederação Nacional das Associações de Família e da Escola de Pais, realizará no nosso país, de 25 a 29 do corrente, uma série de palestras subordinadas aos temas: «Missão e Demissão dos Pais», «Diálogo de Gerações» e «Juventude no Mundo Contemporâneo». A iniciativa daquelas organizações conta com o apoio da Secretaria de Estado da Família.

● O secretário de Estado português da Cooperação e Desenvolvimento, **Luís Fontoura,** parte amanhã para Maseru, onde participará na reunião anual da Comissão de Cooperação e Desenvolvimento da África Austral (SADCC).

Portugal participa como país convidado na reunião do SADCC, que decorrerá quinta e sexta-feira em Maseru, capital do Lesotho.

Na viagem de regresso a Lisboa, Luís Fontoura deve fazer escala em Maputo, a fim de ter conversações com as autoridades moçambicanas.



● O secretário de Estado do Orçamento, Alípio Dias, inaugura amanhã pelas 11.30 as novas instalações da Repartição de Finanças do concelho do **Cartaxo,** que se situam no edifício dos Paços do Concelho daquela vila.

Entretanto, pelas 16 horas do mesmo dia, o director-geral das Contribuições e Impostos, Rodrigues Pardal, inaugurará as novas instalações da Repartição de Finanças do concelho de Vila Nova da Barquinha, que se situam na Rua Benvinda da Conceição naquela localidade.

Presidentes, governadores, sindicatos e bispos reagem ao discurso de Eanes

"Decisão do PR é uma solução democrática mas tem alguns inconvenientes"

— *afirma Mota Amaral*

O líder social-democrata dos Açores, Mota Amaral, considerou ontem como «solução democrática para a crise» a decisão presidencial de dissolver o Parlamento, embora apontando-lhe alguns inconvenientes.

Em declarações à Imprensa o presidente do governo regional afirmou que a medida anunciada por Eanes «põe em risco o andamento normal de certos assuntos, especialmente urgentes, nomeadamente no campo económico e financeiro».

Além disso, acrescentou, «tem o inconveniente de surgir de chofre, quando se tornava necessário promover o diálogo entre as diferentes forças políticas, no sentido de definir uma base de consenso nacional alargado».

Isto no sentido de permitir «um período de trégua social e política indispensável para a resolução efectiva dos problemas do país e a recuperação económica e financeira, sem a qual está mesmo em perigo o sistema democrático e até a independência nacional».

Sendo a decisão presidencial no sentido de convocar eleições gerais, Mota Amaral entende «ser indispensável prosseguir este esforço de diálogo, apesar do confronto habitual que costuma surgir nos períodos de campanha eleitoral».

«Da parte dos cidadãos» – disse – «é preciso ter uma resposta muito positiva ao desafio que representam eleições gerais» que, «na sociedade democrática, são um instrumento essencial e normal».

Mota Amaral exortou ainda ao voto em massa no dia em que vierem as eleições.

Jardim vai falar

Alberto João Jardim, presidente do governo regional da Madeira e líder local do PSD, ainda não falou – mas vai fazê-lo esta noite, sob a forma de comunicação aos madeirenses através da RTP e RDP locais.

Também hoje o líder madeirense reunirá com a comissão política regional do PSD, em sessão extraordinária, cujos trabalhos, entre outros assuntos, incluirão a avaliação e a discussão da actual crise política nacional, as eleições para a Assembleia da República e o Congresso do Partido Social Democrata.

A ANOP soube ainda que o PSD divulgará um comunicado acerca da posição do governo.

Sindicatos apoiam

O Sindicato dos Trabalhaores da Função Pública considerou ontem, no Porto, que a decisão do PR de dissolver a AR é «a medida mais consentânea para sair da crise em que a AD lançou o País».

A decisão do general Eanes é «na situação actual inteiramente correcta e ajusta-se ao sentimento de uma grande maioria do povo português» – acrescenta uma nota daquele sindicato.

O documento exige ainda que o governo em exercício até às eleições «inicie desde já negociações para a saída imediata dos aumentos salariais deste ano, tendo em conta as propostas dos sindicatos».

No mesmo sentido se pronunciaram já a União dos Sindicatos de Faro, a União dos Sindicatos da Madeira e o Sindicato de Hotelaria da Madeira, lembrando ainda que «a eficácia da decisão do general Eanes passa pela constituição de um Governo de gestão que dê garantias de realização de eleições livres e democráticas».

Abílio Curto:

O presidente da Câmara Municipal da Guarda, Abílio Curto, considerou «ambíguo» o discurso do Presidente da República.

Em declarações à ANOP, disse concordar com a decisão de dissolução da Assembleia da República, e considerou de ambiguidade o facto de não ter sido referida a data possível de eleições antecipadas.

Considera ainda Abílio Curto que o Presidente da República dá tempo ao Governo para «tomar e adoptar medidas que podem ter um carácter eleitoralista».

Defendendo a «clarificação da situação política», afirmou que «os dirigentes da Aliança Democrática não têm autoridade moral e política para responsabilizar seja quem for pela crise que eles próprios criaram».

Confederação do Comércio:

Por sua vez a Confederação do Comércio Português (CCP), fez votos de que a actual crise política não seja «mais uma vez a economia nacional a sair perdendo».

Num breve comunicado, a CCP diz que com a anunciada dissolução da Assembleia da República «ficarão certamente a ganhar alguns partidos políticos».

Bispos de Viana e Bragança

D. Armindo Lopes Coelho, bispo de Viana do Castelo, declarou à ANOP «não ter qualquer comentário a fazer», acrescentando: «A política é com os políticos».

Por sua vez, D. António Rafael, dizendo embora – também à ANOP – que se recusava a comentar a decisão do PR, foi adiantando:

«Como bispo entendo não me dever pronunciar tão rapidamente sem ponderar bem no conteúdo total da comunicação do Presidente da República».

ora diga-nos...

O que pensa da intervenção presidencial?

O discurso presidencial, tornando pública a decisão de dissolver a Assembleia da República, continua a suscitar vivas reacções entre partidos e personalidades destacadas da vida pública portuguesa. O «DL» inicia hoje um breve inquérito a personalidades partidárias e independentes. Responden Alfredo de Moura, candidato independente pela APU à presidência da CML e seu actual vereador, João Cravinho, deputado pelo PS e elemento considerado próximo da linha do ex-Secretariado, Natália Correia, ex-PSD e actualmente deputada independente, David Mourão-Ferreira, intelectual, e Sá Machado, vice-presidente do CDS.

Alfredo de Moura: — saneamento básico nacional

A decisão do Presidente da República de dissolver o Parlamento e convocar eleições legislativas antecipadas era, de facto, a única possível, numa perspectiva de defesa dos mais altos interesses nacionais e de valores tão fundamentais como a democracia, a moral das instituições e mesmo a viabilidade económica e a saúde moral do próprio País.

Como outros já o têm dito, foi de verdadeiro saneamento básico nacional que se tratou.

Se em alguma coisa se pode criticar a decisão do Presidente, é na demora, no atraso com que foi tomada. As razões invocadas já existiam todas há cerca de um mês e, a maior parte, há, pelo menos, um ano.

Gostei do discurso, do enquadramento que foi dado à decisão.

O PR, depois de uma longa digressão por um tipo de raciocínio e discurso demasiado «político», sinuoso, hermético e dando para todas as leituras, recupera agora (e esperemos que de vez) o discurso directo, um raciocínio mais claro e linear que, à falta de melhor, chamarei de «militar». E que parece mais de acordo com o seu estilo e formação.

Que saudade já tinha de ouvir um alto responsável falar direito neste País!

A AD nestes últimos dois anos foi o descalabro nacional e o PR disse-o.

A AD foi a irresponsabilidade total e o espezinhar da dignidade dos portugueses e das instituições – Presidência, Assembleia da República e o próprio Governo – e o PR disse-o.

A AD foi a grande palhaçada e a corrupção moral e material e isso o PR ainda não o disse. Compreende-se. Se o dissesse teria que justificar porque é que não actuou mais cedo. Provavelmente já estará arrependido. Custos da solidão...

Importante também o tom de esperança e confiança no futuro, apesar das dificuldades não escamoteadas.

De facto, a falta de soluções e de esperança para os graves problemas nacionais só existiam enquanto a AD se mantivesse no Poder. E, contrariamente ao que os arautos da AD têm querido veicular nos últimos tempos, depois da AD não é o dilúvio mas sim a esperança renovada e uma nova era de trabalho, honestidade e confiança que se pode reabrir. A possibilidade de nos reencontrarmos novamente como portugueses.

Em relação à Câmara Municipal de Lisboa, espero que o eng. Abecasis se demita, nos próximos dias, de presidente.

A moral democrática exige-o.

Com a morte sem glória da AD, não é uma pessoa que representa cerca de 10% do eleitorado que tem legitimidade democrática para se manter como presidente da maior Câmara do País.

Enquanto a AD se manteve e dentro da «cozinha» feita, que atribuía o Primeiro-Ministro ao PSD, a presidência da AR rotativa, a Câmara de Lisboa ao CDS e a Câmara do Porto ao PSD, compreendia-se.

Mas agora que o eng. Abecasis só representa o CDS, nada justifica e a população de Lisboa não aceitará de bom grado que se mantenha numa posição a que moralmente não tem qualquer direito.

O primado da moral política é também uma tónica do discurso do PR.

Finalmente, falta ainda uma clarificação decisiva, embora aceite que não cabia na economia deste discurso.

Que Comunicação Social (nomeadamente televisão e rádio) e que Administração Interna vamos ter até às eleições?

Também aqui o Presidente da República terá que assumir, a curto prazo, a necessidade de decisões, possivelmente nomeando um novo Governo de gestão, com representação de todos os principais partidos, como tudo indica que é indispensável para que haja um mínimo de equilíbrio e isenção.

João Cravinho: solução da crise através do voto

«A decisão do PR só podia ser a de dissolver a Assembleia da República. A Aliança Democrática deixou de poder governar como ficou amplamente demonstrado pela desconcertante sequência de demissão dos seus líderes, de múltiplas acusações de traições e conspirações e de recusas das suas principais figuras em assumirem responsabilidades governamentais.

«Creio que será o eleitorado, o da AD e o dos outros partidos, o primeirm a reconhecer que o Presidente da República não tinha outra solução democrática senão a de lhe entregar directamente a resolução da crise governativa e parlamentar através do voto.

«Nos termos em que a dissolução foi anunciada, o Governo e a Assembleia da República ainda em funções terão de cumprir rapidamente a sua obrigação no sentido de se porem de acordo sobre os instrumentos necessários à melhor gestão possível dos negócios públicos até às eleições.

«O povo não perdoaria ao Governo de Pinto Balsemão ou à maioria da AR, ainda em funções a sua deserção frente a esta última obrigação.

«Resta esperar que a campanha eleitoral decorra pela positiva, isto é, que os partidos apresentem programas claros e concretos, e não fujam a explicar como e com quem viriam a governar se recebessem a preferência do eleitorado.

«Não vale a pena tentar enganos ou manobras eleitoralistas «que só se voltarão contra os falsos pagadores de promessas, como se verificou no caso da AD».

Natália Correia: falou ao País-Moral

«O discurso do Presidente da República teve à altura de palavras dirigidas ao País-Moral» – declarou-nos a deputada independente Natália Correia. Uma das subscritoras do abaixo-assinado de Intelectuais ao Presidente da República, ex-deputada do PSD, Natália Correia apreciou a nosso pedido a intervenção de Ramalho Eanes.

«É este (o País-Moral), que tem sido subestimado pela classe política no poder e não pode ser esquecido pelo chefe de Estado» – sublinha Natália Correia. «A dissolução do Parlamento foi um imperativo desse País-Moral, a que se ofereceu o espectáculo, tristemente inesperado, de um Primeiro-Ministro que se demite por razões doméstico-partidárias, dando de barato a força de que imanava a legitimidade do Governo, ou seja, a maioria. Nestas circunstâncias, o Governo Pinto Balsemão desqualificou a maioria, agindo como se ela não existisse».

E conclui Natália Correia: «Não assiste, assim, qualquer autoridade à AD para se insurgir contra a decisão do Presidente da República de dissolver o Parlamento. Provou-se, como muito bem disse Eanes no seu discurso que a «autoridade democrática não se limita ao exercício do poder por uma maioria». O poder tem que ser exercido moralmente, o que significa respeito pela soberania do povo que o elege. Esse respeito não foi observado pela AD que, dilacerada por turvas intrigas de palácio, andou a brincar aos Governos, lastimavelmente desfasada do País-Moral. A irresponsabilidade foi o coveiro da AD».

David Mourão-Ferreira: «Escrupulosa nobreza»

outro dos intelectuais que subscreveu o texto enviado ao Presidente da República, considerou o discurso de Ramalho Eanes, como «impecavelmente correcto quanto às razões da fundamental decisão que veio comunicar ao País». E, para David Mourão-Ferreira, a intervenção do PR caracteriza-se «ainda, quanto a mim, por uma escrupulosa nobreza de propósitos e uma equilibrada inteligência na visão dos factos de que infelizmente não se têm mostrado capazes, dentro e fora da área da AD, tanto as vedetas políticas agora entregues aos prazeres do hara-kiri, como as que por aí andam mais empenhadas em se antipropagandear».

«Foi – concluiu David Mourão-Ferreira – sobre todos os aspectos, o discurso de um grande estadista, o discurso de um verdadeiro Chefe de Estado, o discurso do Presidente de todos os Portugueses».

Sá Machado: Reconhecer as razões do Presidente

Sá Machado, vice-presidente do CDS, esquivou-se a prestar depoimento acerca do discurso do Presidente da República. Tanto mais, frisou, que vai haver amanhã (hoje) reunião da Comissão Directiva do CDS. Sá Machado adiantou, contudo, ter seguido «com a maior atenção» a intervenção do general Ramalho Eanes. Intervenção que julgou, aliás, «muito equilibrada». Sá Machado declarou ainda «ser difícil não reconhecer razao a muitas das razões do senhor Presidente da República».

PSD: Conselho Nacional no sábado

Sim ou não ao Congresso? Sim ou não à AD?

Para além de marcar para sábado o Conselho Nacional, a Comissão Política do PSD analisou ontem, do ponto de vista técnico-jurídico, as consequências da decisão do Presidente da República. Os dirigentes do PSD aguardam o regresso do ministro das Finanças, João Salgueiro, para um melhor esclarecimento dos diplomas económicos imprescindíveis ao funcionamento da Administração Pública e negociações com o estrangeiro, nesta fase pré-eleitoral. Esta foi uma exigência do Presidente da República.

Apesar de Pinto Balsemão ter afirmado que se manterá à frente do Executivo, agora de gestão, a hipótese de João Salgueiro passar a Primeiro-Ministro seria ideal – segundo alguns dirigentes do PSD. Diga-se, aliás, que alguns ministros já manifestaram a sua intenção de não se manterem no Governo. Um deles – como aliás ele próprio confirmou – foi o ministro da Administração Interna, Ângelo Correia.

Também amanhã à tarde, o PSD reúne com os parceiros da Aliança Democrática: o CDS e o PPM.

E agora?

Depois da reunião de amanhã da Comissão Política do PSD, tudo se prepara para o Conselho Nacional de sábado. Para além dos comentários à intervenção do Presidente da República, os sociais-democratas vão ter (pela primeira vez nos últimos anos) de se «voltarem para dentro», de se discutirem. Sim ou não ao Congresso? Sim ou não à AD? E a actual direcção mantém-se?

Estas são questões decisivas para o futuro do PSD. Muitos dirigentes do PSD inclinam-se para a realização do Congresso. «Dar a palavra às bases» como disse Helena Roseta ou sugeriu Barbosa de Melo. No entanto, tudo está dependente do «timing» eleitoral. Um alto responsável do PSD dizia-nos que um partido deve estar «preparado» e «pacificado» com alguma antecedência, algum tempo antes das eleições. E nunca a fazer um Congresso...

E a política de alianças? Sabe-se que, no próximo Conselho Nacional, isso será já um tema forte da discussão. «Eu vou exigir que isso seja esclarecido» – dizia-nos um responsável. Sim ou não à AD? Enquanto ao longo do País se assiste ao rompimento com o CDS, alguns sectores do PSD – na expectativa de manterem o Poder – principiaram, agora, a defender a manutenção da Aliança Democrática.

Finalmente, no próximo Conselho Nacional, ter-se-á já a noção do que irá acontecer à actual direcção do PSD. Alguns responsáveis irão pedir a clarificação da liderança do PSD. A exigência de apresentar ao eleitorado «uma nova equipa», é a vontade de alguns responsáveis. Tal como temos vindo a afirmar, o nome de Mota Pinto surge consensual dentro do PSD. Um nome «forte» para as eleições. Sem «responsabilidades» nestes anos da AD, Mota Pinto é um nome «agradável» e «duro» para aliciar os votos da AD em torno do PSD (tanto mais se apresentado em confronto com dirigentes do CDS como Basílio Horta ou Luís Barbosa), enquanto em termos internos apresenta um curioso «curriculum»: saiu pela «esquerda» do PSD, com os «Inadiáveis», e apoiou Soares Carneiro às presidenciais (facto que a direita recordará).

Candidatos ao cargo como João Salgueiro (aliás, nunca o quis, mostrando sempre uma grande distância em relação ao Poder), Eurico de Melo ou Cavaco Silva, estão agora mais «afastados» da corrida. Resta saber as possibilidades de sobrevivência de Pinto Balsemão. Não é só a presidência do PSD que está em causa, mas toda a «equipa» de dirigentes. Os erros foram «colegiais»: de Meneres Pimentel e Ângelo Correia...

JSD de Lisboa: AD sim, direcção Não

«Necessário e imperioso» a apresentação de listas conjuntas da AD, eis como a Comissão Permanente da JSD de Lisboa defende que o PSD se deve apresentar perante o eleitorado.

Num comunicado distribuído após a sua reunião, a JSD afirma que os governos presididos por Pinto Balsemão provocaram o «descrédito do partido e da Aliança, devido a uma prática governativa ineficaz, arrogante e insegura, permitindo a intervenção pessoalista e de hipocrisia política do Presidente da República».

A JSD dá como provada a «falência» da liderança política da Direcção Nacional do PSD que «confundiu muitas vezes os interesses de grupos dentro do partido com os interesses nacionais», manifestou «falta de objectivos, de clareza e ética na acção política» e transformou a «comissão política Nacional e o Conselho Nacional em órgãos de mera vassalagem».

Incluem como responsáveis «todos aqueles que, criticando desde sempre a actual Direcção Nacional, não souberam assumir-se como alternativa».

A JSD de Lisboa aponta a necessidade de uma reflexão para se definir a estratégia política que «há dois anos vem faltando ao partido e acrescenta ser «imperiosa» a apresentação de listas conjuntas da AD nas eleições antecipadas, «única forma de se poderem realizar as reformas necessárias e prometidas pela AD de 79/80».

Por último, a JSD apela a todos os jovens sociais-democratas, «hoje desiludidos com a Aliança que ajudaram a vencer», para o «necessário esforço de salvação do seu projecto político que tanto entusiasmou e mobilizou a juventude portuguesa e o País em geral».

Eanes ouve parceiros sociais

O Presidente da República iniciou hoje uma série de consultas aos parceiros sociais e aos partidos. No âmbito dessas consultas, que se prolongarão pelos próximos dias, Ramalho Eanes recebeu esta manhã a Associação Industrial Portuguesa (AIP), a CGTP-Intersindical e Confederação da Indústria Portuguesa (CIP). Esta tarde serão recebidas em Belém as delegações da UGT, Confederação do Comércio Português (CCP) e Associação Industrial Portuense (AIP).

Rocha Matos, da AIP, disse esta manhã, à saída de uma audiência de uma hora com o PR, «ser altura de as forças políticas se entenderem e encontrarem soluções adequadas para este momento de crise». Rocha Matos, a quem o Presidente Eanes relatou as razões que o levaram a dissolver o Parlamento, acrescentaria que sem esse entendimento «será difícil recuperar economicamente a Nação».

Entretanto, e segundo afirmações daquele dirigente, a AIP manifestou ao Presidente da República «grande preocupação pelo facto de uma série de medidas estruturais não terem sido tomadas», acrescentando que neste momento «e em termos conjunturais, a situação é extremamente grave». «Continuamos sem OGE aprovado e nenhum Governo de gestão pode fazê-lo» – disse Rocha Matos.

Terminada a audiência do PR com a AIP, foi recebida a CIP, cuja delegação saíria uma hora mais tarde visivelmente pouco satisfeita e contrariada do encontro com o Presidente da República.

A pensar mais numa conferência de Imprensa a realizar esta tarde, a delegação da CIP, chefiada pelo seu presidente Pedro Ferraz da Costa, foi parca em declarações.

Todavia, e em declarações bastante críticas para o PR, Pedro Ferraz da Costa adiantou não «fazer sentido» a deslocação da CIP a Belém «depois do Senhor Presidente da República já ter tomada uma decisão». Ferraz da Costa diria ainda ter a delegação da CIP expressado ao general Eanes a opinião de que «não estão suficientemente clarificadas quais as medidas que um Governo de gestão pode tomar».

Para Ferraz da Costa «os problemas económicos portugeses são de fundo, já que o Governo que tivemos não pôde, graças às limitações constitucionais que vigoraram até ao Verão de 1982, resolvê-los...»

Para o Presidente da CIP, que não percebe a decisão do PR, embora a considere «legítima sob a aparente capa de bom senso», um Governo de gestão não irá «minimizar a crise que cresce a ritmo preocupante». O presidente da CIP emitiu ainda a opinião de que se «criou um vazio na vida económica e do país» depois da decisão presidencial.

HÁ BEBER E HÁ VIVER

— Beber diminui os refelexos!
Evite o perigo não bebendo quando conduz.

sonarte

"AMÉRICA FANTÁSTICA" com a TOYOTA HI-ACE

ninguém segura a TOYOTA

E não só a **TOYOTA HI-ACE** poderá permitir-lhe a realização dum sonho de há muito! Porque a compra de qualquer **Unidade Comercial TOYOTA** até 31 de Março próximo, vai dar-lhe direito a participar na nossa grande **Festa dos 100 mil**. Além de duas viagens à **América Fantástica**, que constitui o 1.º prémio, temos outras viagens de sonho — **Roma** e **Atenas**, às belas praias **Romenas do Mar Negro, Londres** e **Marrocos**. E **vinte televisores a cores** (sorteio em 15 de Abril de 1983 nas instalações de V. N. Gaia). Todos os compradores de comerciais **TOYOTA** no período referido terão mais **10.000 quilómetros** de garantia, além da normalmente concedida.

100.000 continuamos a crescer ninguém segura a TOYOTA

IMPORTADORES E DISTRIBUIDORES EXCLUSIVOS: SALVADOR CAETANO, S.A.R.L. - CONCESSIONARIOS EM TODO O PAÍS COM SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA E PEÇAS

Dívidas, empréstimos, duodécimos

Haverá ou não Orçamento-uma questão em debate na A.R.

A Assembleia da República terá de aprovar medidas económicas provisórias antes da eventual aprovação do Orçamento Geral de Estado, para se manter o défice orçamental de 150 milhões de contos.

Como os impostos estão a ser cobrados – sublinha a agência ANOP num extenso artigo – a Administração Pública Portuguesa «terá de gastar menos que o previsto para este ano, se quiser que o défice não aumente».

Os impostos só podem ser aumentados depois de o Orçamento ser aprovado na Assembleia da República, vivendo entretanto o País, em conformidade com um diploma aprovado pelo Governo, que regulamenta o regime transitório e que define que as despesas públicas mensais não podem exceder 54 228 602 mil escudos.

A reafirmação da proposta de Orçamento, elaborada pela equipa do ministro das Finanças, João Salgueiro, ou a elaboração de uma nova proposta de Orçamento é uma das tarefas prioritárias do próximo Executivo.

Alípio Dias, secretário de Estado cessante do Orçamento, afirmou este mês que o facto de se entrar em 1983 sem o Orçamento aprovado vai implicar uma maior restrição nas despesas do Estado.

O governante frisou que os impostos estão a ser cobrados segundo o Orçamento de 1982, implicando menores receitas, nomeadamente porque a taxa do imposto de transacções continua em 15 por cento, em vez dos 17 previstos no Orçamento de 1983.

Alípio Dias considerou fundamental que o novo Governo reformule a proposta de Orçamento até ao fim de Fevereiro, para que o Parlamento dote o País da Lei Orçamental na primeira quinzena de Março.

A proposta de lei orçamental enviada à Assembleia da República prevê um défice de 150,3 mil milhões de escudos, objectivo agora mais difícil de atingir devido às dificuldades nas receitas, obrigando a maiores restrições nas despesas.

As dificuldades criadas pela inexistência de Orçamento do Estado resulta de o Oitavo Governo não ter apresentado o documento na Assembleia da República até Outubro, conforme prevê a legislação em vigor.

Em anos anteriores, os atrasos na aprovação do Orçamento provieram da mudança dos Governos, o que não aconteceu com o segundo executivo chefiado por Pinto Balsemão, em funções desde meados de 1981.

Este atraso, deveu-se às dificuldades de conciliar as verbas para os diferentes departamentos governamentais com o objectivo central em termos de política orçamental, que consistia na manutenção do défice em termos nominais ao mesmo nível de 1982 (foi orçamentado um défice de 150,7 mil milhões de escudos).

Foi particularmente difícil um consenso em torno das verbas para as Forças Armadas e para o Ministério da Educação.

Viver de duodécimos

Nos termos do diploma aprovado pelo Governo «nenhuma despesa poderá ser efectuada sem que obedeça ao princípio da utilização por duodécimos», cujo valor foi fixado, por cada Ministério.

O valor global dos duodécimos rectificados do Orçamento da Segurança Social foi fixado em 13.245,8 milhões de escudos, para as despesas correntes e em 207,3 milhões de escudos, para as despesas de capital.

Os duodécimos do Orçamento rectificado de 1982 incluem uma verba de 21 mil milhões de escudos para o Ministério das Finanças, 6,5 mil milhões para a Educação e Universidades, 5,6 mil milhões para os Assuntos Sociais, 5 mil milhões para a Administração Interna, 4,5 mil milhões para a Defesa Nacional (inclui as Forças Armadas).

A dívida – os empréstimos

A falta do Orçamento do Estado não se reflecte apenas ao nível das depesas e das receitas internas, pois constitui um factor fundamental de análise para os banqueiros internacionais que concedem créditos à República Portuguesa.

Nos últimos anos, Portugal tem recorrido assiduamente à Banca Internacional e aos mercados financeiros para contrair créditos para financiar o défice da Balança de Transacções Correntes, que atingiu 2,6 mil milhões de dólares em 1981 e deverá ultrapassar os três mil milhões de dólares em 1982.

EDITAL

REGULAMENTO DOS PERÍODOS DE ABERTURA E DO ENCERRAMENTO SEMANAL DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO DO CONCELHO DO BARREIRO

Helder da Silva Nobre Madeira, Presidente da Câmara Municipal do Barreiro por deliberação de 13 de Outubro de 1982, aprovou o seguinte:

CAPÍTULO I

PERÍODO DE FUNCIONAMENTO

Art.º 1.º - Os estabelecimentos comerciais de venda ao público, situados no Concelho do Barreiro, terão um periodo de abertura diária de 8 (oito) horas, entre os seguintes limites:
- Abertura: às 8 (oito) horas.
- Encerramento: às 21 (vinte e uma) horas.

§ único - O período de abertura pode ser interrompido, para almoço ou jantar, pelo tempo máximo de 2 (duas) horas.

Art.º 2.º - A indicação do periodo de abertura, previsto no art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 75-T/77, de 28 de Fevereiro, far-se-á mediante a afixação, por forma visível do exterior, do impresso do modelo anexo a este Regulamento, devidamente autenticado pela C.M.B. e em que se mencione o regime de funcionamento do estabelecimento.

Art.º 3.º - Exceptuam-se do disposto no art.º 1.º, e seu § único, os seguintes estabelecimentos, que ficarão sujeitos ao seguinte regime especial de funcionamento.

1. Padarias, talhos e postos de venda de pão e de leite:
O periodo de funcionamento poderá ser ente as 7 e as 20 horas.
2. Cafés, Casas de Chá, Casas de Pasto, Cervejarias, Confeitarias, Leitarias, Pastelarias, Restaurantes, Tabernas e semelhantes:
Funcionarão de acordo com o horário permitido pelo respectivo licenciamento policial.
3. Floristas, Tabacarias e Venda de Jornais e Revistas:
Poderão funcionar entre as 7 e as 24 horas.
4. Estabelecimentos hoteleiros e similares, Garagens e Estações de Serviços, Postos de Venda de Combustíveis (excluindo gás butano e propano) e lubrificantes:
Poderão funcionar permanentemente.
5. Farmácias:
Das 9 as 24 horas, sem interrupção, as farmácias indispensáveis ao serviço público, conforme escala de abertura aprovada nos termos do n.º 2 do art.º 36 do Decreto-Lei n.º 409/71, de 27 de Setembro.
6. Centros Comerciais:
Funcionarão, para os diferentes ramos de actividade comercial, dentro dos horários estabelecidos neste Regulamento.

CAPÍTULO II

ENCERRAMENTO SEMANAL

Art.º 4.º - Os estabelecimentos comerciais de venda ao público encerrarão ao domingo e feriados de cessação obrigatória salvo os casos expressamente previstos neste Regulamento.

§ 1.º - Nos meses de Janeiro a Novembro inclusivé, os estabelecimentos encerrarão aos sábados, às 13 horas, com excepção dos indicados no art.º 3.º, quando se dediquem exclusivamente ao seu comércio específico.

§ 2.º - No mês de Dezembro os estabelecimentos encontrar-se-ão abertos de segunda-feira a sábado, estabelecendo-se como compensação, os dias 26 de Dezembro e 2 de Janeiro, nos quais estarão encerrados.

§ 3.º - Caso os dias 26 de Dezembro e 2 de Janeiro coincidam com os dias de descanso, a referida compensação far-se-á nos dias úteis imediatos.

Art.º 5.º - Não são abrangidos pelas normas expressas no art.º 4.º e seus parágraos e podem estar abertos aos domingos e feriados de cessação obrigatória, os estabelecimentos comerciais com os seguintes ramos de actividade:
Agências Funerárias; Cafés; Casas de Chá; Casas de Pasto; Cervejarias; Confeitarias; Estabelecimentos hoteleiros e similares; Estabelecimentos de interesse para o Turismo; Estações de Serviço; Farmácias; Floristas; Frangos assados (exclusivamente); Garagens; Jornais e Revistas; Leitarias; Lubrificantes; Pastelarias; Posto de venda de combustiveis (excluindo gás butano e propano); Tabacarias e Tabernas.

Art.º 6.º - Nas povoações de Coina e St.º António da Charneca, os estabelecimentos poderão conservar-se abertos no dia do Mercado Mensal.

Art.º 7.º - Os estabelecimentos que estão autorizados a abrir aos domingos e feriados de cessação obrigatória não podem vender quaisquer artigos que façam parte dos ramos do comércio dos que encerram nesses dias.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.º 8.º 1 As entidades patronais indicarão, também, nos mapas de horário de trabalho o começo e o termo do periodo de funcionamento, o dia de encerramento semanal e o encerramento para almoço ou jantar (se houver).
2 - Nos estabelecimentos que não tenham trabalhadores ao seu serviço serão afixados mapas contendo apenas as indicações referidas no número anterior.

Art.º 9.º 1 - Durante os periodos de encerramento é expressamente proibida, nos estabelecimentos, a permanência de quaisquer pessoas estranhas aos mesmos.
2 - Nos estabelecimentos de venda de carnes frescas é autorizada a abertura, fora do periodo normal de funcionamento, pelo tempo estritamente necessário ao recebimento e acondicionamento da carne de animais abatidos no Matadouro.

Art.º 10.º - As disposições deste Regulamento não prejudicam as prescrições legais relativas a horário de trabalho, turnos, descanso do pessoal e sua remuneração.

Art.º 11.º - No dia 7 de Outubro, considerado feriado Municipal, são obrigados a encerrar todos os estabelecimentos cujas actividades não sejam permitidas aos domingos.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES PENAIS

Art.º 12.º - As infracções do presente Regulamento serão punidas com as sanções previstas nos artigos 48.º do Decreto-Lei n.º 409/71, de 27 de Setembro, 6.º, n.ºs 1 e 3, do Decreto-Lei n.º 56/73, de 24 de Fevereiro e 5.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 75-T/77, de 28 de Fevereiro.

Para constar e não ser alegada ignorância se pública o presente Edital e outros de igual teor que irão ser afixados nos lugares públicos do costume.

Barreiro, 25 de Novembro de 1982

Presidente da Câmara.
Helder da Silva Nobre Madeira

informação

CÂMARA MUNICIPAL DO BARREIRO

ensino

Reformulação dos cursos do 12.º grupo e TM exigida por 3000 professores

Cerca de três mil professores de tod o País debateram no passado dia 24, em Coimbra, os conteúdos dos Cursos de Complemento de Habilitação do 12.º Grupo e de Trabalhos Manuais, e o respectivo processo de avaliação final.

Das onze propostas provenientes de diferentes escolas e regiões, duas mantiveram-se até ao final dos trabalhos, tendo sido aprovada a da responsabilidade de professores do Porto, Lisboa e Sul e que preconiza a reformulação do conteúdo dos cursos e a reapreciação do processo de avaliação. As direcções sindicais do Sul, Grande Lisboa, Região Centro, Madeira e Açores, presentes em Coimbra a convite da comissão de luta promotora do plenário nacional, comprometeram-se a negociar junto do Ministério da Educação as conclusões aprovadas pelo plenário.

Desde o 25 de Abril que os professores do 12.º Grupo e de Trabalhos Manuais lutam pela sua integração no 1.º escalão de vencimentos, correspondente à carreira técnica superior da função pública. Resultou dessa luta a publicação em Março passado do decreto-lei que contempla essa antiga aspiração.

O diploma previa implementação de acções, como os Cursos de Complemento de Formação, tendo o ME assumido o compromisso de os conteúdos dos cursos serem elaborados a partir dos conhecimentos correspondentes ao 9.º ano de escolaridade. Posteriormente, porém, verificou-se que os fascículos divulgados pelas Universidades do Minho e de Aveiro – entidades a que o Ministério da Educação encomendou o conteúdo dos cursos – apresentavam um grau de dificuldades superior ao do 9.º ano de escolaridade e as matérias revelaram-se desajustadas à prática dos docentes em questão.

Direcções de vários sindicatos dos professores protestaram já por esse facto junto do Ministério da Educação e exigiram a criação urgente de uma comissão consultiva integrando professores do 12.º Grupo e de Trabalhos Manuais que previamente apreciasse todos os materiais e sobre eles se pronunciasse. A reformulação urgente dos conteúdos dos cursos «de modo a que todos os professores tivessem iguais e reais possibilidades de sucesso» fora também apresentada pelos sindicatos ao ME, mas, dado o silêncio a que o Ministério se remeteu, os sindicatos protestaram uma vez mais contra a situação no plenário de Coimbra.

Vandalismo em escola secundária

Trinta livros de ponto da Escola Secundária Avelar Brotero, de Coimbra, foram queimados, no fim-de-semana, na sala de professores do estabelecimento, cujo bar e mobiliário foram danificados pelo fogo – revelaram fontes da escola à ANOP.

O desacato verificou-se na noite de sábado para domingo, mas só ontem de manhã foi detectado por uma empregada da limpeza.

«A destruição dos livros causa transtornos, mas não afecta o funcionamento escolar pois temos outros registos – disse à ANOP um membro do conselho directivo.

A mesma fonte recordou que já em Novembro se registara na Escola Avelar Brotero um roubo de livros de ponto que, tal como a ocorrência de agora, foi participado, sem resultados, à Polícia Judiciária.

«É uma escola muito grande, de fácil acesso, em sítio quase ermo e não tem guarda nocturno nem qualquer vigilância policial» – lamentou o professor em questão.

Acesso ao Ensino Superior prestes a ter decreto

O diploma que sujeita o acesso ao ensino superior a um concurso, está já na Imprensa Nacional para publicação na folha oficial, informou o Ministério da Educação.

O concurso a que os estudantes se terão de submeter é constituído por uma prova comum destinada a avaliar a capacidade de compreensão e expressão em língua portuguesa e numa língua viva estrangeira (francês ou inglês) à escolha do candidato e por uma prova específica.

Esta última prova tem por objectivo verificar se o estudante dispõe de preparação mínima indispensável ao ingresso e progressão num ou mais cursos superiores determinados.

A prova específica de cada candidato è constituída por pontos de três disciplinas que constituam um dos elencos para acesso a um determinado conjunto de cursos.

Os candidatos que o pretendam poderão requerer a prestação da prova específica em quatro disciplinas, desde que essa carta disciplina constitua com duas das três primeiras, um dos elencos que dê acesso a um conjunto de cursos.

Cada estudante passará apenas a poder candidatar-se à inscrição nos cursos superiores para que preste prova específica adequada.

O concurso de acesso é válido apenas para o ano em que se realiza e só poderão a ele candidatar-se os estudantes com o décimo segundo ano de escolaridade e que nunca tenham estado matriculados nem inscritos no Ensino Superior português público.

A ordenação dos candidatos ao ensino superior passa a ser feita exclusivamente com base nas classificações obtidas nas provas do concurso de acesso.

Centristas pedem a Eanes urgente "clarificação"

CDS não compreende "dissolução a prazo"...

«Não é esperável que os partidos abdiquem nos tempos mais próximos das suas campanhas eleitorais para resolverem problemas que só podem ser resolvidos através de medidas impopulares.» Quem o afirma é o «homem que sobe» na estrutura do CDS – Luís Barbosa. Um político que nos diz continuarem os ministros centristas no Governo «se este continuar...» e que não hesita em colocar o dedo na «ferida»: «Há que alterar a maneira de fazer política em Portugal.» Enquanto isso, a Comissão Directiva do CDS não compreende a figura adoptada pelo Presidente da República de «dissolução a prazo». Razão considerada suficiente para pedir ao PR uma «clarificação».

Sete horas durou a reunião extraordinária, de ontem, da Comissão Directiva do CDS. Sete horas ao longo das quais os dirigentes centristas se debruçaram sobre a situação política actual, analisando-a, delineando hipóteses de saída.

Na agenda, uma questão «quente»: continuarão ou não os ministros centristas no Governo?

Ribeiro e Castro, porta-voz do CDS, diria no final da reunião: *«Isso depende, naturalmente, da resposta do Presidente da República ao pedido de clarificação que lhe fazemos no comunicado final desta reunião.»* O que não impede que Luís Barbosa tivesse dito ao «DL», poucas horas antes, *«não está no nosso espírito abandonar o lugar. Mas os ministros centristas só continuarão no Governo se este continuar...»*.

Qual vai ser a atitude do CDS (e talvez da AD em geral...) depois de serem «esclarecidos» pelo Presidente da República? Abandonar um cargo violando a Constituição? Continuar no Governo, gerindo uma crise «danada» e, como tal, pouco aliciante do ponto de vista eleitoral?

Decisão «ajustada»

A questão parece não estar posta de parte se atendermos aos problemas colocados por Luís Barbosa numa longa declaração ao «DL»: *«Não é esperável que os partidos abdiquem nos tempos mais próximos das suas campanhas eleitorais para resolver problemas que só podem ser resolvidos através de medidas impopulares. Medidas, acrescentava, que nenhum partido vai querer tomar em clima eleitoral.»*

Perante o «medo» de gerir uma crise difícil, que o próprio CDS ajudou a criar ao longo de dois anos e tal de governação, os dirigentes centristas fazem contas à vida. E, entretanto, vão responsabilizando Ramalho Eanes pela *«abertura de uma crise»*, que não compreendem.

«O problema fundamental, para nós, está em destrinçar com clareza o porque da situação que agora se nos depara. Até ontem, a AD era responsável pelas situações de crise que vínhamos vivendo e, também, pela sua solução. A partir de ontem, o Presidente da República criou para si próprio pesadas responsabilidades, visto que abriu uma nova crise, a qual não se percebe muito bem como irá terminar» – diria ao «DL» Luís Barbosa.

Diálogos da «Brasileira»

E Luís Barbosa acrescentava: *Embora julgue que a opinião pública considera ajustada a decisão do Presidente da República, não é menos verdade que o Presidente criou para os portugueses um enorme ponto de interrogação ao decidir a dissolução da Assembleia. O senhor Presidente ao abrir a crise, lançou sobre o País um conjunto de riscos que não são pequenos e que, nos tempos mais próximos, vão trazer-nos algumas surpresas desagradáveis.*

Comentando ainda a decisão presidencial de convocar novas eleições, Luís Brabosa acrescentaria *termos mais uma vez caído no vazio, numa originalidade de que não sei qual vai ser a porta de saída.*

E o Governo Vítor Crespo também não se apresentava trajado com as roupagens da «originalidade»? Luís Barbosa não ilude a pergunta do «DL»: *O Governo Vítor Crespo podia não ser a oitava maravilha do Mundo, mas seria apesar de tudo um Governo que estaria hoje a começar a resolver os problemas de Portugal...*

Noutro passo das suas declarações ao «DL», Luís Barbosa abordaria de *motu próprio* a *necessidade de alterarmos a maneira de fazer política em Portugal*. Para o dirigente do CDS *temos que dar muito mais atenção aos problemas concretos com que a população portuguesa se defronta, em vez de a darmos a um diálogo de políticos, que só os políticos entendem e pouco diz à população.* E sublinhando essa *necessidade*: *Temos de falar muito mais de Habitação, Saúde, Emprego, problemas da Juventude, etc., pois esses é que são os verdadeiros problemas políticos*

E à laia de ponto final, Luís Barbosa frisava ao «DL»: *Tudo o resto são diálogos da «Brasileira» ou não da «Brasileira» (...) só que daí não se tira nada que se possa considerar como uma acção política fecunda. Aquela que o País necessita...*

CDS não descortina...

Horas mais tarde, Ribeiro e Castro lia à Imprensa o comunicado da Comissão Directiva do seu partido. Nele era patenteada a incompreensão do CDS quanto à figura adoptada pelo Presidente Eanes de *dissolução a prazo*. Por que não *descortina o seu enquadramento, fundamento e significado constitucionais*, o CDS considera *imperioso que, antes do mais, o Presidente clarifique se dissolveu, ou não dissolveu o Parlamento e, no caso de dissolução, qual a data das próximas eleições.*

A Comissão Directiva do CDS, que se voltará a reunir amanhã, entende que se o PR não clarificar a sua posição, a mesma dará lugar a um período *de grande ambiguidade política* e a situação política portuguesa terá ainda *menor solidez*.

Instado pelo «DL» a revelar se a decisão do Presidente – dissolução da Assembleia da República –, provocará o adiamento do Congresso do CDS (marcado para o próximo mês de Fevereiro), Ribeiro e Castro não negou essa eventualidade. *Tudo depende da data do início do processo eleitoral*, disse. Dessa data depende igualmente, e ainda segundo palavras de Ribeiro e Castro, a estratégia do CDS. *Mormente no que concerne o alargamento e renovação da Aliança Democrática*, diria o porta-voz dos centristas.

Manuel Anta

K·WAY L'ACTION

PELA PRIMEIRA VEZ EM PORTUGAL
ESTAMOS A APRESENTAR AS NOSSAS COLECÇÕES
DE ANORAKS E BLUSÕES.
OUTONO/INVERNO 1983/84

K·WAY

- **UMA GRANDE EMPRESA INTERNACIONAL**
- **UMA MARCA E UM SÍMBOLO DE PRESTÍGIO.**
- **K•WAY EXISTE HÁ 40 ANOS.**

FORNECEDORES OFICIAIS DAS EQUIPAS FRANCESAS DE SKY.
PRODUZIMOS TODA A GAMA DE VESTUÁRIO **SPORTSWEAR E LEGERWEAR.**
DESIGN DE ALGUNS FAMOSOS ESTILISTAS MUNDIAIS.

I ♥ K·WAY

VENDEDORAS/ES

PARA VENDA DE PUBLICIDADE INFORMATIVA E BRINDES E PRESENTES

PRETENDEMOS:
— Boa apresentação;
— Cultura média;
— Experiência profissional ou vontade de a adquirir;
— Disponibilidade imediata;
— Trabalho em full-time;
— Predisposição para trabalhar.

OFERECEMOS:
— Vencimento base + subsídio de transporte + comissões + prémios;
— Ganhos anuais superiores a 700 000$00;
— Curso remunerado;
— Formação e apoio constante;
— Actividade em grupo.

CONTACTAR A PARTIR DAS 14.30H.

JOVITUR
Av. Infante Santo, 23-3.º —LISBOA

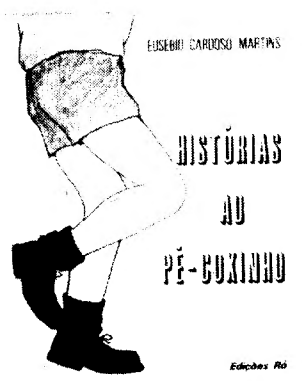
de ontem para hoje

Soldado da GNR à civil suspeito de matar jovem

A Polícia Judiciária de Setúbal está a investigar as circunstâncias em que, na madrugada do passado dia 15, foi morto a tiros de pistola, numa «boite» em Casal do Marco, um jovem, cujo corpo está depositado na Morgue do Hospital de Almada, e que se sabe apenas chamar Luís Filipe. O autor dos disparos teria sido um soldado da GNR do posto de Palo Pires, cujo nome continua a ser ocultado aos jornalistas, que se encontrava no local à civil pois estava em gozo de férias.

Rapazes, uma tartaruga e dois patinhos

Eusébio Cardoso Martins, um nome com referências «históricas» nos marcos, ainda saudosamente não reeditados, que foram os suplementos juvenis do «DL» e de a «República». Assinava então apenas Eusébio C. Martins e acaba de publicar «Histórias ao Pé-Coxinho», com a chancela de Edições Ró. Histórias, ora pícaras, ora ternas dirigidas às crianças e aos adultos (a infância não tem idade) deste País, ilustradas por Jerónimo de Sousa. E eram quatro rapazes: o Paulo, o João, o Pedro, o Francisco, uma tartaruga, dois patinhos. E os leitores que somos nós!...



«Credifone» já chegou ao Algarve

Faro irá ser a segunda cidade do País e a primeira no continente a ter o novo sistema de crédito de telefone com instalação de alguns postos experimentais até ao fim do corrente mês. A apresentação do «credifone» no Algarve terá lugar durante o terceiro Congresso de Turismo do Algarve que se realiza esta semana em Alvor. O «credifone» é um sistema que permite telefonar com cartões, em vez de dinheiro, e o primeiro posto deste tipo foi instalado no Funchal há cerca de um mês.

Mais explosivos menos assaltos armados

A PSP efectuou cerca de mil detenções em Dezembro último, a maioria das quais ficou a dever-se a furto e condução ilegal (falta de carta de condução), tendo as solicitações incidido sobretudo no serviço do «115». Quanto a operações de fiscalização, foram desencadeadas 160, que deram origem às 251 autuações. Na área de trânsito e transportes, a PSP diz ter autuado mais de trinta mil vezes, um quinto das quais devido a casos de desobediência à sinalização. No mesmo período a PSP registou mais de três mil acidentes que provocaram quinhentos feridos graves e 45 mortos. Os engenhos explosivos detectados tornam-se mais numerosos, enquanto diminuiam os assaltos à mão armada e as diligências em torno de casos de droga.

Adolescente violada em Belas

Uma rapariga de 14 anos, que foi encontrada nua da cintura para baixo, afirma ter sido raptada e violada por dois indivíduos, com idades entre os 30 e os 40 anos, quando se dirigia a uma quinta do seu pai, em Belas, nos arredores de Queluz, para dar de comer aos animais. Um dos presumíveis violadores será conhecido da rapariga que diz tê-lo visto várias vezes num café de Belas. A GNR do Cacém investiga.

Açores: novo aeroporto em Março

O aeroporto da ilha de S. Jorge, nos Açores, deverá estar operacional em finais de Março próximo – revelou ontem o secretário regional do Equipamento Social, Victor Macedo. Com a abertura da estrutura apenas restam concluir as obras do aeródromo do Corvo para que as nove ilhas da região beneficiem de ligações aéreas. A ilha de S. Jorge conta com cerca de 11 mil habitantes, cujas deslocações para o exterior só têm sido possíveis por mar. Ultimamente foram já construídos aeroportos nas ilhas do Pico e Graciosa, os quais são regularmente escalados por aviões da transportadora aérea do arquipélago.

Mendigo carbonizado na Baixa

Ao que se supõe surpreendido pelo fogo enquanto dormia, um mendigo, Eduardo Albano Serafim, morreu carbonizado (a cabeça estava praticamente irreconhecível) em plena Baixa lisboeta, no Pátio do Tronco, na Rua de S. José. Eduardo deverá ter sucumbido vitimado pelas chamas da foqueira que ateara, à base de jornais, para combater o frio. A PJ tomou conta da ocorrência.

Ameaças bombistas em Vila Real

Cartas com ameaças bombistas foram deixadas por desconhecidos nos escritórios da firma proprietária do complexo habitacional Mira-Corgo, em Vila Real, cuja construção tem sido vivamente contestada por largos estratos da população local. Os autores das ameaças exigem o pagamento de 40 mil contos, sob pena de atentarem contra o complexo composto por três «torres» com 18 andares. Os escritórios da firma já foram anteriormente alvo de várias acções de intimidação, designadamente um incêndio que destruiu livros e documentos de contabilidade.

Hélder Moutinho (cinco anos), Cristina Marco (sete anos) e Maria do Céu (quatro anos): os Prémios Vale Flor de 1982

Premiando actos de coragem e generosidade

Atribuídos Prémios Vale Flor de 1982

A direcção do Montepio Geral, no uso dos poderes que lhe são conferidos pelos estatutos da Fundação Vale Flor, atribuiu os prémios correspondentes ao ano de 1982, contemplando Hélder da Silva Moutinho, Cristina Maria dos Santos Marco e Maria do Céu Gomes da Silva.

Instituída em 1945 pela marquesa de Vale Flor em memória dos seus filhos José Luís e Jenny, a fundação vem premiando anualmente os «actos de honestidade, humanidade, abnegação, generosidade, sacrifício e coragem praticados por menores de ambos os sexos, de nacionalidade portuguesa e residentes em território nacional».

O pequeno Hélder, de cinco anos de idade, residente no lugar de Codeçais, concelho de Carrazeda de Ansiães, recebeu o «Prémio José Luís de Vale Flor», no montante de 80 mil escudos, por ter livrado o pai de morte certa, ao retirá-lo de casa onde caíra inanimado, antes do incêndio provocado por uma faísca.

À Cristina Marco, de sete anos de idade, residente no lugar de Água-Levada, na freguesia de Avanca (Estarreja), foi atribuído o Prémio Jenny Vale Flor, no montante de 80 mil escudos, por ter retirado do meio das chamas que devoravam a barraca onde vivia com os pais e irmãos, a sua irmã Fátima, de dois anos de idade. Tentaria ainda voltar à barraca para salvar dois outros irmãos, mas foi impedida por populares presentes que se aperceberam do perigo. Os seus dois irmãos pereceram no incêndio.

Finalmente, o Prémio Jenny Vale Flor, no montante de 25 mil escudos, mas correspondente ao ano de 1977, pois até ao presente não tinham surgido candidaturas justificativas, contemplou Maria do Céu, de quatro anos, residente na Freguesia de Gulpilhares (Vila Nova de Gaia), por ter salvo um irmão de três anos de morrer num incêndio. Ela encontrava-se conjuntamente com os quatro irmãos em casa, quando o fogo ateado por um dos miúdos se propagou rapidamente a toda a casa. Subindo a uma cadeira, lançou para a rua o irmão Miguel Constantino, de três anos, saltando de seguida pela mesma janela. Ainda procurou o auxílio dos vizinhos, mas estes não se aperceberam da tragédia, pelo que não foi possível salvar as outras três crianças.

IMPÉRIO

companhia de seguros

COMUNICADO

A COMPANHIA DE SEGUROS IMPÉRIO, ao agradecer ao Público Anónimo, Empresas Congéneres, Amigos, Clientes, Pessoal, Forças da Ordem e Corporações de Bombeiros, o interesse manifestado, apoio oferecido e intervenção rápida e eficiente, aquando do sinistro ocorrido nas instalações da sua Sede Social, na Rua Garrett, na manhã de 24 de Janeiro, que felizmente se conseguiu circunscrever ao 5.º andar ocupado pela Direcção de Seguros Marítimo, Aéreo e Transportes, onde destruiu parte do respectivo arquivo — cujos elementos, aliás, é possível reconstituir via departamento privativo de Informática de que dispõe — tem o grande prazer de poder confirmar a todos os seus amigos que se encontrava na tarde do mesmo dia em condições de poder oferecer a todos a qualidade de serviço que, ao longo da sua existência, tem sido seu timbre.

Estão a ser feitas todas as tentativas no sentido da detecção das causas do incêndio.

Companhia de Seguros Império

AO SEU SERVIÇO
IMPÉRIO
a sua seguradora

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA

9.º JUÍZO CÍVEL

Anúncio

Por este Tribunal correm éditos de trinta dias, que começarão a contar-se da segunda e última publicação do respectivo anúncio, citando os herdeiros incertos da Ré para no prazo de vinte dias, findo o prazo dos éditos, deduzirem a sua habilitação como sucessores da Ré, dentro de vinte dias, depois de findar o prazo dos éditos.

Acção Ordinária N.º 1513/82 3.ª Secção. Autora — Maria da Conceição Telhado da Silva Lamprela, residente na Rua Dr. João do Couto — 9-4.º Dt.º Lisboa.

Ré — Maria Helena Telhado da Silva, residente na Rua Rodrigo da Fonseca n.º 190-1.º Esq.º Lisboa.

Lisboa, 19 de Janeiro de 1983

O Juiz de Direito,
a) Fernando Amâncio Ferreira
O Escrivão-Adjunto,
a) M.ª Emília Saraiva Ribeiro

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE OEIRAS

ANÚNCIO

— Faz-se SABER que nos Autos de Acção de Despejo N.º 95/82 do 2.º Juízo — 2.ª Secção do Tribunal Judicial de Oeiras, em que é Autor ANTÓNIO DINIZ FETEIRA JUNIOR, casado, residente na Chaussé de Ainsemberg N.º 286 — 1180 — Bruxelas e Réus OLÍVIO DE JESUS e MARIA DE JESUS, ambos casados, com última morada conhecida na Travessa Rebelo da Silva N.º 14 — 1.º Dt.º em Lisboa, ficam estes Réus citados para comparecerem pessoalmente, ou se fazerem representar por procurador com poderes especiais para transigir, neste Tribunal, no dia 7 de FEVEREIRO DE 1983, pelas 10.00 horas, a fim de ter lugar a tentativa de conciliação prevista na alínea a) do Art.º 972.º do C. Processo Civil, designada na acção de despejo acima indicada, ficando ainda citados para no prazo de 5 dias, a contar da data da tentativa de conciliação e no caso desta se frustrar, contestarem, querendo, a referida acção, pelos fundamentos constantes da petição inicial, cujo duplicado se encontra neste Tribunal, à sua disposição e sob pena de serem condenados no pedido.

Oeiras, 13 de Janeiro de 1983

O JUIZ DE DIREITO
LUÍS FLORES RIBEIRO
O ESCRIVÃO DE DIREITO SUB.º
ÁLVARO JOSÉ PEREIRA LOUREIRO

Turismo: um outro tipo de saldos

Oito primeiros meses de 82 renderam menos que os de 81

O saldo das operações turísticas entre Janeiro e Agosto do ano passado foi inferior em dois por cento ao mesmo período de 1981, atingindo 30 904 milhares de contos (397 milhões de dólares).

As receitas nesse mesmo espaço de tempo em 1982 cifravam-se em 43 079 milhares de contos (558 milhões de dólares), ao passo que as despesas rondaram os 12 175 milhares de contos (161 milhões de dólares). A diferença entre as receitas e as despesas dá-nos o saldo acima referido – saldo positivo, embora inferior em dois por cento, comparativamente, ao mesmo período de 1981.

Agosto do ano passado registou, contudo, um extraordinário acréscimo quanto a receitas turísticas, se o cotejarmos com o mesmo mês de 1981. Ultrapassaram os 11 900 milhares de contos essas receitas do ano passado (mais 27 por cento que em Agosto de há dois anos) do mesmo modo que também aumentaram as despesas: de 2187 milhares de contos em 1981 para 3215 milhares de contos o ano findo. Isto é: as receitas aumentaram 27 por cento e as despesas 47%. O saldo foi de 8730 milhares de contos, representando uma variação positiva de 21 por cento em relação ao mesmo período de 1981.

Quer dizer: o aumento de despesas constitui um bom investimento. O crescimento das receitas deu para tudo. Só não chegou para evitar a variação negativa do mercado em dólares. Tratou-se aí de um problema que ultrapassou o próprio sector: o da revalorização do dólar em relação ao escudo.

Portugueses vão menos a Espanha

Já não compensa os portugueses irem a Espanha às compras. Aliás, desde há muito que é o contrário: os espanhóis é que nos visitam para se abastecerem. Isso sucede, diariamente, ao longo da linha fronteiriça, desde Vila Real de Santo António-Ayamonte a Valença do Minho-Tuy.

O aparecimento do bacalhau no mercado nacional terá pesado na descida do número de portugueses que no ano passado se dirigiram a Espanha, para além do agravamento do custo de vida no país vizinho e da inacessibilidade dos seus produtos. São muito poucos, hoje, os artigos que aí se podem comprar em condições vantajosas. Já nem o chocolate nos seduz. Isso não impede que se efectuem, semanalmente, excursões organizadas a alguns centros espanhóis e se entre em Portugal com toda a espécie de produtos, sobretudo, papel de parede, gambas e artigos de vidro.

De toda esta situação resulta que o número de portugueses que visitaram o país vizinho, o ano passado, diminuiu 1,5 por cento em relação ao ano anterior – indicam dados divulgados pela Secretaria de Estado espanhola do Turismo.

Durante o ano passado visitaram a Espanha 9 234 510 portugueses, quando no ano anterior o tinham feito 9 376 783. Isto significa uma diminuição de 142 273.

Portugal foi o segundo país fornecedor de turistas, logo depois da França (com 10 872 000, e a bastante distância da Inglaterra, que enviou a Espanha 4 849 504 turistas.

O número de turistas que visitou Espanha em 1982 procedente da Europa, aumentou de uma maneira geral. Diminuiu, só, o volume procedente da Bélgica (menos 75 por cento), Holanda e Suíça (menos 1,9 por cento cada) e Portugal (menos 1,5 por cento).

Algarve: projecto em debate

O Conselho Regional de Turismo do Algarve adiou para 7 de Fevereiro a aprovação total de uma proposta-projecto do estatuto de turismo da região do Algarve.

O órgão consultivo da CRTA, reunido, ontem, no Alvor, apreciou duas propostas de grupos de trabalho diferentes, tendo optado (após votação) pelo documento apresentado pela Comissão Executiva da Comissão Regional de Turismo do Algarve.

Na reunião os conselheiros aprovaram 12 dos 26 artigos que comporta o projecto. O artigo nono, do mesmo projecto, foi aquele que levantou maior polémica e suscitou maior debate, tendo ocupado grande parte das nove horas quase consecutivas de reunião. Mesmo assim, não foi aprovado pelos conselheiros.

Aquele artigo contempla a formação da comissão regional que passa a ser o órgão de cúpula da Região de Turismo do Algarve, que será constituída por um máximo de 32 elementos: o presidente, um secretário, designado pelo Governo, um representante de cada Câmara e representantes de entidades ligadas à actividade turística.

Cedência de bases militares constitui "séria ameaça"

O «esclarecimento da opinião pública, por parte dos órgãos de soberania, acerca da amplitude e do estado das conversações efectuadas entre o Governo português e potências estrangeiras sobre a utilização de bases militares, no continente e nas regiões autónomas» foi, no passado dia 21, exigido pelos participantes de um encontro promovido pelo Movimento Não às Armas Nucleares em Portugal. Numa moção, aí aprovada, os participantes declararam-se «seriamente preocupados com a disposição do Governo português, expressa em declarações do Primeiro-Ministro, Pinto Balsemão, no sentido de uma cedência de bases militares, em Portugal, para a força de intervenção rápida dos EUA».

A cedência dessas bases é encarada, na mesma moção, como constituindo «uma séria ameaça à segurança e independência nacional» devido à «actual situação de tensão externa nas relações internacionais».

Os participantes do encontro apelaram ainda «ao Governo português para que, na qualidade de membro da NATO, contribua com independência no seio da aliança militar, no sentido de analisar com seriedade e objectividade as recentes propostas de assinatura de um pacto de não-agressão entre os pactos da NATO e de Varsóvia».

Chegaram os primeiros 20 autocarros dos 102 encomendados

Carris quer vender Santo Amaro

Chegaram já à estação de autocarros da Carris, em Santo Amaro, os primeiros vinte autocarros de uma encomenda de mais de cem (102) feita pela empresa a Salvador Caetano. A encomenda de 102 novas unidades de transporte terá de ser satisfeita pela «Caetano-Iveco» até ao fim do ano.

Numa curta cerimónia que assinalou a recepção das primeiras vinte unidades daquela encomenda à empresa de Salvador Caetano, o presidente do Conselho de Gerência da Carris (Queirós Vilar) adiantou a intenção de negociar a estação de autocarros de Santo Amaro. Queirós Vilar considerou-a «um património da empresa a negociar no futuro, a fim daquele espaço ser devolvido à cidade».

O plano de compra de novas viaturas para a Carris é de 282 autocarros sendo 86 de marca «Volvo» (cerca de 50 já entregues) 94 «MAN» e 102 «Iveco», o que (segundo o vogal do Conselho de Administração, Consiglieri Pedroso) representará um aumento de lugares/quilómetro da ordem dos 15-20 por cento.

Os autocarros ontem entregues irão funcionar nas carreiras da zona ocidental da cidade, sublinhando Queirós Vilar o facto de estas viaturas serem construídas com «uma forte componente da indústria portuguesa». O presidente da administração da Carris considerou este investimento de «alta prioridade», referindo que cada autocarro «Caetano/Iveco» custa cerca de 7500 contos.

Quanto à renovação das estações de parqueamento da Carris e das suas oficinas, Vilar Queirós referiu a inauguração da nova estação de Miraflores, com a capacidade de recolha para 600 autocarros.

Junto a esta estação funcionarão as novas oficinas da Carris que vão permitir grandes reparações a uma frota que se prevê que em 1984 atinja cerca de 1100 unidades.

Mais duas estações de recolha vão ser construídas em Chelas e em Sacavém, devendo a primeira estar pronta no próximo ano e a segunda em 1985. Para a frota da Carris ter um maior rendimento é necessário que a Câmara Municipal melhore as condições de parqueamento, circulação e pavimentos: «um dos investimentos mais produtivos para a cidade de Lisboa», disse Vilar Queirós.

Entretanto, a Carris vai reformular os seus serviços na zona do Lumiar e exercer sobre estes pespecial vigilância, de modo a que estes decorram nas melhores condições e cumpram a sua missão. Esta atitude da Carris resulta da má prestação dos seus serviços aos seus milhares de utentes do Lumiar devido ao desvio das suas carreiras na área em que se processam os trabalhos na Alameda das Linhas de Torres.

Pescador português acusado de apoiar opositores de Machel

Acusado de distorcer a realidade política local e de fazer a apologia dos inimigos do regime, um português, António Fernandes da Cunha Fonseca, «mestre» de um pesqueiro acaba de ser detido em Moçambique, elevando assim para nove o número de compatriotas nossos nas cadeias daquele país.

A detenção – segundo relatava o «Jornal de Moçambique» na sua edição de anteontem – registou-se na semana passada, na sequência de uma denúncia de tripulantes do barco em que António Fonseca trabalhava, acusando-o de «distorcer a realidade política do país, de se identificar com os rebeldes do Movimento Nacional de Resistência (MNR) e de fazer a apologia das suas acções».

No relato do caso, o jornal pormenoriza que António Fernandes da Cunha Fonseca comentou a recente sabotagem dos depósitos de combustível de Munhava, na Beira, dizendo que ela deveria ter sido feita numa altura em que a cidade estivesse sem água para dificultar o controlo do incêndio.

O «Diário de Moçambique» atribui ainda as causas da penúltima detenção de um português, António Martins da Silva Guerra, no passado dia 15, a crime de sabotagem económica.

Na fundamentação da acusação o jornal indica que António Guerra vendeu uma casa de sua propriedade a uma empresa sediada no estrangeiro.

As primeiras detenções de portugueses e de um britânico, Finlay Hamilton, seguiram-se à sabotagem, em Dezembro, dos depósitos de combustível do porto da Beira,

comunicação social

"Noções de Jornalismo" — livro destinado à população escolar

«Noções de Jornalismo» é um livro, agora lançado, da autoria de José Jorge Letria e José Goulão, ambos jornalistas de «o diário». Em declarações prestadas à ANOP, Letria e Goulão afirmam que o livro nasceu e cresceu na base de «uma discussão aprofundada dos temas a abordar». O livro, segundo os autores, destina-se fundamentalmente à população escolar que tem a cadeira de «Introdução ao Jornalismo».

«Mas – dizem os autores – queremos atingir também aquela camada do público com interesse pelas coisas da informação.»

Goulão e Letria assinalam a propósito serem cada vez em maior número as associações e as colectividades que organizam cursos de jornalismo, numa clara demonstração de que o intersse pela matéria está a crescer.

O livro contém propostas de reflexão sobre questões fundamentais e, por isso, é também dirigido aos profissionais. Três partes constituem o livro: na primeira, traça-se uma perspectiva histórica do jornalismo em Portugal; na segunda, de carácter técnico, fala-se de várias rubricas do trabalho de jornalismo, desde a reportagem à elaboração da notícia, passando pela crónica; e na terceira, são abordadas questões como a manipulação, publicidade, imprensa paralela, etc.

Em apêndice, «Noções de Jornalismo» inclui a legislação da imprensa e outros textos de interesse geral. A edição é de «Livros Horizonte».

CG da RTP

A célula do Partido Comunista Português da RTP divulgou um comunicado em que declara que os trabalhadores da empresa «lutarão pela constituição de um novo Conselho de Gerência».

O actual CG, recentemente empossado, é constituído por Macedo e Cunha, Anselmo Freitas, Alberico Fernandes e mais dois membros que transitaram do anterior.

A célula do PCP afirma pretender um órgão de gestão constituído por elementos que «pelo seu passado e pala sua vida presente garantam o respeito dos direitos fundamentais dos trabalhadores e a rápida reposição da legalidade democrática na empresa».

Os comunistas acentuam que a notícia da demissão de Proença de Carvalho foi recebida «com alívio e satisfação pela grande maioria dos trabalhadores da empresa e do País».

ANOP

O presidente do Conselho de Gestão da ANOP, tenente-coronel Thadeu Ferreira, reafirmou ao secretário de Estado José Alfaia o pedido de demissão que lhe apresentara a 22 de Dezembro.

«Não tenho condições de gestão para assumir os compromissos sempre afirmados de pagar salários aos trabalhadores que continuam ao serviço da casa» – afirmou Thadeu Ferreira a um redactor da ANOP.

Segundo explicou, José Alfaia não aceitou o seu pedido de demissão em Dezembro, pedindo-lhe para continuar no desempenho de funções enquanto se mantivesse por esclarecer a situação do Governo demissionário.

I Congresso foi a "pedrada no charco"

Os primeiros balanços/opiniões do Congresso dos Jornalistas, que no sábado terminou, começam agora a surgir. Publicámos ontem os depoimentos de António dos Santos, presidente da direcção do Sindicato dos Jornalistas e de dois estudantes de comunicação social. Hoje é a vez de Ribeiro Cardoso, nosso camarada de trabalho e membro do secretariado da Comissão Executiva do Congresso, nos falar sobre o encontro dos profissionais da informação, num depoimento que a seguir transcrevemos:

«Passados que são quatro dias de vertigem vividos na Gulbenkian apenas poderemos afirmar que valeu a pena, que foi a pedrada no charco e que, como desde o arranque sonhámos, foi um acto de cultura, de liberdade, de camaradagem e de dignidade.

«Tudo excedeu as nossas próprias expectativas: o número de participantes, a quantidade de conclusões aprovadas, a vivacidade dos debates em salas quase sempre cheias. Para apontar apenas um número: na sexta-feira, ao princípio da tarde, contavam-se 1020 inscritos neste Congresso, entre membros (jornalistas com carteira profissional), assistentes, observadores e convidados. Muito nos congratulou a presença daqueles que são o futuro: os estudantes de comunicação social.

«Tudo se esgotou: as pastas, os «crachat», os exemplares das comunicações.

«Ponto excepcionalmente importante para nós foi também o da presença de organizações estrangeiras de jornalistas: nunca, como hoje, os jornalistas portugueses atravessaram tão profundamente as fronteiras, para dizer que existem e querem discutir os problemas comuns com camaradas de profissão de todo o mundo. Vieram representantes de Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e também do Brasil e o I Encontro dos Jornalistas de língua portuguesa vai ser possível em breve. Mas vieram também os espanhóis, os árabes, os franceses, os italianos. E sentámos à mesma mesa a FIJ e a OIJ.

«O I Congresso foi a pedrada no charco. Penso que todos os jornalistas portugueses devem estar satisfeitos pela realização deste I Congresso, pelo modo como decorreu e pelo seu significado. Resta agora ver os reflexos que ele terá no seio da classe. E não ficar de braços cruzados.

«Sinceramente penso que nada mais vai ser como dantes. Mostrámos que é possível e indispensável que jornalistas de todas as tendências e quadrantes ideológicos se unam a discutir os problemas comuns. Ao aprovar, por aclamação, a declaração final, os jornalistas portugueses deixaram bem claro o seu compromisso em defender a liberdade de expressão e o direito à informação como o repúdio por todas as formas de censura e assumiram, igualmente, a responsabilidade de, entre outras questões, lutar pela dignidade do exercício da profissão, exigindo o respeito pelos princípios consagrados no Estatuto do Jornalista e do Código Deontológico, cujo reconhecimento legal, não cessaremos de o afirmar, é imperativo e urgente.

«É isso: agora a luta dos jornalistas portugueses será a de levar à prática as conclusões e a declaração final deste Congresso. E se há quem diga que tal será fácil, certamente ninguém poderá agora afirmar que é impossível».

TRIBUNAL JUDICIAL DE LISBOA
7.º Juízo Cível
ANÚNCIO

São citados os credores desconhecidos que gozem de garantia real sobre os bens penhorados aos executados para reclamarem o pagamento dos respectivos créditos, pelo produto de tais bens, no prazo de dez dias, depois de decorrida a dilação de vinte dias, que se começará a contar da 2.ª publicação — última — do respectivo anúncio.

Execução Sumária n.º 671/82, 3.ª secção.
Exequentes — TOCAN — Sociedade do Tomate de Canha, SARL.
Executado — José Manuel Pedro Nazaré, residente na Rua do Comércio, em Alferrarede, Abrantes.

Lisboa, 14 de Janeiro de 1983.

O Juiz de Direito,
a) JOÃO ROLANDO VIANA QUEIROGA CHAVES
O Escrivão de Direito,
a) JOSÉ VÍTOR CORREIA TEMPERA

Paul Nitze na RFA

"Opção zero" desacreditada junto dos oeste-alemães

O chefe da delegação norte-americana às Negociações de Genebra sobre Desarmamento, Paul Nitze, chegou ontem à Alemanha Federal numa altura em que, em torno da campanha eleitoral, recrudesce a polémica acerca dos «Euromísseis» da NATO, segundo a ANOP.

Nitze vai informar o primeiro-ministro, Helmut Kohl, e o seu ministro da Defesa, Manfred Woerner, sobre o estado actual das Negociações de Genebra e, ao mesmo tempo, auscultar o ponto de vista do governo e da oposição social-democrata em relação aos novos mísseis de médio alcance.

Este tema tem-se convertido no principal «cavalo de batalha» eleitoral com vista às eleições do próximo dia 6 de Março, a par do desemprego que afecta quase 10 por cento da população activa.

Tanto os partidos da coligação governamental (democratas-cristãos, sociais-cristãos bávaros e os pequenos liberais) como a oposição social-democrata e os «verdes» (ecologistas), apesar de extraparlamentares a nível federal, têm compreendido a posição do eleitorado face aos «Euromísseis».

O certo é que ninguém parece acreditar na viabilidade da «opção zero», proposta por Washington, isto é, a destruição de todos os mísseis soviéticos de médio alcance em troca da renúncia, por parte da NATO, em instalar os seus novos 572 «Euromísseis».

O candidato social-democrata, Hans-Jochen Vogel, considera-a «maximalista» e «irrealista», além de reconhecer uma flexibilização da posição soviética nas Negociações de Genebra, o que lhe valeu já fortes ataques dos democratas-cristãos, que o qualificaram de «agente de Andropov».

Os partidos do governo receberam recentemente uma inesperada ajuda do presidente francês, François Mitterrand, que pronunciou a semana passada um discurso em Bona, de claro conteúdo atlantista, considerado por muitos observadores como «uma clara advertência à RFA que não caia em tentações neutralistas».

Também o líder conservador do Governo bávaro, Franz-Josef Strauss, qualificou de «absurda, irreal e inalcançável» a «opção zero» norte-americana.

Os sociais-democratas de Vogel têm-se apresentado ao eleitorado como «o partido do compromisso e da paz» frente à «União dos Mísseis» de democratas-cristãos e sociais-cristãos bávaros, o que – segundo comentário de observadores – não deixa de ter a sua eficácia num país tão sensibilizado como a RFA para o tema nuclear.

Genscher nos EUA

O ministro alemão-federal dos Negócios Estrangeiros, Hans-Dietrich Genscher, desloca-se hoje à noite aos Estados Unidos para confirmar ao presidente americano o apoio do governo do chanceler Helmut Kohl à «opção zero», que será defendida pelos Estados Unidos quando recomeçarem as negociações americano-soviéticas sobre os «Euromísseis», em Genebra, no próximo dia 27.

Durante a sua «visita-relâmpago» a Washington, que durará 24 horas no total, o chefe da diplomacia alemã-federal que assegura actualmente a presidência da CEE, será recebido (amanhã de manhã) durante 50 minutos pelo presidente Reagan e avistar-se-á com o seu homólogo americano, secretário de Estado, George Shultz, indica-se nos meios políticos de Bona.

O chefe da diplomacia alemã-deral repetirá igualmente aos dirigentes americanos que as propostas do «número um» soviético, Yuri Andropov, no sentido da redução do número dos mísseis soviéticos estacionados na Europa situando-o no mesmo nível das forças nucleares francesa e britânica são inaceitáveis para o Governo da RFA, porque «cimentariam a superioridade soviética na Europa».

Por último, Hans-Dietrich Genscher indicará: a Washington que a posição de Bona não está ainda completamente assente e que a RFA decidirá no próximo Outono, juntamente com os seus parceiros da NATO, o número dos novos mísseis americanos a instalar na Europa Ocidental, à luz dos resultados conseguidos até essa altura em Genebra pelos Estados Unidos e União Soviética.

Manif. na Grécia

Cerca de 2 mil pessoas manifestaram-se no domingo frente à base de Hellinikon, perto de Atenas, para protestar contra a presença militar americana na Grécia.

Os manifestantes, que dispersaram sem incidentes, haviam-se reunido, correspondendo ao apelo do «Comité Panateniense para o Desanuviamento Internacional e a Paz».

As negociações sobre o futuro das bases americanas na Grécia foram retomadas na quarta-feira em Atenas.

Novo aviso soviético

A não ser que haja acordo em Genebra, «nem a União Soviética, nem os seus aliados poderão permanecer inactivos face à instalação de novos mísseis nucleares americanos na Europa Ocidental», escreve o «Pravda», órgão do PCUS.

A três dias do recomeço das negociações americano-soviéticas de Genebra, o órgão do PCUS considera, contudo, que o êxito dessas conversações permitirá «escapar finalmente ao círculo vicioso da acumulação dos armamentos nucleares no continente».

Segundo o jornal soviético, um acordo resultante das negociações de Viena sobre a redução das Forças Armadas e dos armamentos na Europa Central também constituirá «um passo importante» para o desanuviamento no continente. Mas «é evidente» que os países da NATO «tentam fazê-las durar (as negociações) para aumentarem, a coberto delas, o seu potencial militar na Europa Central nomeadamente», acrescenta o «Pravda», que considera «preocupante» esta «quase falta de progressos».

De 1 de Fevereiro a 31 de Março

Acordo de trégua entre Luanda e Pret

— *revela a ANOP*

As hostilidades militares entre Angola e a África do Sul serão suspensas entre 1 de Fevereiro e 31 de Março, disse ontem a ANOP uma fonte diplomática ocidental.

O acordo de tréguas é renovável, integra-se no quadro das negociações entre Angola e a África do Sul sobre a independência da Namíbia e será firmado no segundo encontro de delegações dos governos de Luanda e Pretória acrescentou a mesma fonte.

Delegações dos governos de Luanda e Pretória tiveram um primeiro encontro em 8 de Dezembro, no aeroporto do Sal, em Cabo Verde, que foi considerado positivo por fontes sul-africanas e cabo-verdianas, enquanto Angola nem sequer o noticiou.

No encontro de 8 de Dezembro, disse também a fonte diplomática ocidental contactada pela ANOP, as delegações de Angola e da África do Sul decidiram voltar a reunir-se de dois em dois meses, a fim de fazerem um balanço dos resultados alcançados e darem novos passos no sentido de um acordo gradual sobre a independência da Namíbia.

As Embaixadas de Angola e da África do Sul em Lisboa disseram à ANOP que não possuem quaisquer informações sobre um eventual segundo encontro entre delegações dos seus países.

A fonte diplomática ocidental contactada pela ANOP acrescentou que a África do Sul e Angola se teriam comprometido, no encontro de 8 de Dezembro, a interromper durante dois meses, como prova de boa vontade, o fornecimento de qualquer apoio militar à UNITA e à SWAPO.

Pretória noticiou posteriormente operações militares da SWAPO na Namíbia, nomeadamente uma emboscada em que morreram vários soldados sul-africanos, e as autoridades angolanas revelaram a semana passada que um «comando de mercenários ao serviço da África do Sul» sabotou a barragem do Alto Catumbela, operação que foi reivindicada em Lisboa pela UNITA.

Ainda segundo a mesma fonte, a delegação sul-africana ao encontro de 8 de Dezembro não terá considerado a evacuação da tropas cubanas de Angola como condição necessária a um acordo sobre a independência da Namíbia, exigência que tem sido feita pelos Estados Unidos.

Mas a delegação do Governo de Pretória terá exigido que Angola se comprometa a não permitir o estacionamento no seu território de guerrilheiros da ANC (Congresso Nacional Africano), o movimento que luta contra o regime de «apartheid» na África do Sul.

A fonte diplomática ocidental considerou, ainda, as recentes demissão do governo e dissolução da Assembleia da Namíbia como passos destinados a deixar o governo de Pretória com as mãos livres para negociar com a SWAPO e com Angola.

Ataque da UNITA

O padre suíço Leandro Volken, uma noviça e vários catequistas (de nacionalidade indeterminada) foram mortos no passado dia 19 de Janeiro, durante um ataque de terroristas da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) no Centro-Oeste do país, soube-se ontem em Luanda de fontes religiosas.

Cinco padres e uma religiosa portugueses, que também se encontravam na coluna atacada, na estrada entre Benguela e Cubal (cerca de 120 km para leste de Benguela) foram poupados e autorizados a seguir caminho, acrescentaram as mesmas fontes.

Depois do ataque, as tropas da UNITA, incendiaram todos os veículos e camiões da coluna, com excepção de três veículos entregues aos seis religiosos portugueses.

Sabotagem

Homens armados não iden-

Nigéria expulsa um milh de trabalhadores estrange

A decisão do governo nigeriano de expulsar mais de um milhão de estrangeiros em situação irregular é uma medida de uma excepcional gravidade pela importância da população implicada.

As expulsões visando comunidades estrangeiras são, no entanto, numerosas no continente africano. Frequentemente acompanhadas de actos de violência, estas expulsões podem colocar, por outro lado, problemas aos países de acolhimento quando estes têm já de fazer face, eles próprios, ao afluxo de imigrantes ou refugiados.

As expulsões obedecem a móbeis diversos: crise económica ou medidas de resposta em casos de tensão política.

Assim, em 3 de Dezembro de 1969, o governo do Gana expulsou mais de 100 000 estrangeiros: da Nigéria, do Alto Volta, do Benim e do Togo. Em 1971-72, acusados de «crime económico», naturais do Senegal, do Mali, da Nigéria e da Mauritânia foram, sistematicamente, expulsos do Zaire. Em Setembro de 1977, o chefe de Estado congolês, general Yombi Opango, face a dificuldades económicas expulsou vários milhares, naturais do Mali e do Senegal.

Em 5 de Agosto de 1972, o marechal Amin Dada ordenou a cerca de 50 000 indo-paquistaneses detentores de passaportes britânicos que deixassem o Uganda.

Por razões políticas (malogro da união Tunísia-Líbia-Egipto), o coronel Kadhafi expulsou, em 14 de Março de 1976, milhares de tunisinos e egípcios que trabalhavam na Líbia. Identicamente, em Dezembro de 1975, em pleno período de tensão argelino-marroquina, a propósito do Sara Ocidental, a Argélia expulsou 30 000 marroquinos em situação irregular.

Continente dos desenraizados, a África abriga metade dos refugiados do planeta: cinco milhões de homens, mulheres e crianças vítimas de conflitos e crises económicas. O mais vasto êxodo que o continente conheceu, recentemente, foi o dos etíopes: mais de 1 200 000 pessoas repartidas pela Somália (700 00), Sudão (500 000) e Djibuti (40 000)

Incêndio em Lagos

Pelo menos duas pessoas

Internacional Socialista e desarmamento

Os membros do Comité de Desarmamento da Internacional Socialista (IS) separaram-se ontem em Paris sem terem chegado a um acordo sobre as questões de segurança e desarmamento na Europa. Confiaram a um grupo de trabalho a elaboração de um texto que será submetido ao Congresso da IS em Abril em Sydney (Austrália).

Bernt Carlsson (Suécia), secretário-geral da IS, Kalevi Sorsa, primeiro-ministro finlandês, Hans Eberhardt (SPD alemão federal), Franck Allan (Partido Trabalhista Britânico) e Jacques Huntzinger (responsável pelas Relacções Internacionais do PS Francês) participaram na reunião deste Comité, ao qual se juntou mais tarde Claude Cheysson, ministro francês das Relações Externas.

INTERMAN
MODA MASCULINA
SALDA
30% DESCONTO
CASACOS
BLAZERS ★ CALÇAS
FATOS ★ GABARDINAS
PULLOVERS ★ CAMISOLAS
CASACOS PELE 4 980$00
CAMISAS, ETC., ETC., DAS MELHORES MARCAS
RUA SERPA PINTO, 16-A-B (AO CHIADO)

Golpe de Estado neutralizado na Ta

Oficiais superiores das Forças Armadas da Tanzânia foram nomeados, sábado passado, depois da descoberta de uma tentativa de golpe de Estado, secretários-regionais do partido único Chama Cha Mapinduzi, disseram ontem fontes oficiais.

As autoridade tanzanianas revelaram sexta-feira a descoberta de uma conjura contra o presidente Nyerere e a prisão de alguns civis e militares.

Entre os oficiais nomeados secretários-regionais do partido figuram os generais Silas Maunga e Mwita Marwa.

A tentativa de golpe de Estado deveria coincidir com a reunião, iniciada sexta-feira e terminada domingo, da comissão executiva nacional do Chama Cha Mapinduzi, a que presidiu Julius Neyrere.

Eles sabem tudo

A perspectiva dum golpe de estado militar em Marrocos deverá avolumar-se a médio prazo num ambiente de crescente instabilidade social, consideram os dois maiores institutos internacionais de «risco político» o «BERI» e o «WPRF».

Esses organismos americanos, citados no último número da revista francesa «Le Moniteur du Commerce International», consideram, contudo, que Hassan II deverá conservar o poder nos dois próximos anos.

Segundo o «BERI» (Business Environment Risk International), o «risco político é e continuará a ser muito elevado» em Marrocos. Mas Hassan II «forneceu novos materiais às Forças Armadas» e «conseguirá retardar as negociações sobre o Sara ocidental por, pelo menos dois anos». Esses dois factores, acrescenta o «BERI», «impedem um golpe militar a curto prazo. mas durante os próximos cinco anos uma subvelação social levará os militares a agir».

«Se bem que o rei Hassan II tenha mais do que 50 por cento de possibilidades de sobreviver a esse período, a oposição ao regime, as consequências duma guerra prolongada no Sara or

Noticiário em colabora[illegible]ão c
France Presse, Inter Pr[illegible]ss Se
atina

...as ...tória

...tificados atacaram na semana transacta a barragem de Lamoan (centro de Angola), provocando dez mortos e um milhão de dólares de estragos, afirmaram oficiais angolanos ontem citados pela Rádio sul-africana SABC.

A reposição em funcionamento da barragem, a segunda mais importante do país, situada na província de Benguela, necessitará de pelo menos um ano de trabalhos.

SADCC

Os trabalhos preliminares da Conferência Coordenadora do Desenvolvimento da África Austral (SADCC) principiaram ontem em Maseru, capital do Lesotho, com a presença de mais de 60 delegações de países e organizações.

A conferência vai prolongar-se por toda a semana e abordará a situação da agricultura, transportes, indústria e energia na África Austral.

Portugal, Jugoslávia, Grã-Bretanha, Estados Unidos e Venezuela foram alguns dos países que enviaram delegações aos trabalhos da SADCC, de que são membros Angola, Moçambique, Botswana, Suazilândia, Lesotho, Malawi, Zâmbia, Tanzânia e Zimbabwe.

...lhão ...geiros

...morreram num incêndio que eclodiu, ontem de manhã, no sexto andar do edifício do Centro Nigeriano de Telecomunicações Exteriores no centro de Lagos, segundo uma testemunha.

O sinistro ainda não estava dominado, ao princípio da noite de ontem, e não tinha sido publicado nenhum balanço oficial.

No entanto, a Nigéria não se encontra totalmente cortada do mundo exterior, pois a estação de Lenlat, no estado de Oyo (oeste da Nigéria), pode ser utilizada para substituir a central de Lagos, indicou um porta-voz oficial.

Ao princípio da tarde de ontem, três helicópteros aterraram no terraço do edifício e puderam evacuar empregados bloqueados pelo fumo.

...anzânia

...dental e os problemas económicos persistentes, assim como uma crescente pobreza nas zonas urbanas, deverão multiplicar por dez as possibilidades duma alternativa militar de direita ou mais radical», considera o «WPRF» (World Political Risk Forecast).

...o com as agências ANOP, ...ss Service, Novosti, Prensa ...atina

Shimon Peres

Yzaak Navon

Soldados israelitas atacaram tropas sírias em Bekaa

Militares israelitas efectuaram, domingo, um ataque contra tropas sírias, integradas na Força Interárabe de Manutenção da Paz, estacionadas no Vale de Bekaa – foi, ontem, revelado em Beirute.

Os agressores submeteram a intenso fogo de artilharia as posições sírias e palestinas ao longo de toda a linha da frente.

A artilharia síria e palestina ripostou, a fim de neutralizar o fogo israelita.

Telavive continua a aumentar as suas Forças Armadas nas regiões ocupadas do Líbano.

De acordo com informações chegadas do Vale de Bekaa e citadas pela ANOP, os agressores transportam para as posições avançadas tanques e veículos blindados.

Novas unidades blindadas foram detectadas nas regiões de Yanta, Kfar-Kuk, Baka, Aita-Fuhhar e a Ain-Arab.

Os comandos israelitas efectuaram, domingo, rusgas, batidas e prisões em série, assim como a limpeza da região do lago de Kharun.

Recorde-se que, ontem de manhã, um míssil Katiucha caiu em Khalde, nas proximidades do local onde se realizavam as negociações israelo-libanesas. O míssil foi disparado a partir duma zona controlada por «marines» americanos, segundo afirmou um porta-voz militar israelita.

Contudo, o capitão Dye Deal, oficial de Imprensa do contingente americano da Força Multinacional instalda em Beirute, declarou, hoje, à AFP que os «marines» não são responsáveis pelo controlo da zona de onde, segundo os israelitas, foi disparado um míssil contra o hotel.

Peres-Navon

O líder da oposição trabalhista israelita, Shimon Peres, está disposto a ceder a chefia do partido ao actual presidente da República, Isaac Navon, quando este terminar o seu mandato – revelaram fontes partidárias em Israel.

Contudo – adiantaram as mesmas fontes – o regresso imediato de Navon à cena política de Israel ainda não está assegurado, sendo apenas certo que não continuará na presidência por mais cinco anos.

Mudança no Iraque

O número dois do regime iraquiano e ideólogo do Partido Baa no poder, Tarik Aziz, foi, segunda-feira, nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros em substutuição de Saasee Saadoun Hammadi.

Esta nomeação, já ventilada há dias, e o cargo que ocupa, agora, é de fundamental importância para a vida política actual do país.

Considerando o recuo iraquiano na guerra contra o Irão, as frustradas esperanças de Bagdad em realizar, em 1982, nesta cidade, a cimeira dos Não-Alinhados, o estado da economia devido ao esforço paralelo de guerra e de desenvolvimento, a nomeação de Aziz pode simbolizar a seriedade da crise vivida no Iraque.

"Preparativos subversivos" em curso na Bolívia

O diário «Jornada» de La Paz anunciou, ontem, que foram mandados regressar, urgentemente, todos os oficiais das Forças Armadas bolivianas que estavam de licença.

A convocação refere que os oficiais foram chamados para se consagrarem a tarefas especiais relacionadas com «possíveis factos susceptíveis de atingir o processo democrático».

Com efeito, acrescenta o jornal, de acordo com informações provenientes de Santa Cruz, a sudoeste de La Paz, estão em curso «preparativos subversivos» que seriam consequência da recente crise governamental. Foram necessárias duas semanas de discussões políticas do presidente, Herman Siles Suazo, para solucionar esta crise que levou ao rebentamento da coligação governamental da UDP.

Pacto Andino

Peritos dos cinco países membros do «Pacto Andino» estao reunidos, desde ontem, na cidade boliviana de Santa Cruz, para conversações consideradas como decisivas para a sobrevivência da organização.

Ministros ou altos funcionários da Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela tratarão, até sexta-feira, de encontrar soluções para os numerosos problemas que levaram à quase paralisação dos mecanismos previstos no «Acordo de Cartagena», assinaso em 1969.

O chefe do Estado boliviano, Herman Siles Suazo, preside à sessão inaugural.

Não-Alinhados

O governo das Honduras pediu o estatuto de observador no Movimento dos Países Não-Alinhados – confirmou o ministro hondurenho dos Negócios Estrangeiros, Edgardo Paz Barnica.

«Queremos conhecer e estar ao corrente dos temas que se debatem nas assembleias e demais actividades dos Não-Alinhados e isso não diminui a nossa posição ideológica e democrática», disse.

El Salvador

Mais de um milhar de soldados de diversas unidades dirigiram-se, ontem, para oeste do Salvador, indicou fonte oficial na capital do Salvador.

Os efectivos empenhados na luta antiguerrilha nesta região atingem o número de 5 mil homens pertencentes ao Batalhão Atonal e à 3.ª Brigada de Infantaria.

Segundo os observadores, esta medida seria destinada a retomar à frente Farabundo Marti de Libertação Nacional (FMLN), as posições perdidas pelo Batalhão Atonal, no sábado passado, em Meanguera, zona estratégica importante.

Este movimento de tropas foi acompanhado de uma recrudescência dos combates. No entanto, ignoram-se as perdas dos dois campos.

Sicília

Mais um magistrado assassinado

O principal magistrado de Trapani (ponta ocidental da Sicília), o substituto Giangiacomo Ciaccio Montaldo, foi assassinado na noite passada, soube-se de boa fonte.

O corpo de Montaldo, crivado de balas, foi encontrado por uma patrulha de carabineiros dentro de um automóvel «Wolkswagen Golf» abandonado numa estrada deserta próxima de Valderice, a alguns quilómetros de Trapani. O pára-brisas e os virdos laterais do carro estavam completamente estilhaçados.

Quatro meses depois do assassinato do general de carabineiros Carlo Alberto Dalla Chiesa, prefeito de Palermo (Sicília), a hipótese de novo assassinato da Mafia não dá lugar a dúvidas, pensam os observadores.

Cidade com cerca de 80 mil habitantes, Trapani é um centro agrícola e vinícola activo, bem assim como um porto que tem uma certa importância no Mediterrâneo ocidental.

O substituto Giangiacomo Ciaccio Montaldo tinha 40 anos, era casado e pai de duas raparigas e desempenhava funções em Trapani desde 1971. Não estando inscrito em qualquer partido, o magistrado não escondia contudo simpatias pela esquerda.

Montaldo esteve na origem de numerosos processos contra a Mafia de Trapani, tendo acusado por várias vezes os políticos locais de conluio com a criminalidade organizada. Assim, foi o primeiro magistrado a instruir um processo sobre o desvio dos fundos públicos destinados à reconstrução do Bélice, região do Ocidente da Sicília devastada em 1969 por um tremor de terra.

A Igreja colocou-se nessa ocasião ao lado dele

Recentemente, Giangiacomo Montaldo fez prender, por estarem implicados em adjudicações públicas irregulares, o secretário regional do Partido Liberal e uma influente personalidade do Partido Republicano, que estariam presumivelmente ligados à Mafia.

O magistrado não tinha sido alvo de qualquer ameaça. Contudo, pedira há alguns meses para ser transferido para Florença (continente). O seu pedido devia ser apreciado nos próximos dias.

Morte no hospital

Um membro notório da Mafia siciliana foi ontem assassinado no interior do Hospital de Palermo, onde tinha sido admitido recentemente no Serviço de Cancerologia, indica fonte informada.

Trata-se de Nunzio La Mattina, de 49 anos, conhecido dos serviços da Polícia desde 1954 e que estava envolvido, com mais 44 pessoas, num importante caso de tráfico de estupefacientes.

Os assassinos de La Mattina, segundo os primeiros testemunhos, abateram-no frente a vários doentes e conseguiram fugir.

"Rádio Solidariedade" voltou a emitir

Rádio Solidariedade recomeçou, ontem, à noite, as suas emissões, após três meses de interrupção, no próprio dia da abertura, ante o tribunal militar de Varsóvia do julgamento da primeira equipa da estação candestina.

Às 21 horas (20 h. tmG) ecoaram nas bandas de modulação de frequência as dez primeiras notas duma canção do tempo da ocupação que servem de indicativo ao Solidariedade desde a sua primeira transmissão, em 13 de Abril do ano passado, tal como anunciavam os prospectos espalhados, de tarde, em diferentes cruzamentos da capital.

Uma voz feminina anunciou, em seguida, «Tu Rádio Solidarnosc» (aqui Rádio Solidariedade). Depois, um homem, o mesmo, faz crer a voz, das primeiras emissões, anunciou que tinha começado o dia do julgamento dos animadores da estação.

Dez pessoas, precisou, comparecem em juízo, incorrem em dez anos de cadeia.

A fim de apoiar os dez réus, Rádio Solidariedade pediu à população de Varsóvia que compareça às horas de audiência, em frente da sede do tribunal militar.

Escândalo Flick na RFA

Chanceler Khol declarou ter recebido "dádivas"

O chanceler Helmut Khol declarou ter recebido dádivas da sociedade alemã ocidental Flick, empresa que terá dado «luvas» a todos os partidos políticos da RFA, afirma o semanário «Der Spiegel» na sua edição de ontem.

O magazine publica aquilo que apresenta como processo verbal da audição sobre a origem dos dinheiros dos partidos, antes de ascender à chancelaria em Outubro.

À pergunta do procurador «recebeu dinheiro dos responsáveis da firma Flik?» Khol, presidente da CDU (Partido Cristão Democrata) responde «sim, essa sociedade fez donativos para financiar o meu trabalho político».

Interrogado sobre o valor desses donativos, Khol afirma «que variavam de 20 000 a 35 000 marcos (700 – 1300 contos, aproximadamente). Alguns, como ele, receberam directamente de Eberhard Von Brauchitsch, antigo administrador da sociedade Flick, precisou.

O semanário alemão afirma igualmente que o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Juergen Moellemann (FDP – Partido Liberal) esteve durante mais de um ano numa lista de pessoas pagas pelo Holding Flick. Receberia um salário anual de 60 000 marcos (2220 contos) e beneficiava, por outro lado, de uma viatura e debitava despesas.

Cerca de um ano após a abertura de uma informação pelo Ministério Público de Bona sobre a origem das dádivas aos partidos políticos, personalidades de todos os quadrantes foram citadas neste caso, em particular os antigos ministros das Finanças do governo Schmidt, Hans Mathoefer (SPD – Partido Social Democrata) e Manfred Lahnstein (SPD) e o ministro da Economia, Otto Lambsdorff (FDP). O inquérito deverá determinar em particular se a firma Flick beneficiou de importantes fugas fiscais em troca dessas dádivas.

Não obstante as dívidas a pagar este ano

"Não há risco de ruptura"

- diz vice-governador do Banco de Portugal

«Os alarmismos não servem a ninguém uma vez que o País não se encontra em risco de ruptura» – disse, ontem, o vice-governador do Banco de Portugal. Alexandre Vaz Pinto, comentando as notícias sobre eventuais amortizações gigantes da dívida externa para as quais o banco não disporia de reservas em divisas.

Vaz Pinto afirmou à Anop que não há nenhuma acumulação anormal de pagamentos externos a efectuar por Portugal nos próximos meses.

«O montante de 2,5 mil milhões de dólares (230 milhões de contos) **que chegou a ser noticiado é, totalmente, irrealista: este valor é o da dívida total do médio prazo do País, estando previstos esquemas de pagamento gradual»** – garantiu aquele vice-governador do Banco de Portugal.

A dívida externa portuguesa total ronda os 13 mil milhões de dólares – a caminho, portanto, dos 1200 mil milhões de contos – e independentemente das amortizações dos empréstimos anteriormente recebidos e da necessidade de suprir os défices da balança de pagamentos é já nos próximos meses que Portugal vai começar a liquidar as amortizações do grande empréstimo concedido, em 1978, com o aval do Fundo Monetário Internacional.

Este empréstimo gigante, contraído na vigência do Governo PS/CDS, atingiu o valor global de 750 milhões de dólares que correspondiam, na altura, a cerca de 35 milhões de contos. Mas, hoje, depois das continuadas desvalorizações do escudo e das valorizações do dólar, implicam a contrapartida de cerca de 70 milhões de contos em moeda portuguesa, mesmo sem contar os juros.

Segundo uma fonte do Banco de Portugal citada pelo Anop, as amortizações para este ano não envolvem verbas exageradas, podendo «ascender a algumas centenas de milhões de dólares durante este ano».

Este empréstimo foi negociado com 14 países (dez europeus e os Estados Unidos, Canadá Japão e Venezuela) para corrigir o desequilíbrio da balança de pagamentos portuguesa, que apresenta um defice recorde de 1,5 mil milhões de dólares, em 1977, reduzindo para cerca de 800 milhões, em 1978, e para 50 milhões, em 1979.

Os Estados Unidos foram o maior contribuinte para o empréstimo, com 300 milhões de dólares, numa operação com características excepcionais, que nenhum outro país havia conseguido como sublinhou o então governador do Banco de Portugal, Silva Lopes. Era ministro das Finanças Vítor Constâncio.

A concretização do grande empréstimo surgiu na sequência das negociações entre Portugal e o Fundo Monetário Internacional de um acordo «stand by», mediante o qual o Fundo concedeu um crédito de 70 milhões de dólares.

Portugal negociou uma carta de intenções na sequência da qual o Governo tomou um conjunto de medidas de política económica, nomeadamente, restrições ao crédito, particularmente, ao sector público, para reduzir as respectivas despesas, aumento as taxas de juro e maior desvalorização do escudo.

Negociações com a CEE

França insiste na adesão por etapas e o Governo português também interessado

Os «dez» vão iniciar consultas com as autoridades portuguesas relativamente à proposta francesa visando uma integração por etapas de certos sectores da nossa agricultura na CEE depois da adesão de Portugal, indicou ontem em Bruxelas o ministro francês para os assuntos europeus, André Chandernagor.

À margem da reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos «dez», Chandernagor recordou que a França propõe, numa primeira fase da adesão, excluir dos regulamentos agrícolas da CEE as frutas e legumes e, eventualmente, os vinhos portugueses. A falta de estruturas nesses sectores em Portugal (organizações de produtores e de mercados) não permitirá a Portugal aplicar a política agrícola comum da CEE logo a partir da adesão, considerou o ministro francês.

A primeira etapa, precisou Chandernagor, permitirá a Portugal receber ajudas comunitárias para a criação dessas estruturas, ao mesmo tempo que lhe permitirá manter as suas tarifas aduaneiras para a importação de produtos daqueles sectores. Quando esses objectivos estiverem concretizados, Portugal entrará na segunda etapa de transição durante a qual os preços agrícolas e comunitários serão progressivamente aproximados e as barreiras aduaneiras suprimidas.

Segundo o ministro francês «a duração do conjunto da transição dependerá da duração da primeira etapa».

Chandernagor disse que a França não pretende a aplicação de um esquema idêntico para a agricultura espanhola.

O ministro alemão dos Negócios Estrangeiros, Hans Dietrich Genscher, considerou por seu turno que a proposta francesa merece um estudo profundo e incitou os «dez» a trabalharem nesse sentido.

Lorenzo Natali, comissário europeu encarregado do alargamento, protestou contra este conceito francês de transição por etapas. Com efeito, segundo a Comissão Europeia, a integração nas estruturas comunitárias deve ter início logo no primeiro dia da adesão e a duração total do período de transição deve ser fixada logo à partida, sejam quais forem as etapas.

Apesar das reticências da Comissão, os «dez», sem se pronunciarem quanto ao fundo da questão encarregaram na sua reunião de ontem o ministro dos gnegócios Estrangeiros da RFA, Hans-Dietrich Genscher, presidente em exercício do Conselho dos Ministros, de sondar o governo português quanto aos seus desejos neste domínio. Segundo Chandernagor, as autoridades portuguesas já se mostraram interessadas pelo estabelecimento do sistema proposto pela França.

A questão do IVA

Ainda durante a reunião de ontem do Conselho de Ministros dos «dez» foi analisada a questão da não aplicação em Portugal, durante um período transitório, do Imposto sobre o Valor Acrescentado nos produtos alimentares de base. A França opos-se durante vários meses a essa hipótese, acabando ontem por a defender, mas apenas por um período limitado de cinco anos: «ou os cinco anos ou bloqueamos tudo», disse Chandernagor.

O ministro francês exigiu contudo que, em contrapartida, seja posto termo a outras excepções na aplicação do IVA, nomeadamente na Grã-Bretanha, cujo carácter, na prática, se está a tornar «perpétuo». Um estudo da Comissão sobre a fiscalidade, efectuado a pedido da França, confirmou que existem várias irregularidades neste campo, nomeadamente o facto de a Grã-Bretanha e a Irlanda terem beneficiado, em relação a certos produtos do nível zero de aplicação do IVA, sem a isso terem direito.

Segundo Chandernagor, «foi por isso que os britânicos se mostraram esta manhã (ontem) os grandes defensores dos interesses portugueses». Ao fazê-lo, acrescentou, «defendiam os seus próprios interesses». O ministro deixou todavia bem claro que a França defende a concessão daquela facilidade a Portugal: «a minha intenção é de não prejudicar Portugal, que será o País mais pobre da CEE», explicou.

A necessidade de evitar o aumento brutal dos preços dos bens alimentares em Portugal, após a adesão, caso o IVA lhes fosse aplicado, foi a razão exposta por Chandernagor para justificar o seu apoio à concessão da taxa zero a Portugal, durante cinco anos.

Assuntos Sociais

No que respeita ao capítulo dos assuntos sociais, o Luxemburgo retirou, durante a reunião de ontem, a sua exigência que apontava no sentido de um período transitório de dez anos para permitir a livre circulação de portugueses no espaço comunitário.

O Luxemburgo passa assim a partilhar da posição dos restantes parceiros comunitários, que aponta para um período transitório de sete anos nessa matéria.

A retirada da exigência do Luxemburgo facilita a negociação do «dossier» dos assuntos sociais.

Entretanto, os «dez» vão iniciar hoje, em Bruxelas, as negociações com Portugal sobre dois sectores agrícolas (forragens e algodão), e sobre os assuntos sociais. Essas negociações realizar-se-ão com o ministro demissionário João Salgueiro.

ALMADA

JULIÁN DEL VALLE

Cantor chileno estará hoje (3.ª-feira) presente pelas 22.00h no **Bar Peanuts na Cova da Piedade**

AV. Bento Gonçalves, 24-B — Centro Sul
Reservas pelo Telf. 275 47 03

TRIBUNAL DO TRABALHO DE SETÚBAL

ANÚNCIO
2.ª Publicação

O Doutor JOSÉ AUGUSTO CRUZ DE CARVALHO, Meritíssimo Juiz do Tribunal do Trabalho de Setúbal.

FAZ SABER que pela 1.ª Secção do Tribunal do Trabalho de Setúbal, situado na Rua Frei António das Chagas, n.º 4 e na acção com processo comum-sumário, registado sob o n.º 73/79 que a autora — JOSEFINA DA CONCEIÇÃO PEREIRA, residente na Av.ª da República da Guiné Bissau, n.º 13-Setúbal, move contra o réu — ANTÓNIO ALVES PEREIRA PARAÍSO e outros, com última residência conhecida na Av.ª Defensores de Chaves, n.º 31-4.º em Lisboa, corre o prazo de OITO DIAS, findo o da dilação de TRINTA DIAS, contados da data da segunda e última publicação do respectivo anúncio, citando o réu para contestar aquela acção, sob pena de, não o fazendo ser condenado no pedido. Na referida acção a autora pede o pagamento da quantia de oitenta mil e um escudos, proveniente de diferenças de remunerações e de subsídios de férias. O duplicado da petição inicial encontra-se depositado na 1.ª Secção deste Tribunal, onde poderá ser solicitado.

Setúbal e 1.ª Secção do Tribunal do Trabalho de Setúbal, aos seis de Janeiro de mil novecentos e oitenta e três.

O ESCRIVÃO
a) José Ventura Semedo

O JUIZ
a) José Augusto Cruz de Carvalho

Malogro total da OPEP

Petróleo pode baixar três dólares/barril

Terminou em completo malogro a reunião dos ministros da OPEP não tendo conseguido harmonizar os preços da venda de petróleo no mercado internacional e abrindo caminho para uma guerra de tarifas que deverá baixar o preço médio do barril até níveis insuspeitados anteriormente.

O super-«cheik» do petróleo, Yamani, ministro do sector na Arábia Saudita, que é o principal produtor mundial, deixou prevêr uma guerra de preços, ao terminar a reunião de Genève, sem qualquer êxito.

«O meu país fará o seu melhor para defender o actual preço de referência da OPEP, ou seja, 34 dólares por barril.»

Mas «nós temos, realmente, necessidade da ajuda dos outros», acrescentou o «cheik» Yamani, antes de atacar os países da Organização dos País Exportadores de Petróleo que, como o Irão e a Líbia, praticam «oficialmente», segundo a sua opinião, descontos que vão até aos 7 dólares por barril.

Yamani evocou o provável argumento de uma eventual «guerra das tarifas» no mercado petrolífero:

«Estamos à espera que os britânicos reduzam os seus preços dentro de dois dias, sob a pressão das companhias petrolíferas. Não podemos fazer nada para impedir que esses preços baixem pelo menos três dólares», indicou.

Vitória do Irão?

Na opinião do ministro saudita, esta engrenagem ameaça levar certos países da OPEP, como a Nigéria, a defenderem a sua própria produção, praticando descontos.

Isso será o ponto de partida do movimento descendente, relativamente ao qual ninguém sabe onde irá terminar mas que ameaça pôr gravemente em perigo todo o sistema financeiro internacional, acrescentou o ministro saudita do Petróleo.

Muitos ministros presentes em Genève não negam esta análise e os riscos que ela faz correr ao conjunto dos países produtores e consumidores. Contudo, esses responsáveis atiraram as responsabilidades para a Arábia Saudita.

Para o ministro argelino da Energia, ao «exigirem» dos seus parceiros que o problema dos preços – nomeadamente a diferença no estabelecimento das tarifas da OPEP entre os petróleos de melhor qualidade e os outros – fosse resolvido «no terreno», os países do golfo fizeram malograr a conferência.

Em contrapartida, o ministro iraniano do Petróleo, Mohamad Gharazi, afirmou em Genève, pouco após o malogro da conferência da OPEP que tal significava de fcto uma «vitória» para o Irão.

«A Arábia Saudita perdeu a sua supremacia na OPEP e alguns dos seus amigos vieram mesmo para o nosso campo e isso chega-nos: é uma vitória», declarou Gharazi durante uma conferência de Imprensa.

Com Portugal e as Filipinas na calha

Brasil e Argentina recebem 750 milhões do FMI

O Fundo Monetário Internacional aprovou, ontem, a concessão de um crédito de 2,02 mil milhões de direitos de saque especiais (correspondentes a 2,18 mil milhões de dólares, ou seja, duzentos milhões de contos portugueses) à Argentina para pagamento de juros e amortizações da dívida e cobertura dos seus défices no comércio externo.

Na calha para a concessão de novo empréstimo gigante do FMI encontra-se, agora, o Brasil cujo pedido de seis mil milhões de dólares (550 milhões de contos) vai ser apreciado em Fevereiro. Este crédito ao Brasil, se for aprovado, será o mais elevado dos concedidos pelo FMI nos seus 40 anos de existência.

Brasil e Argentina são os dois principais devedores da América Latina, região que, no seu conjunto, deve cerca de 300 mil milhões de dólares à banca e às instituições financeiras internacionais. Esta dívida da América Latina é de cerca de metade do conjunto dos países em vias de desenvolvimento.

A dívida total destes países ultrapassa os 600 milhões de dólares e a Banca privada internacional vê com crescente preocupação a possibilidade do não cumprimento de grande parte desta dívida.

Esta inquietação estende-se aos próprios executivos do FMI, pois a amortização destes créditos depende, não só das medidas económicas adoptadas pelos países interessados, mas também da marcha da economia mundial.

Os mais recentes beneficiados com empréstimos do FMI foram o México (com 3,900 milhões de dólares), Costa Rica (com 100 milhões) e a República Dominicana, com 455 milhões, cifra excepcionalmente elevada para um país tão pequeno.

Portugal e Filipinas também na lista

Actualmente estão em negociações com o FMI as Filipinas e Portugal que, num futuro próximo, terão de recorrer aos créditos do Fundo.

Em recentes declarações, o director do Instituto de Economia Internacional, Fred Bergsten, afirmou: «Até agora, somente demos o primeiro passo nesta crise do endividamento. Logo veremos se os países são capazes de cumprir as condições.»

Todavia, na última reunião em Paris, do grupo dos dez países mais ricos do mundo, todos eles se comprometeram a aumentar substancialmente a sua contribuição, garantindo assim um incremento significativo das quotas do FMI.

O principal obstáculo nas negociações para a ampliação das quotas, foi a oposição dos representantes norte-americanos, que acabaram por concordar com um aumento dos recursos do Fundo da ordem dos 40 a 50 por cento.

O Comité Interino do Fundo Monetário Internacional vai reunir-se no próximo mês de Fevereiro, em Washington, para subscrever, formalmente, o acordo do grupo dos dez países mais ricos do mundo.

Americanos baixam juros

O secretário do Tesouro norte-americano, Donald Reagan, considerou que as taxas de juro irão diminuir em 1983 e que a economia americana conhecerá um «relançamento razoável».

Reagan declarou: «Penso que as taxas de juro podem e vão baixar em 1983». Sublinhando «ser possível que continuem a um nível mais elevado do que é normal», acrescentou que «iremos provavelmente assistir a uma nova diminuição de pelo menos um ou dois pontos da taxa de juro privilegiada

Continua a luta dos operários da CIFA

Um plenário ontem realizado pelos trabalhadores da CIFA, em Valongo, decidiu a continuação da paralisação com ocupação das instalações da fábrica, iniciada na passada quinta-feira. Segundo os operários, a luta que travam é pelo pagamento dos salários e subsídios em atraso, pela anulação dos processos disciplinares e contra a imposição de uma alteração aos turnos.

Enquanto os trabalhadores vivem sérias dificuldades de certo modo só diminuídas pela enorme cadeia de solidariedade que se estabeleceu, os Mellos em cujo grupo aquela empresa têxtil está integrada, «estão cheios de dinheiro» afirmam dirigentes sindicais.

Com efeito, «só nos últimos três meses foram vendidos 240 mil contos de produtos. Os bancos puseram à disposição da administração cem mil contos. Os patrões Melo já receberam centenas de milhares de contos desde que tomaram conta da empresa», adianta a mesma fonte.

Entretanto continuam a passar pelos portões da CIFA milhares de pessoas que levam aos operários da fábrica o seu apoio moral e material.

Delegação sindical búlgara em Lisboa

Encontra-se desde ontem em Lisboa uma delegação do Conselho Central dos Sindicatos Búlgaros, chefiada pelo seu presidente, Pétar Dulguerov, que visita Portugal a convite da CGTP/IN.

Dulguerov, que é também membro do Conselho de Estado da Bulgária e do «Bureau» Político do Partido Comunista Búlgaro, depois de uma reunião marcada para hoje com o secretário nacional da CGTP/IN, seguirá para Évora. Neste distrito visitará a Cooperativa de Produção Agrícola Primeiro de Maio, sendo mais tarde recebido nos Paços do Concelho de Évora.

Dulguerov proferirá uma conferência de Imprensa em Lisboa, com a Comissão Executiva do Secretariado da Inter, no próximo dia 27, regressando no dia seguinte ao seu país.

Na Centralcer

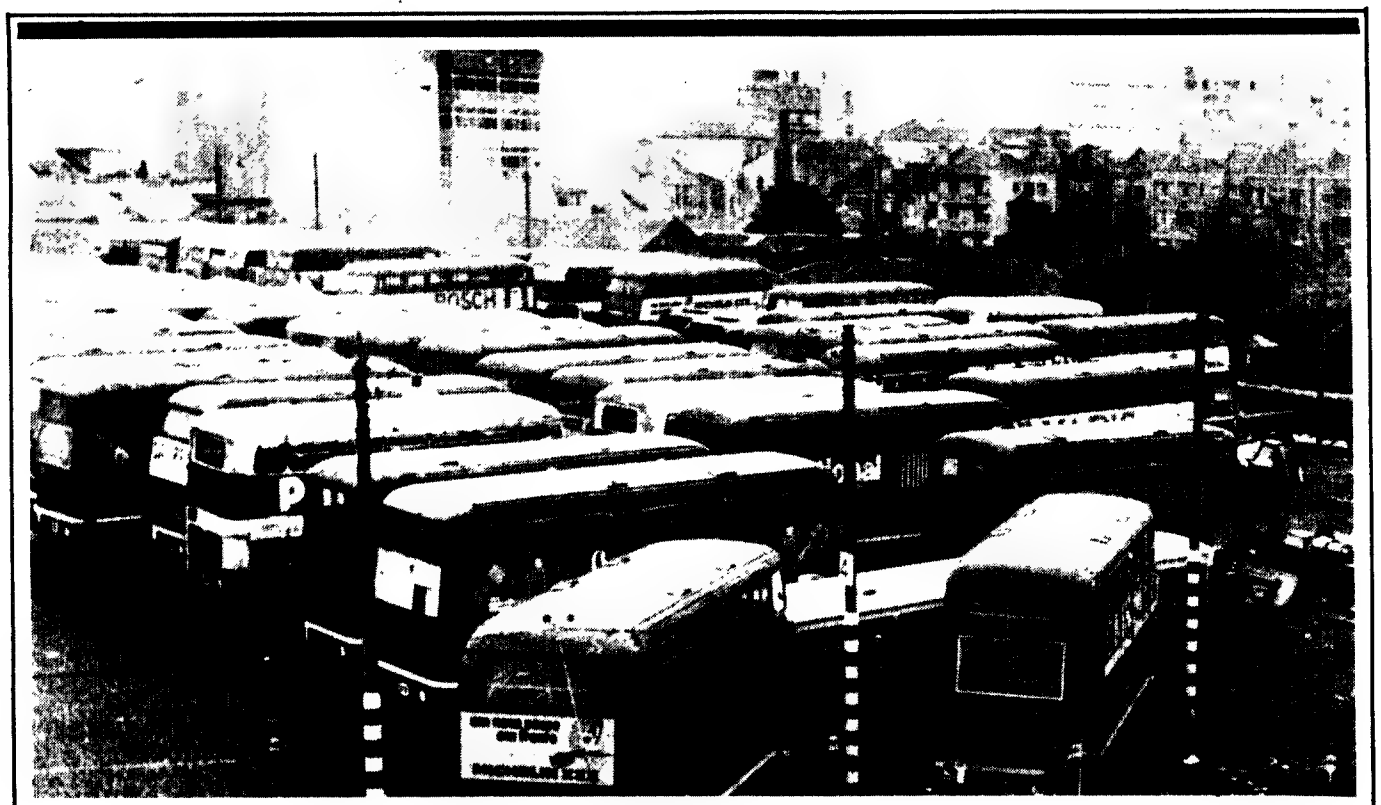
Gestor pretende despedir 80 trabalhadores

A Fábrica Central de Cervejas, EP, (Centralcer), com sede em Coimbra, poderá despedir oitenta trabalhadores caso o seu director, Martins Gil, consiga levar por diante o seu projecto.

Com efeito, este director da Centralcer apresentou na última reunião do conselho de gerência um plano que incluía o despedimento de oitenta trabalhadores que, em sua opinião, são excedentários.

A comissão de trabalhadores da empresa não tem ainda conhecimento da lista nominal de despedimentos elaborada por Martins Gil e estranha o facto de este não lha ter fornecido, nem sequer abordado o assunto na reunião que dias antes manteve com aquela estrutura representativa do pessoal da Centralcer.

Martins Gil, antigo gestor numa fábrica de cervejas da Beira, em Moçambique, de onde saiu após a independência, foi o responsável pelos processos disciplinares, a que se seguiram alguns despedimentos, há três anos instaurados a trabalhadores da Centralcer, de Coimbra. Na passada terça-feira, na reunião do CG daquela empresa, Martins Gil terá sido o único director a defender os despedimentos.



A greve dos transportes

Carris totalmente parada

Amanhã é a vez do Metro e quinta-feira da CP

A greve dos trabalhadores da Carris, que se iniciou às duas horas da madrugada de hoje, obteve uma adesão de 100 por cento, disse uma fonte sindical.

A paralisação, convocada por todos os sindicatos da empresa, deve-se ao impasse em que caíram as negociações para a revisão do acordo de empresa (AE).

Segundo a comissão executiva da Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos (FESTRU), realizou-se ontem à tarde uma reunião com a comissão administrativa (CA) da Carris «em que a disponibilidade dos sindicatos para o estabelecimento de uma plataforma negocial válida e que permitisse levantar a greve de hoje, foi contrariada pela apresentação por parte da CA de uma contraproposta que os trabalhadores **consideram como autêntica provocação.** De acordo com a mesma fonte, a CA da empresa pretendeu fixar os aumentos salariais em 14 por cento, quer fazer **letra morta dos compromissos assumidos em matéria de enquadramento profissional não aceita a vigência de 12 meses para as tabelas salariais, matéria esta de resto já acordada no AE em vigor.**

Entretanto, os sindicatos UGT da Carris congratularam-se «pela forma como os trabalhadores manifestaram a sua adesão à greve convocada por todos os sindicatos da empresa» e reafirmam o facto de se tratar de uma greve» com objectivos claramente laborais de que a população utente não deixará de responsabilizar a CA e o ministério da tutela».

Metro e CP

Como o «DL» oportunamente anunciou está convocada para amanhã uma paralisaçãoe de 24horas no Metropolitano de Lisboa, a que se segue, na quinta-feira, uma outra da CP por igual período de tempo.

Os trabalhadores do Metro pretendem obrigar o conselho de gerência a cumprir a contratação colectiva e a negociar a revisão do acordo de empresa que, nesta altura, já deveria estar a ser objecto de estudo nomeadamente no que diz respeito à actualização dos salários e às restantes cláusulas de expressão pecuniária.

Também os ferroviários da CP lutam pelo desbloqueamento das negociações para a revisão do acordo de empresa, daí a convocação da greve. E isto porque, apesar de já ter decorrido um mês sobre o início das negociações, o conselho de gerência mantêm irredutível a sua proposta de 15 por cento de aumento salariais. Segundo os sindicatos e de acordo com as suas contas, esses aumentos, na realidade, não seriam superiores a 12 por cento. Qualquer destes valores é, no entanto, considerado incompatível com a subida do custo de vida estando pois longe da desejada reposição do poder de compra dos trabalhadores.

Também quanto aos subsídios de refeição a situação não é animadora. É que o CG da CP fez uma proposta que os trabalhadores consideram «ridícula»: aumentos de 20 escudos!

Em Lisboa

Sindicalistas portugueses e espanhóis decidiram acções comuns

Sindicalistas espanhóis e portugueses dos escritórios e serviços estudaram, durante o último fim-de-semana, a defesa dos interesses dos trabalhadores dos dois países ibéricos, no contexto da sua adesão à CEE, segundo revelaram fontes sindicais.

Dirigentes das federações espanholas dos sindicatos dos sectores de Comércio e Serviços e da Federação Portuguesa dos Sindicatos dos Escritórios e Serviços (FETESE) reunidos nos dias 22 e 23, em Lisboa, analisaram, entre outros problemas comuns, os suscitados pela integração de Portugal e da Espanha no Mercado Comum, tendo em vista a defesa dos postos e condições de trabalho dos trabalhadores de ambos os países.

Nos termos do comunicado da reunião, «foi decidido desenvolver acções comuns de solidariedade entre as três federações, quando estas se encontrem empenhadasem lutas sindicais, de forma a promover uma mais ampla e mais forte unidade entre os trabalhadores da Península Ibérica».

Outra decisão diz respeito a novo encontro entre as mesmas associações sindicais, mais particularmente virado para a problemática da integração ibéricos na CEE e as consequências deste facto para os trabalhadores dos sectores de Escritório, Comércio e Serviços.

CGTP/Bases-Fut

Joaquim Calhau admitiu a possibilidade de não integrar o próximo Secretariado da CGTP-/IN devido a divergências de opinião quanto à participação e intervenção da Base-Fut naquela organização sindical.

Em declarações à ANOP o sindicalista precisou que neste momento existem divergências de opinião no seio da Base-Fut organização de que é militante, que poderão pôr em causa a sua participação no Secretariado Nacional da CGTP, a sair do congresso que se realiza de 11 a 13 de Março em Lisboa.

Afirmou que a Base-Fut deverá participar no movimento sindical unitário com um maior número de quadros, posição que todavia não terá obtido grande aceitação no interior daquela organização sindical de tendência socialista autogestionária.

Por tal motivo, Joaquim Calhau admite a eventualidade de não vir a integrar o próximo Secretariado Nacional e a respectiva Comissão executiva da CGTP-In, orgãos de que faz parte há seis anos.

Congresso dos Bancários do Norte

O Congresso do Sindicato dos Bancários do Norte vai reunir-se durante dois dias, a partir de amanhã, a fim de analisar as propostas de alteração do regimento em vigor, com vista à sua apreciação e votação em próxima reunião.

O congresso, cujos trabalhos decorrerão na sede do sindicato, procederá também à discussão e votação do orçamento e das bases gerais e programa de acção global propostos pela direcção para o corrente ano e eleitos os conselhos fiscalizador de contas e disciplinar.

Soltas

● Os 176 trabalhadores das Confecções Kallen Portuguesa, Lda., de Chegangas, Alenquer, estiveram ontem paralisados a fim de exigirem o pagamento de salários em atraso, designadamente retroactivos de Julho, Outubro, Novembro, Dezembro e o décimo terceiro mês de 1982. Os trabalhadores, que se manifestaram dispostos a contribuir para a viabilização da empresa, exigem em contrapartida que os seus salários sejam pagos pontualmente.

● A Federação dos Sindicatos do Comércio e Serviços exigiu a publicação da nova portaria de ordenados mínimos de caixeiros, que há dois meses espera a assinatura do ministro do Comércio. A Federação afirma que os cerca de três mil trabalhadores que recebem pela portaria de ordenados mínimos têm há 22 meses o mesmo salário, acrescentando que o salário de um primeiro caixeiro é de 14 800$00.

● Os trabalhadores agrícolas vão intensificar a luta pela publicação das portarias de extensão relativas às novas tabelas salariais acordadas entre a Federação dos Sindicatos Agrícolas do Sul e as associações patronais do sector, na revisão do CCT para os distritos de Beja e Évora. Segundo um comunicado da Federação, se até ao próximo dia 30 os responsáveis do Ministério do Trabalho não promoverem a publicação daqueles diplomas, os trabalhadores deslocar-se-ão a Lisboa e concentrar-se-ão junto ao Ministério, onde darão uma conferência de Imprensa, para denunciar o boicote do Governo, que lesa gravemente os seus interesses.

● Os trabalhadores da Função Pública continuarão a lutar pela imediata negociação de um aumento salarial – informa o sindicato do sector. O Sindicato dos Trbalhadores da FP afirma em comunicado considerar que qualquer Governo com funções de gestão tem mecanismos legais para negociar com os sindicatos os novos salários. Os trabalhadores, acrescenta, não aceitam portanto que o Governo se recuse a discutir e a actualizar os seus salários,

DESPORTO

ponta esquerda

Pela primeira vez na história do Cross das Amendoeiras, atletas portugueses vencem nos dois sexos: Mamede mais à vontade, sem adversários à altura da sua classe de recordista europeu. Para Aurora Cunha (que bela prova!) a vitória foi mais custosa, em virtude das segunda e terceira classificadas (não vale a pena referir o caso de Rosa Mota, numa distância que já não é a dela) lhe terem dado luta até aos derradeiros metros do percurso.

Rali de Monte Carlo

Sueco Blomqvist vai à frente

O sueco Stig Blomqvist encontra-se no primeiro lugar da classificação geral do Rali de Monte Carlo, depois da etapa de concentração, ontem disputada.

O francês Guy Frequelin, em Opel, e o alemão Walter Rohrl, em Lancia, situam-se nos postos imediatos.

Classificação actual: 1.°, Stig Blomqvist / Bjorn Cederberg (Suécia), «Audi Quatro», 1.26,23; 2.°, Guy Frequelin / Jean François Fauchille (França), «Opel Ascona», 1.26,33; 3.°, Walter Rohrl / Cristian Geistdorfer (RFA), «Lancia Rally», 1.26,39; 4.°, Marku Allen / Ilia Kivimaki (Finlândia), «Lancia Rally», 1.27,39; 5.°, Jean-Claude Andruet / Michele Petit (França), «Lancia Rally», 1.27.39; 6.°, Hannu Mikola (Finlândia), «Audi Quatro», 1.29,16; 7.°, Michele Mouton (França), «Audi Quatro», 1.28,26; 8.°, E. Toivonen (Finlândia), «Opel Ascona 400», 1.29,34; 9.°, Ari Vatanen (Finlândia), «Opel Ascona 400», 1.30,02; 10.°, Bruno Sabi (França), «Renault 5 Turbo», 1.30,56.

Vedetas da natação em Munique

Dez campeões olímpicos, 12 mundiais e 11 europeus participarão em 12 e 13 de Fevereiro, em Bona, no Torneio Arena de Natação, organizado pela Federação Alemã Federal da modalidade.

Esta concentração de nadadores, em que participam 200 homens e mulheres de 27 federações, vai ter ainda o concurso de dez recordistas mundiais e 15 europeus, que ali tentarão bater as suas próprias marcas.

Entre as principais figuras do «meeting» Arena estão o soviético Vladimir Salnikov, que ostenta várias medalhas olímpicas, mundiais e europeias, além do recorde mundial dos 1500 metros, e o alemão federal Michael Gross, que foi a revelação do último «Mundial» disputado em Guayquil, no Equador.

Ciclismo

Japão já mexe no cross

O Japão será representado pela primeira vez nos campeonatos do mundo de ciclo-cross, que se disputará nos dias 19 e 20 de Fevereiro, em Sutton Park, em Birmingham (Inglatera).

Com efeito, o Japão fez inscrever Ukiharu Mori, que participará na prova de amadores. Se o ciclismo nipónico em pista goza de uma certa reputação, ignora-se completamente o valor dos japoneses nesta disciplina.

A presença do Japão eleva a 15 o número de federações nacionais representadas nos campeonatos do mundo de ciclo-cross: Inglaterra, RFA, Bélgica, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Irlanda, Itália, Japão, Luxemburgo, Polónia, Suíça, Checoslováquia e URSS.

Os organizadores esperam a participação de uma décima sexta nação: a Dinamarca.

Futebol olímpico gera polémica

A participação do futebol de alguns países nos próximos Jogos Olímpicos levanta problemas «muito delicados» disse Vicente de Moura, chefe da missão portuguesa àqueles jogos a realizar em 1984 em Los Angeles.

A delicadeza do problema, foi exemplificada por Vicente de Moura com o facto de o Comité Olímpico Internacional ter reservado uma posição definitiva sobre o assunto para a sua próxima reunião, que se realiza, provavelmente em Março, em Nova Deli.

A FIFA apresentou uma proposta segundo a qual poderiam participar nos Jogos Olímpicos futebolísticos que, anteriormente, nunca tivessem jogado em nenhum campeonato mundial de futebol.

Tal proposta, porém, não pressupõe que essa condição seja, por si só, justificativa do amadorismo dos atletas o que, acrescentou, torna o assunto melindroso.

«O facto de alguns países irem disputar o torneio olímpico de futebol com jogadores profissionais não é virgem», afirmou o dirigente português, exemplificando com o caso da Espanha que, tendo sido apurada para a fase final dos Jogos Olímpicos de Moscovo, foi obrigada a constituir uma selecção nova uma vez que, durante o torneio de apuramento, fizera alinhar alguns futebolistas profissionai1

Vicente de Moura salientou, no entanto, que a questão do profissionalismo não se coloca apenas nos domínios do Futebol, tendo lembrado uma proposta da RFA, apresentada na reunião do COI que decorreu entre os dias 16 e 21, em Los Angeles, na qual aquele país colocava o problema das verbas atribuídas a atletas de diversas modalidades em competições olímpicas.

A regra número 26 da carta olímpica, estabelecedora da ilegibilidade para os Jogos Olímpicos, sofreu já algumas alterações no seu texto o qual, disse Vicente de Moura, é neste momento claro quanto à definição de atletas amador ou profissional.

«O certo é que, salientou, o COI está a sentir as dificuldades do problema ao mesmo tempo que o Comité Olímpico Português, não rejeitando a hipótese de o futebol estar presente nos Jogos Olímpicos de Los Angeles, tem dúvidas em inscrever jogadores que possam depois vir a ser recusados sob a acusação de profissionalismo», adiantou.

Quanto aos Jogos Olímpicos de 1984, está afastada qualquer hipótese de surgirem novas modalidades, sabendo-se, no entanto, que o ténis e o basebol estarão representados a título de demonstração.

Na reunião do COI realizada este mês e na qual participaram 144 países, entre os quais Portugal, foi decidida a inclusão de novas provas como a maratona feminina, os 3000 metros femininos e a ginástica rítmica.

Também a natação sincronizada (ballet aquático) e uma prova individual de ciclismo feminino, serão novidade nos Jogos Olímpicos de Los Angeles, para os quais as marcas mínimas terão que ser obtidas até 15 de Julho de 1984 e enviadas ao COI até dia 23 do mesm mês.

Vicente de Moura que, juntamente com Lima Bello, presidente do Comité Olímpico Português, participou na reunião do COI, em Los Angeles, considerou as instalações boas, acrescentando que, em termos tecnológicos, estes jogos olímpicos serão «espontâneos».

Bem acolhida na reunião, disse Vicente de Moura, foi uma proposta apresentada por Portugal tendo em vista a difusão do ideal olímpico, tanto no ensino primário como no superior.

No tocante, aos sistemas de segurança em vigor durante os Jogos, o dirigente olímpico português afirmou que os mesmos terão que ser distribuídos por diversos locais uma vez que, ao contrário do que é habitual, vai haver mais que uma aldeia olímpica para instalação dos atletas.

«A maioria dos atletas distribuir-se-á por duas Universidades – USC e UCLA – os participantes nas provas de remo e canoagem ficarão na Universidade de Santa Bárbara, a cerca de cem quilómetros de Los Angeles, terão que ser construídas instalações de apoio para os velejadores, em Long Beach, e as provas de tiro poderão ser disputadas em Las Vegas» – referiu.

Ténis profissional

Checo Lendl na maior

O checoslovaco Ivan Lendl conquistou, pela segunda vez consecutiva, o Torneio Masters de Ténis, derrotando, na final, o norte-americano John Mcenroe em três «sets», 6-4, 6-4, 6-2.

Durante todo o encontro, que demorou duas horas e 15 minutos, Lendl impôs a sua precisão, confiança e força, perante um Mcenroe irregular.

Esta foi a sétima vitória de Lendl sobre Mcenroe nas sete ocasiões em que se defrontaram nos últimos 18 meses.

O primeiro jogo forneceu a tónica do que se iria passar no Madison Square Garden de Nova Iorque: um Mcenroe pouco acertado no serviço mas com jogo vistoso e preciso e um Lendl que do fundo do «court» enviava poderosos lançamentos para os cantos da área do opositor.

O primeiro «set» viu o forte serviço de Lendl obrigando Mcenroe a subir algumas vezes à rede, onde o norte-americano conseguia os seus melhores pontos mas onde também cometia os seus principais falhanços, por precipitação.

A chave do segundo «set» esteve no sétimo jogo, quando Lendl rompeu o serviço de Mcenroe no «game» mais duro e disputado do encontro.

Após salvar seis ocasiões de jogo, Mcenroe teve que se render aos «passing-shots» de Lendl, apesar de ter melhorado o seu serviço e de contar com o incondicional apoio do público nova-iorquino.

O jogo foi-se tornando cada vez mais vistoso è medida que os jogadores aqueciam, com Mcenroe lutando e fazendo malabarismo junto à rede de Lendl mostrando todo o tipo de passes longos e precisos e evidenciando grande forma física.

A derrota no segundo «set» afectou claramente a moral de Mcenroe, que a partir daí acumulou erros. Lendl, por seu turno, aumentava de confiança e arriscava-se a subir à rede, o que lhe permitiu, como no primeiro «set», quebrar o serviço do opositor no primeiro jogo do terceiro «set». A partir daí o triunfo de Lendl foi apenas uma questão de tempo.

Lendl arrecadou assim 100 000 dólares (cerca de 10 mil contos), o que eleva a mais de dois milhões de dólares (mais de 200 mil contos) os seus lucros da época de 1982, em que venceu um total de 15 importantes torneios, igualando o recorde de Jimmy Connors em 1974 e de Guillermo Vilas em 1977.

Mcenroe recebe um cheque de 60 000 dólares (cerca de seis mil contos).

Xadrez

Presença portuguesa em Luanda

O português António Fernandes, mestre da FIDE, que participa no segundo torneio internacional «Cidade de Luanda» disse ter tantas possibilidades de vencer a prova como os outros participantes no torneio.

Em declarações à ANGOP, António Fernandes considerou o xadrezista brasileiro Jaime Sunye (mestre internacional) como um dos jogadores mais fortes do torneio.

Sunye, venceu a primeira edição do torneio internacional «Cidade de Luanda», em 1981.

Fernandes, que se desloca pela primeira vez a Angola, disse ter ficado «muito satisfeito» quando foi designado para representar Portugal no torneio.

«Sempre quis conhecer Angola» – disse António Fernandes que acrescentou: «sabia, através de fotografias, que Luanda era uma cidade linda, mas é sempre melhor vê-la de perto».

António Fernandes, 20 anos, é estudante e joga xadrez desde os 7 anos.

Mestre da FIDE desde 1981, Fernandes orgulha-se de se ter tornado campeão português de xadrez em 1980, com apenas 17 anos.

Com essa idade também o xadrezista angolano Alexandre Nascimento se tornou campeão nacional de Angola, no ano passado.

O xadrezista português disse ainda que um dos momentos mais felizes da sua carreira ocorreu em 1980, quando venceu, em Malta, o grande mestre argentino Angel Quinteros.

A sua deslocação a Angola para participar no torneio «Cidade de Luanda» deveu-se à boa actuação nas recentes olimpíadas de xadrez, realizadas na Suíça.

António Fernandes joga hoje,na primeira jornada do torneio. com o xadrezista angolano Mário Silla.

Essa partida poderá ser adiada, em virtude de Mário Silla se encontrar ainda no Zimbabwe, onde participa numa prova internacional de xadrez.

Hoje há «simultâneas»

A Federação de Xadrez designou o jornalista Luís Ochoa, antigo campeão nacional de partidas rápidas, para representar os órgãos de Informação na simultânea que se realiza hoje em Lisboa, conduzida pelo grande mestre jugoslavo Ljubojevic.

A Federação portuguesa dirigiu outro convite especial ao guarda-redes do Benfica, Delgado, pelo facto de o grande mestre jugoslavo ter sido jogador de futebol na juventude.

Ljubojevic jogará 25 partidas simultâneas contra xadrezistas federados do Inatel e uma equipa bancária.

A simultânea decorre nas instalações do Banco de Fomento Nacional e inicia-se às 21 horas.

Taça regressa a 20 de Fevereiro

O sorteio dos oitavos de final da Taça de Portugal em futebol determinou, quanto muito, um jogo entre equipas da Primeira Divisão.

Se o Espinho vencer o Lusitano de Évora no jogo de desempate da quarta eliminatória a disputar amanhã, terá que se deslocar ao Estádio das Antas no encontro correspondente aos oitavos -de-final da competição.

Quanto ao Benfica e ao Sporting, jogarão nos terrenos do Leixões e do Farense, respectivamente.

Resultado do sorteio ontem efectuado:

Farense - Sporting, Leixões - Benfica, FC Porto - Vencedor Espinho/Lusitano Évora, Portimonense - Gil Vicente, Venc. Guimarães/Académico - Esperança de Lagos, Silves -Boavista, Valdevez - Cinfães e Naval 1.° de Maio - Sporting de Braga.

Os dois jogos de desempate, por acordo entre os quatro clubes intervenientes, terão lugar a 15 de Fevereiro.

FC da Foz acusa Associação

O presidente do Futebol Clube da Foz afirmou que o seu homólogo da Associação de Futebol do Porto, Adriano Pinto, tem tentado aliciar de diversas formas alguns responsáveis de clubes desta área nortenha.

Adriano Pinto pretende, segundo aquele dirigente, conseguir que essas pessoas não se oponham à aprovação do relatório e contas, que será hoje apresentado em assembleia geral.

Fernando Marques, ao fazer esta acusação, citou os exemplos do seu clube, António Neves e Monteiro da Cruz, respectivamente vice-presidente e membro do conselho fiscal, que não se deixaram aliciar.

«É verdadeiramente vergonhosa a campanha subtil que Adriano Pinto tem feito ultimamente para que as pessoas lhe dêem apoio e não digam mal dele na assembleia geral ordinária que terá lugar na Associação de Futebol do Porto para aprovação do relatório e contas da época anterior» – disse.

Dopados: e vão três

A análise anti-«doping» a que foi submetido o jogador do União de Leiria João Luís Vergel (Tonanha), depois do jogo efectuado, no passado domingo, em Viseu, resultou positiva, ascendendo assim, a três, o número de futebolistas dopados na presente temporada.

A colectividade leiriense, contactada a propósito do acontecimento, disse ignorar a decisão, uma vez que não tinha, ainda, sido informada pelas «vias competentes».

TOTOBOLA

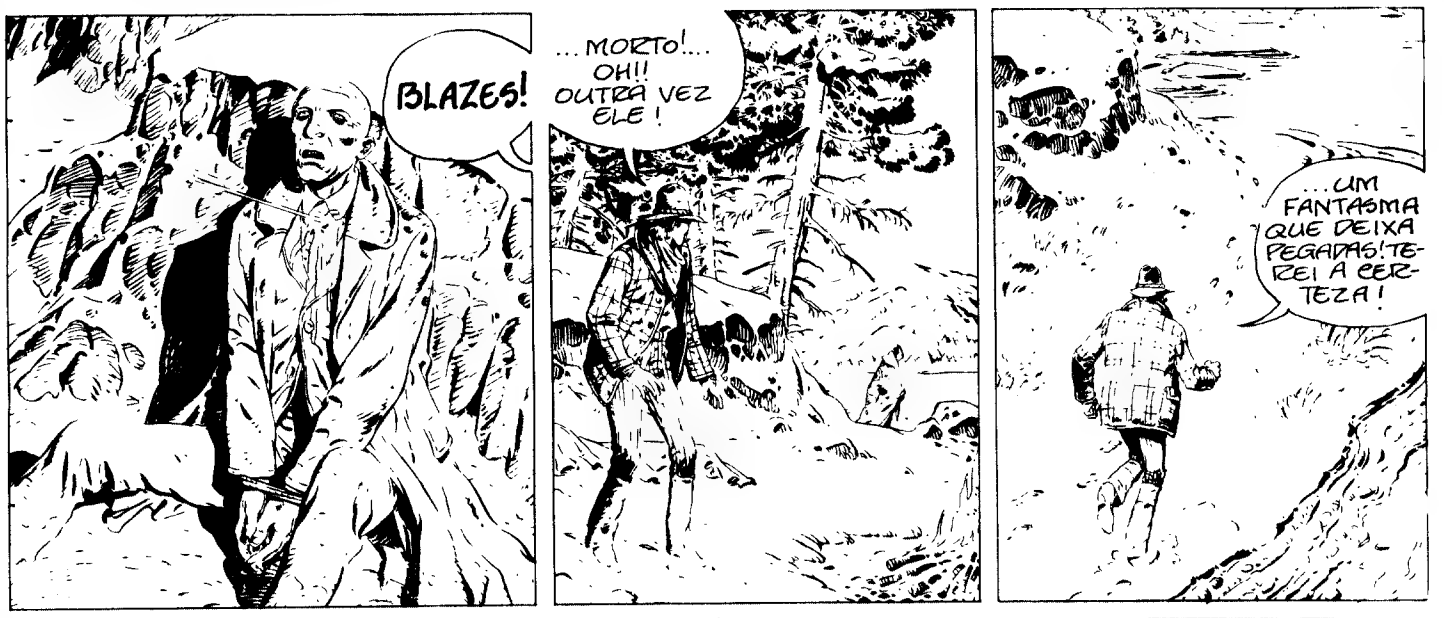
No concurso número cinco do Totobola, referente a este fim-de-semana, foram apuradas, 2876 apostas com 13 resultados certos, cabendo a cada uma o prémio de 7333 escudos.

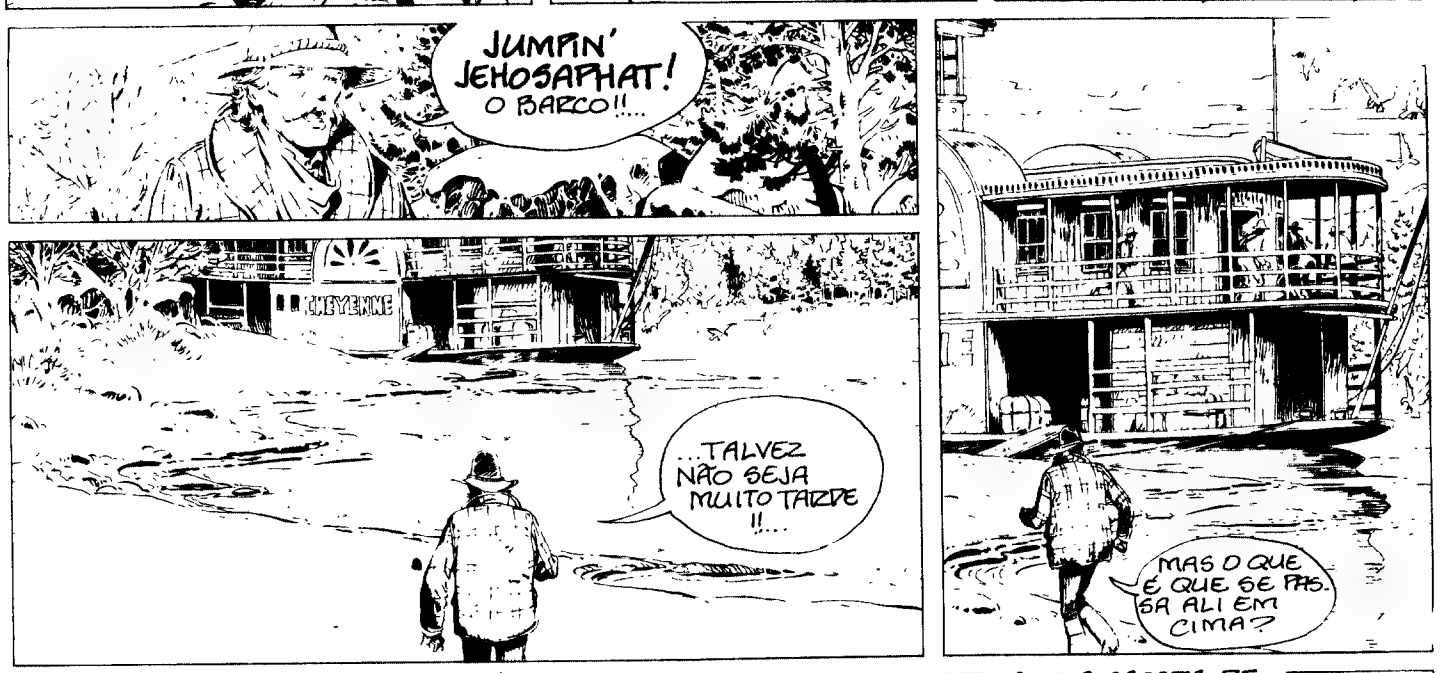
Com 12 resultados certos foram escrutinadas 48065 apostas sendo o prémio de cada uma de 441 escudos.

41

Desenhos M. Blanc-Dumont

Texto Laurence Harle





continua

Notícias da BD

«Bancarrota!»

Depois do comércio, os comerciantes no segundo volume da colecção «BD +», que as Edições 70 lançaram no ano passado.

Em Banda Desenhada, é evocada a grande crise económica americana de 1919, e consequente ruína e desemprego para milhões de americanos. Em breves mas incisivos traços, é-nos dado o panorama da morte económica dos pequenos rendeiros, a fuga para as grandes cidades, a fome e a miséria, as greves e os afrontamentos com a Polícia, as maratonas de dança e a erupção dessa «classe» tão americana dos vagabundos dos comboios. E depois, o relançamento da economia pelos grandes «trusts», rumo à América dos nossos dias.

As rotas comerciais, o esplendor dos Países Baixos, a revolução industrial e o advento do imperialismo, são alguns dos assuntos abordados no «dossier» de Francis Démier («Bancarrota!», de Christian Le Toct – desenho, e texto, Edições 70).

«A Montanha de Ouro»

Segundo capítulo da história de Manos Kelly «A Montanha de Ouro» narra os esforços do chefe índio Tapida, Kelly e Siglo para iludirem os intentos dos que sonham em apoderar-se do ouro de que só eles conhecem a localização.

Confirmam-se as inegáveis potencialidades do desenhador espanhol Hernandez Palácios, cujo talento acabaria por ser reconhecido internacionalmente. Prova disso, é esta série de aventuras, que aparecem em Portugal por via da editora francesa «Humano des Associés».

Encurralados no local que ficaria conhecido para o futuro como o «túmulo mágico», Manos Kelly e os seus companheiros preparam-se para perseguir até San Francisco os aventureiros que, sem escrúpulos, tentam devassar o segredo da montanha de Ouro. «A Montanha de Ouro», de António Hernandez Palácios, Editorial Futura).

ANÚNCIO
TRIBUNAL JUDICIAL DE SINTRA
3.º JUÍZO
Proc. N.º 122/78
2.ª Secção — 3.º Juízo

O Doutor JOSÉ GABRIEL DA SILVA MARIANO, Juiz de Direito do 3.º Juízo do Tribunal Judicial de Sintra.

Faz saber que pelo Juízo de Direito desta comarca e segunda secção correm éditos de vinte dias, contados da data da segunda e última publicação do anúncio citando os credores desconhecidos do executado CONSTRUÇÕES JERÓNIMO, LDA., com sede na Rua Um à Estrada Consiglieri Pedroso, Lote 41 em Queluz de Baixo — Barcarena para no prazo de dez dias, posterior àquele dos éditos, deduzirem os seus direitos na execução movida por MACORELI — Materiais de Construção e Revestimentos, SARL, desde que gozem de garantia real sobre os bens penhorados.

Para constar se passou o presente que vai ser legalmente afixado.

Sintra, 14 de Janeiro de 1983.

O Juiz,
a) JOSÉ GABRIEL DA SILVA MARIANO
Pel'O Escrivão de Direito,
a) MANUEL GOMES FERREIRA

TRIBUNAL DO TRABALHO DE LISBOA
ANÚNCIOS 2.ª Publicação

Pela Primeira Secção do 13.º Juízo do Tribunal do Trabalho de Lisboa, correm éditos de 30 dias contados da segunda e última publicação deste anúncio citando Novas Técnicas de Construção e Decoração, Lda cuja última residência foi na Rua Centro Cultural n.º 43-A Lisboa, para no prazo de 10 dias findos que sejam os éditos contestar a acção emergente de contrato individual de trabalho com processo ordinário n.º 157/79 que lhe move Angelina Antónia Lopes, residente na Rua dos Bombeiros Voluntários n.º 23-1.º dt.º Odivelas, sob pena da lei.

— Mais fica citado para no mesmo prazo contestar, querendo o pedido de assistência judiciária deduzida pela autora.

O duplicado da petição inicial encontra-se na Secção de Processos respectiva, onde pode ser levantado nas horas normais de expediente.

Para constar se passou o presente anúncio e outro de igual teor para serem publicados em 2.º números seguidos de um dos jornais mais lidos.

Lisboa, 4 de Janeiro de 1983

O Escrivão de Direito
(Gaspar e Silva)
O Juiz de Direito
(Jacinto Soares de Albergaria)

Festival RTP-83 da Canção

Seleccionadas as 12 finalistas

O júri do Festival RTP da Canção-1983 seleccionou as 12 canções que serão levadas a concurso no dia 5 de Março para a mais votada representar Portugal no Festival da Eurovisão.

Com música de Tozé Brito e letra de António Pinho, «Baton» é uma das canções apuradas pelo júri de selecção, constituído por Luís Andrade, Alçada Baptista, Fernando de Almeida, João David Nunes, e Raul Indiwu.

Outras canções seleccionadas: «Terra Desmedida», com música e letra de Rita Olivais; «Erva Ruim», música de Carlos Canelhas e letra de Rita Olivais; «Parabéns», poema de Henrique Amoroso, musicado por Luís Gonçalves Jardim; «Quem és Tu?», com música e letra, respectivamente, de José Calvário e Nuno Gomes dos Santos.

Fernando Correia Martins e o autor da letra e música de duas das canções seleccionadas: «Rosa, Flor Mulher» e «Mal D'Amores». «Essa Balada que te Dou» tem música e letra de Armando Gama e «Avé do Paraíso» é, assinada por Américo Machado de Faria. Quanto a «Vinho do Porto» é da autoria de Carlos Paião.

Também Jorge Silva Nunes é autor da letra e música de uma das canções escolhidas: «Rosas Brancas para o meu Amor».

Finalmente, assinam «No Calor da Noite», Luís Duarte e Carlos Ponte, responsáveis respectivamente, pela música e pela letra.

A canção que vencer o Festival RTP da Canção representará a Televisão Portuguesa no próximo concurso da canção da Eurovisão, a realizar em Munique, na República Federal da Alemanha, no dia 23 de Abril

Tozé Brito

José Calvário

Carlos Paião

Duas obras complementares de edições

da Imprensa Nacional

Cronologia de Henriques Nogueira e Comentários e Índices Gerais de "As Relíquias da Lusitânea"

Com a chancela da Imprensa-Nacional – Casa da Moeda acabam de ser editadas duas obras que deverão ser consideradas como complementares de importantes edições anteriores: a «Cronologia de Henriques Nogueira», de António Carlos Leal da Silva, que vem completar a edição, em três volumes, da obra de José Félix Henriques Nogueira, e o volume, assinado por Paula Bárcia, intitulado: «As Religiões da Lusitânia», de J. Leite de Vasconcelos: Contribuição para o seu estudo – alguns comentários e índices gerais».

A «Cronologia de Henriques Nogueira», além de constituir um subsídio para o estudo da sua vida e obra, insere um apêndice com corrigendas ao Tomo I da «Obra Completa». Para os admiradores de Henriques Nogueira e para os estudiosos, o benemérito compilador da obra de J. F. Henriques Nogueira que tem sido António Carlos Leal da Silva, exprime a convicção ou só a esperança, de que a edição da «Obra Completa» não será definitiva, «porquanto estão por aparecer os manuscritos que se supõe existirem».

A obra de Paula Bárcia tem como objecto constituir um complemento da obra de José Leite de Vasconcelos «As Religiões da Lusitânia», obra fundamental que a Imprensa Nacional – Casa da Moeda reeditou. Paula Bárcia, com o seu paciente e minucioso trabalho, coloca à disposição dos leitores e dos estudantes de Arqueologia e de História um instrumento de trabalho que facilita a consulta da obra do eminente polígrafo. Como escreveu na «Introdução», Paula Bárcia pretende ultrapassar as dificuldades de consulta de uma obra que contém uma «grande quantidade de referências... até desinseridadas do contexto em que aparecem». Numa primeira parte são apresentados mapas «sugeridos pela análise dos índices geográficos e ideológicos, e em que se localizam alguns cultos, tanto de origem peninsular como romanos, e os monumentos que permitem o seu estudo»; na segunda parte do volume encontram-se os índices: Didascálico, Bibliográfico, Onomástico, Ideográfico, Geográfico, das Figuras, das Instituições. Sob a designação de «Diversos», Paula Bárcia cita «as indicações de congressos, efemérides e colecções» a que J. Leite de Vasconcelos faz referência nos três volumes da obra «Religiões da Lusitânia».

O volume está incluído na série «Temas Portugueses» da IN-CM, Lisboa, 1982. Foi patrocinado pela Secretaria de Estado da Cultura.

Nos próximos meses

Cinco filmes portugueses vão entrar em rodagem

Cinco novos filmes nacionais começarão a ser rodados nos primeiros meses deste ano, três dos quais se inspiram em obras de escritores portugueses. É o caso de «Saudades Para Dona Genciana», que Eduardo Geada irá realizar com base num texto de José Rodrigues Miguéis, de «Florbela», de Lauro António, cujo argumento gira em torno da personalidade de Florbela Espanca, e de «Iratan Iracema», película a que Paulo Guilherme dará forma, tendo como ponto de partida o romance homónimo de Olavo D'Eça Leal. A par destes trabalhos outros dois serão ainda iniciados: Leandro Ferreira filmará «Contactos» e Cunha Teles «Esboço Para Uma Vida».

Em 1982, foram terminadas e entregues cinco longas metragens e quatro curtas metragens, sendo uma de animação. Relativamente ao ano em curso, espera-se a conclusão de seis filmes do último plano de produção: «Senhoras Partem Tão Tristes», de António Macedo, «Azul, Azul», de Sá Caetano, «Jogo de Mão», de Monique Rutler, «Mais Dia Menos Dia», de Jorge Silva Melo, «O Lugar do Morto», de António Pedro Vasconcelos, «Terra Nova, Mar Velho», de Óscar Cruz e Francisco Manso, documentário de grande metragem subsidiado pelo Instituto Português de Cinema, pela Secretaria de Estado das Pescas e pela Radiotelevisão Portuguesa.

Ainda no primeiro semestre de 1983, prevê-se igualmente a conclusão de várias longas metragens de planos de produção anteriores e em relação aos quais o IPC acordou já datas limites para a sua entrega. Referimo-nos à «Crónica dos Bons Malandros», de Fernando Lopes, «O Bom Pastor», de Luís Filipe Rocha, «O Crime de Simião Bolandas», de Jorge Brun do Canto, e «A Moura Encantada» de Manuel Costa e Silva.

O IPC continua, entretanto, a envidar esforços para obter garantias de conclusão, a curto prazo, de outros filmes incluídos em planos de produção anteriores, podendo vir a a ser compelidos a actuar em função do incumprimento dos acordos estabelecidos...

Orçam em milhão e meio de contos os projectos recebidos em 82

Para apreciação do Instituto Português de Cinema foram recebidos, até 31 de Dezembro de 1982, 109 projectos para realização de novos filmes. O seu montante total orça em cerca de milhão e meio de contos e inclui 59 longas metragens (2 primeiras obras), 35 curtas metragens (13 primeiras obras), 13 co-produções e dois filmes de cinema experimental.

Uma decisão final sobre a atribuição de subsídios caberá ao IPC, depois de ouvido o conselho consultivo, criado ao abrigo do decreto-lei que fixa a orgânica do Instituto Português de Cinema.

Morreu George Cukor

O realizador George Cukor morreu a noite passada num hospital de Hollywood, com 83 anos.

Um informador do hospital «Cedros do Sinai» disse que a morte foi provocada por ataque cardíaco.

Cukor tinha ganho um «oscar» em 1964 atribuído à película «My Fair Lady».

Entre os filmes mais conhecidos de Cukor figuram os da Katherine Hepburn e ainda «Histórias de Filadelfia» e «Nasceu uma Estrela».

A BARRACA
R. ALEXANDRE HERCULANO, 70
TELEF. 68 63 00 (subMCCC) (m/13)

UM DIA NA CAPITAL DO IMPÉRIO
Textos de A. R. Chiado. Direcção: Helder Costa
3.ª a SÁB. 21H30. DOM. (só) 16 H.
XVII EXPOSIÇÃO EUROPEIA DE ARTE, CULTURA E CIÊNCIA

TEATRO ABERTO
novo grupo
ESTREIA HOJE 21.30
O SUICIDÁRIO

DE NIKOLAI ERDMAN
VERSÃO: LUÍS FRANCISCO REBELLO, VERA SAN PAYO LEMOS, JOÃO LOURENÇO ● MÚSICA: EDUARDO PAIS MAMEDE ● DRAMATURGIA: VERA SAN PAYO LEMOS ● ASSIST. COREOGRÁFICA: RUBEN MARQUES ● CENÁRIO: ANTÓNIO CASIMIRO ● ENCENAÇÃO: JOÃO LOURENÇO
SUB. SEC
(13 anos)

Angústia Desespero Solidão
54 45 45 centro S.O.S. voz amiga
uma voz amiga estará contigo

CENTRO CULTURAL DE ÉVORA
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
no TEATRO DO NOSSO TEMPO
PRAÇA JOSÉ FONTANA — TEL. 573831
OS ESTRANGEIROS
SÁ DE MIRANDA
encenação de MÁRIO BARRADAS
cenografia de JOÃO VIEIRA
Sessões todos os dias às 21.45 h.
Sábados, 16 h. e 21.45 h.
Domingos, 16 horas
Segunda-feira: folga da Companhia
ÚLTIMA SEMANA
XVII EXPOSIÇÃO EUROPEIA DE ARTE, CULTURA E CIÊNCIA

TRIBUNAL JUDICIAL
DA COMARCA
DE ALCOBAÇA

ANÚNCIO
Processo n.º 70/82
3.ª Secção

Pela 3.ª Secção da secretaria judicial desta comarca, correm éditos de vinte dias, contados da segunda e última publicação deste anúncio, citando os credores desconhecidos do executado Júlio Fernando Terezo Delgado, casado, industrial, residente em Carris, Évora, Alcobaça, para no prazo de dez dias, posterior àquele dos éditos, reclamarem o pagamento de seus créditos pelo produto dos bens penhorados sobre que tenham garantia real, na execução movida por Comércio e Representações Colito, Ld.ª, com sede em Leiria.

Alcobaça, 18 de Janeiro de 1983.
O Juiz de Direito,
as) Luis Manuel Guerreiro de Mendonça Freitas
A escriturária,
as) Cristina Catulo

— Rua Tenente Raul Cascais, 1-A
1200 Lisboa
Tel. 66 15 15
teatro do bairro alto

ORATÓRIA
uma colagem de textos de GIL VICENTE/GOETHE/BRECHT
CURTA CARREIRA
Todos os dias às 21.30 h
dom-17 h
seg-folga

canal da crítica

MÁRIO CASTRIM

A Tragédia e outras tragédias

Pudemos ontem, finalmente, assistir ao início da «Tragédia da Rua das Flores». A história será em doze episódios.

Das vicissitudes que acompanharam as filmagens não darei conta agora, pois não vale a pena falar de coisas tristes em altura de festa. D. Elisa, essa, deve estar particularmente feliz: as vezes que falou da **Tragédia e a tragédia** sem vir, estava realmente a transformar-se numa tragédia...

Produção nacional, feita com recurso exclusivo a actores portugueses, **A Tragédia** surge como um caso isolado, na sequência doutros (poucos) casos isolados. A posição de quem conhece o lugar da televisão numa sociedade, só pode ser a de aplaudir. Fá-lo-íamos mesmo que se tratasse de uma obra para o medíocre; com muito mais razão o faremos tratando-se, como parece que se trata, de uma transcrição para a TV de alguma qualidade.

Se considero a **Tragédia** o romance mais adequado para passar na TV de grande audiência, isso é outra questão. De facto não considero. Ou pelo menos não considero útil colocá-lo ao alcance de uma audiência tão diversificada. Acho que a passagem da **Tragédia** em hora de grande audiência poderá levantar reacções negativas e perplexidades. Irá talvez lançar confusão de sentimentos em vastas camadas da audiência.

Oxalá nada disso aconteça. Mas não deixo de pensar em discrepâncias de todo o tamanho: enquanto a **Tragédia da Rua das Flores** passa ostensivamente no primeiro canal, na hora «Top» da audiência, a **Manhã Submersa,** de Lauro António, foi exilada para o segundo programa...

E já agora refira-se um facto suplementar: apesar de o filme ter constituído, primeiro na versão televisual, e depois na versão cinematográfica, um êxito assinalável, que me conste nunca mais Lauro António obteve condições para prosseguir a sua actividade teledramática.

Destes e doutros exemplos nascem soluções de continuidade que se reflectem na produção, no seu fluxo. E assim assistimos a folhetins ou a séries que alcançaram êxito na TV e que depois foram esquecendo, foram morrendo...

Exactamente o contrário do que acontece lá fora onde, se um programa tem êxito, ganha direito a sucessivos aproveitamentos. Nos Estados Unidos, onde essa tradição é levada ao absurdo, em cada 10 séries que se editam, em geral só uma vinga. Esta, se chega aos três meses, certamente chegará aos seis, chegando aos seis terá fôlego para fazer um ano de exibição. A partir daí, série que aguenta um ano, aguenta toda a vida...

Entre nós, a tendência é para a falta de oxigénio. São inúmeros os casos de produções que deixaram morrer em pleno florescimento. «Retalhos da vida de um médico», aí está. Tinha qualidade, tinha público, tinha um espaço conquistado: a RTP deixou-o cair ingloriamente «por motivos obscuros», como se costuma dizer, depois de se ter aventado a hipótese da sua continuação.

O mesmo aconteceu com as séries policiais dirigidas por Luís Filipe Costa, neste caso com a característica de ser um género sem grandes tradições na produção televisual portuguesa – e que chegou, viu e venceu. **«Zé Gato»** e **Uma cidade como a nossa,** para além de histórias bem elaboradas, criaram personagens com popularidade e «revelaram» actores plenamente dentro dos segredos da linguagem televisual. Morreram de morte macaca, sem que a RTP lhes acudisse minimamente.

Assim não vale. Pedra veleira não cria musgo. Acabamos sempre na dependência da produção estrangeira, com todos os inconvenientes já conhecidos.

O mesmo parece irá acontecer com **Gente Fina é outra coisa.** Anunciaram já o seu último episódio. Após o que, sem projectos firmes de continuidade, mais uma iniciativa irá por água abaixo. Esforços que se quebram, experiências que se perdem, actores e autores sem trabalho.

Dir-se-á que se prepara uma nova telenovela, mas a telenovela não esgota a ficção na TV, ela não é substituto do teleteatro, dos teledramáticos em geral: são linguagens totalmnte diferentes.

Teremos ocasião de falar com mais vagar da **Tragédia da Rua das Flores.** Repito: ao nível da representação, da realização, do rtimo narrativo – o primeiro episódio deixa muitas esperanças para os que seguem. Tivemos de esperar dois anos. Oxalá agora, não se diga que foi tempo perdido.

E pronto. Agora vou ficar a beber chá e a ouvir Rubinstein. À espera das últimas notícias. Que me dirão, uma vez mais pela boca de Balsemão ou de Capucho, que o Presidente Ramalho Eanes é o responsável da crise...

A gente ouve e não acredita. Mas haverá certamente pessoas que, de tanto ouvir, venham a acreditar, dando mesmo desconto ao descrédito «dos que lá estão», como há dias, em **Cabra-Cega,** dizia Helena Roseta. O «slogan–» publicitário diz que a Televisão é uma força que vende». Vende mentiras, intrigas, rasteiras. Estranho comércio...

MOÇÃO

Os elementos do Partido Socialista integrados nesta Assembleia de Freguesia que representa a população de **Santa Iria de Azóia,** face à situação política nacional, apresenta a seguinte moção:

— Considerando que o Governo Balsemão se demitiu das suas funções sem dar ao povo português uma explicação cabal de obrigação, não obstante a sua perniciosa governação desagradar e desconvir aos portugueses.

— Considerando que este Governo «bate e foge» escandalosamente, deixando o País endividado como nunca e os portugueses mais pobres.

— Considerando nomeadamente a inflação que fustiga o nível de vida dos portugueses, a retracção e degradação da economia portuguesa e o desemprego galopante, promissores de fome.

— Considerando o falhanço ou má-fé política da AD, nomeadamente a malograda aplicação da Lei das Finanças Locais, quiça agora mais prejudicada pela falta do OGE para 1983, revelador de incompetência.

— Considerando ainda que a demissão do 1.º Ministro, não obstante deixar o País exausto, se orientou para a formação de novo Governo AD, que apenas servirá mesquinhos interesses pessoais e partidários, para imporem mais sacrifícios aos portugueses, como têm feito.

Esta Assembleia de Freguesia em sua reunião de 17 de Janeiro de 1983, delibera:

1.º — Protestar contra o Governo ainda em exercício pelo ostensivo prolongamento da crise que vem impondo a 10 milhões de portugueses.
2.º — Reclamar pela falta de aplicação da Lei n.º 1/79 (Lei das Finanças Locais) aprovada por unanimidade pela Assembleia da República.
3.º — Repudiar a formação de novo Governo AD, reclamar do Presidente da República a dissolução da Assembleia da República, a formação de um Governo de Gestão, Democrático, que garanta a honestidade do processo eleitoral e a convocação de eleições legislativas no prazo constitucional de 90 dias.

Santa Iria de Azóia, 17 de Janeiro de 1983

HÁ BEBER E HÁ VIVER

— Numa viagem longa o condutor está sujeito a um estado de fadiga proveniente, entre outras causas, da atenção prolongada a condução e do calor.
A fadiga agrava consideràvelmente o efeito do álcool na condução.

NOTARIADO PORTUGUÊS

TRIARTE — ARTESANATO PORTUGUÊS, LIMITADA

Eu abaixo assinado, ajudante do 20.º Cartório Notarial de Lisboa, sito na Avenida Almirante Reis, 202, rés-do-chão, certifico para efeitos de publicação que por escritura de 11/11/82 lavrada nas notas deste Cartório no livro 116-G de folhas 3 a folhas 4 António Joaquim Fonseca Esteves e mulher D. Laura Pascoal Ferreira Esteves como únicos sócios da sociedade em epígrave, sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, com sede em Lisboa, dissolveram, de mútuo acordo a referida sociedade, a partir de 11 de Novembro de 1982, e em liquidação e partilha estipularam o seguinte:

O activo social, constituído apenas pela importância de 66.000$00, representativa do capital social, foi adjudicado aos 2 ex-sócios na exacta medida em que dele participavam. Os necessários actos de publicação e registo ficaram a competir a qualquer dos ex-sócios.

Para constar se passou a presente certidão de narrativa parcial e de teor parcial que vai conforme o original no qual nada há em contrário ou além do que se certifica. Lisboa, 19 de Novembro 1982.

A ajudante,
Maria da Ressurreição Pereira Felício Patrício

CONTINUAM
os SALDOS!

MODAS

CASACOS PELE 4.980$00
CAMISEIROS SEDA, MODERNOS
1.400$ - 1.500$
FATOS 2 PEÇAS
GABARDINAS ★ CASACOS FAZENDA
VESTIDOS, ETC., ETC.

CAMISAS desde 330$00
MALHAS
CASACOS PELE 4.980$
BLUSÕES, ETC.

HOMEM MULHER

30% DESCONTO
RUA DO CARMO, 37 – LISBOA

Em ALVERCA o Diário de Lisboa
vende-se na TABACARIA LUSA

Hoje

1 RTP

Uma cena de «Reviver o Passado em Brideshead», que exibe esta noite, na RTP-1, o 8.º episódio

Das 13.35 às 17.30 **Ciclo Preparatório TV**
18.22 **Tempo dos Mais Novos**
18.50 **As Novas Grutas de Lascau** – galeria de pintura rupestre, descoberta em 1940 em Montignec, no Perigord (França).
19.20 **África/80**
19.55 **O Tempo**
20.00 **Telejornal** – notícias do País e do estrangeiro.
20.30 **Vamos Jogar no Totobola**
20.45 **«Reviver o Passado em Brideshead»** – 8.º episódio. Intérpretes: Jeremy Irons, Jane Asher, Diana Quick, Simon Jones e Phoebe Nicholls.
21.40 **O Tópico** – magazine cultural.
22.35 **Últimas Notícias**

2 RTP

Prosseguem na RTP-2, as exibições dos episódios da telenovela «Cabocla»

18.02 **«Os Desenrascados»** – intérpretes: Robert Castel, Pierre Dac.
19.30 **País, País** – informação regional.
20.00 **Desenhos Animados** – «Groovie Goolies».
20.30 **Cine-Clube/2** – «Enredo». Intérpretes: Mitsuko Kasabue, Yumi Shikakawa, Hideko Takamine e Yuzo Kayama. Realizador: Mikio Naruse.
22.05 **Telenovela** – «Cabocla».
22.30 **Jornal da Noite**

Amanhã

1 RTP

08.00: Bom Dia Portugal; **09.30**: Desenhos Animados; **10.00**: Crescer em Saúde; **10.30**: «Maiú Mulher»; **11.30**: Animais do Mundo; **12.00**: «Baila Comigo»; das **13.35 às 17.30**: Ciclo Preparatório TV; **18.00** Tempo dos Mais Novos; **18.50**: Nunca é Tarde; **19.20**: Património; **19.55**: O Tempo; **20.00**: Telejornal; **20.30**: Noite de Cinema – com o filme «Na Sombra e no Silêncio»; **22.45**: Últimas Notícias.

2 RTP

09.30: Teletexto; **18.00**: «Ponto Crítico»; **19.30**: País, País; **20.00**: Desenhos Animados; **20.30**: Programa Cultural; **21.00**: Hoje Convidamos; **22.15**: «Cabocla»; **22.45**: Jornal da Noite.

GRUNDIG
a segurança de um grande nome seleccionou para si...

1 RTP
«Reviver o Passado em Brideshead»
(20.45)

2 RTP
«Enredo»
(20.30)

...e sugere para hoje...

2 RTP

Justino aproxima-se de Pepa e apresenta-se. Chico Bento e Macário ficam impressionados com Pepa. Chico leva Luís para dormir na sua casa. Emerenciana deixa Belinha escrever um bilhete ao Neco e promete-lhe falar com o pai a respeito deles. Pequetita chega a casa de Joaquim e fica surpreendida quando este lhe conta que recebeu uma carta de Luís, dizendo-lhe que Pepa está na fazenda. Chico insiste com Zuca para ir ao encontro de Luís, mas ela recusa.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA GRUNDIG
NACIONAL RÁDIO
Rua Bento Jesus Caraça, 17 - Cruz Quebrada - Telef. 21 [illegible]

O Suicidário: nova peça do Novo Grupo

O Suicidário, peça do dramaturgo soviético Nicolai Erdmann, estará em cena, a partir de hoje, mo **Teatro Aberto**, à Praça de Espanha. Trata-se de uma segunda produção do **Novo Grupo**, a mais recente companhia profissional de teatro de Lisboa, que conta com cerca de duas dezenas de elementos e um subsídio de cento e vinte e cinco mil escudos mensais.

Após nove meses de representações do espectáculo **Oiçam Como Eu Respiro** – que permanecerá em cartaz todos os domingos dada a corrente de público que ainda se verifica – será a vez de uma farsa trágica em que o autor aborda a situação de uma sociedade no seu período pós-revolucionário. Encenação de João Lourenço.

Francisco Pestana e *Mário Viegas*, dois actores-fundadores do **Novo Grupo** falam-nos dos propósitos desta unidade teatral, dos projectos mais imediatos e também da peça em estreia e seu autor.

Mário Viegas, Irene Cruz, Maria Albergaria: peça de tema paralelo ao tempo português

Dispersão, afinidades, pontos de partida

Francisco Pestana: O grupo surgiu a partir de profissionais advindos de companhias de teatro independente e que se encontravam dispersos. Em Fevereiro do ano passado chegou-se a uma decisão: formar um núcleo de produção teatral. Mário Viegas e João Lourenço foram as pedras básicas. A eles se juntaram alguns elementos que tinham saído do grupo «A Comuna». Encontrávamo-nos, então, em casa uns dos outros, discutíamos os possíveis pontos de partida para um trabalho conjunto, as afinidades das pessoas. Concluímos que havia muitas ideias em comum como, por exemplo, levar à cena peças consideradas de valor cultural. Legalizámo-nos em Junho, sem qualquer subsídio. Foi um arranque difícil. Resolvemos, portanto, iniciar as nossas actividades com um espectáculo em que entrasse pouca gente. Fizemos *Oiçam como Eu Respiro* no qual participavam a Irene Cruz, o Melim Teixeira e a Carmen Santos. O êxito obtido com este trabalho teve para nós uma importância fundamental: o da corrente de público que o Teatro Aberto reconquistou. Nós somos a companhia residente deste espaço. *O Suicidário* é a segunda amostragem do que valemos. A encenação é do João Lourenço que também assina a versão da peça conjuntamente com Vera Sampayo Lemos e Luís Francisco Rebello; música de Eduardo Pais Mamede tocada ao vivo por Nuno Barroso; cenários de António Casimiro e assistência coreográfica de Ruben Marques.

Nicolai Erdmann – O êxito dum mandato

Mário Viegas: O Suicidário é um título um tanto estranho. Depois do espectáculo de Dario Fo e Franca Rame, divertido, surpreendente, poderia supor-se que tenderíamos para uma peça triste, contrastante, dramática. A verdade é que se trata de uma farsa trágica dum autor soviético dos anos vinte, *Nicolai Erdmann*, que escreveu, ao que se supõe, apenas duas peças. A primeira intitulada *O Mandato*, logo representada e a segunda *O Suicídio* (*O Suicidário* na versão portuguesa). Este é um texto considerado brilhante, uma das obras primas do teatro de língua russa. Mais: Erdmann é, de facto, um autor relevante na sua época, obtém um êxito excepcional, dez anos após a Revolução de Outubro, em plena efervescência social, quando, no seu país, grandes artistas se revelavam e se faziam experiências únicas, no campo teatral, cinematográfico, etc.

Semion Semionovitch Tempo-NEP

Como curiosidade: uma experiência inusitada foi levada a cabo por alunos de *Meyerhold*.

Contavam, por dia, as gargalhadas do público e concluiam que rondavam as trezentas e cinquenta e as trezentas e oitenta.

Ora, na nossa opinião, *O Mandato* é inferior em graça e até em qualidade à segunda peça que agora o João encena, coisa aliás natural porque *Nicolai* era muito jovem no tempo em que a escreveu. O tema é o suicídio encarado de uma maneira cómica. Poderia ser trágica. Jogando entre estas duas balizas extremas desenrola-se a história de um pequeno-burguês, Semion Semionovitch, e através dela o autor «goza» a sua época de grande crise económica, política e social, em que as contradições do sistema se tornam mais perceptíveis. Terá, talvez, um certo paralelismo com o tempo português, oito anos depois do vinte e cinco de Abril. Acredito que seja um espectáculo actual e actuante. O texto é genial e atrás de si está uma lenda que vamos interpretar no bom sentido. Não quero desvendá-la, já.

Os mestres, uma peça o Novo Grupo, sonhos

Quando *Nicolai Erdmann* escreveu esta peça Meyerhold e Stanislavsky digladiaram-se para a encenar. Chegaram a meter cunhas, brigaram. Um dirigiu-se a *Mayakovsky*, outro a *Gorki*, dois amigos pessoais de *Nicolai*. O pedido chegou a Stalin, nessa altura no poder. A peça não foi representada por não se considerar «conveniente». Até hoje nenhum país do Leste a levou à cena, o que não significa que seja contra-revolucionária ou antiprogressista. Muito pelo contrário. E é, também, uma peça de humor polémica. Vamos apresentá-la. O público dará a resposta. Queremos que seja um espectáculo *novo* até por sermos o *Novo Grupo*, gente com sonhos para este Verão: faremos, exactamente, *O Sonho de Uma Noite de Verão*, de Shakespeare e para imediato, já uma fase de preparação de ensaios, temos *Uma Comédia à Moda Antiga*, peça para a reaparição da actriz Carmen Dolores numa encenação de Jorge Listopad.

Maria Emília Correia

COMUNA
TEATRO DE PESQUISA
HOJE AS 21,45 H
a CASTRO
ANTONIO FERREIRA
ENCENAÇÃO JOÃO MOTA
terça-feira a sábado
AS 21,45
sábado e domingo
AS 17 H
PRAÇA DE ESPANHA
TEL 72 08 18

José Afonso
Coliseu
29 de Janeiro às 21 h. 30

CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS
Banco Fundado em 1864
BANCO CENTENÁRIO UM BANCO MODERNO

COTAÇÕES DE NOTAS

	(Por unidade) COMPRA	VENDA
AFRICA DO SUL (rand)	70$25	76$25
ALEMANHA FED (marco)	36$85	37$95
AUSTRIA (xelim)	5$15	5$35
BELGICA (franco)	1$716	1$916
BRASIL (cruzeiro)	$143	$393
CANADA (dolar - notas de 1 e 2)	73$95	75$95
(notas de 5 a 1000)	74$45	76$45
DINAMARCA (coroa)	10$50	10$90
ESPANHA (peseta)	$664	$784
EUA (dolar - notas de 1 e 2)	91$30	93$30
(notas de 5 a 1000)	91$80	93$80
FINLÂNDIA (marka)	16$85	17$45
FRANÇA (franco)	13$00	13$70
HOLANDA (florim)	33$65	34$65
INGLATERRA (libra)	141$65	145$65
IRLANDA (libra)	123$50	127$50
ITALIA (lira)	$058	$068
JAPÃO (yene)	$343	$378
NORUEGA (coroa)	12$70	13$20
SUECIA (coroa)	12$20	12$80
SUIÇA (franco)	44$90	46$00
VENEZUELA (bolivar)	17$15	17$15

Observações
1. – No respeitante a moedas, estas cotações devem ser consideradas a título meramente informativo
2. – Todas as operações de venda estão sujeitas ao imposto de 3 por mil

STAR TURISMO VIAGENS
UMA AGENCIA DE VIAGENS DE SERVIÇO COMPLETO
Lisboa Estoril Porto Guimarães Faro Portimão Madeira e Açores

rádio

Antena Um

17.00: ZGHIBZ; **19.00**: Música; **20.00**: «A Cabana do Pai Tomás», original de Harriet Stowe; **20.15**: O espaço é seu; **21.00**: Toda a gente é pessoa; **21.30**: Viva a noite. Noticiários intercalares às **16.00**, **17.00**, **18.00**, **21.00** e **22.00** horas.

Programa 2

15.55: Música de bailado; **17.00**: Música de câmara; **18.05**: Música portuguesa; **19.00**: Terra viva planeta azul; **19.35**: Cantata BWV 209, «Non Sa Che Sia Dolore», de Bach; **20.10**: Intérpretes portugueses; **21.00**: O canto e os seus intérpretes; **22.00**: Os caminhos do homem; **22.55**: «Música Aquática», de Haendel; **23.30**: Música de guitarra; **24.00**: Música sinfónica; **01.00**: Fecho. Noticiários de hora a hora.

RÁDIO COMERCIAL
Onda Média (283, 290 e 397m)

14.00: Matinée; **17.00**: Sortido fino; **20.00**: Conta corrente; **20.30**: Quando o telefone toca (3 edições); **22.00**: Portugal e a CEE; **22.15**: Religiosos – novas de alegria; **22.30**: Tempo de desporto; **23.00**: 24.ª hora. Noticiários de hora a hora.

RC-FM-Estéreo (97,4 MHz)

15.00: O vapor; **16.00**: O som da frente; **18.00**: Círculo em FM; **19.00**: Em órbita; **20.00**: Musicando; **21.00**: Abandajazz; **22.00**: Café concerto. Noticiários de hora a hora.

RÁDIO RENASCENÇA
Rede Nacional de OM e FM

15.00: Equipa da tarde; **18.00**: Jornal das regiões; **18.30**: Transmissão do terço; **19.00**: Programa da LAR; **20.00**: Horizonte; **21.00**: Hora de música; **22.00**: Ouvir e pensar; **23.00**: Ultima hora; **23.55**: Meditando. Noticiários intercalares a todas as horas.

Rede Sul em FM: Duas Vezes Seis; **21.00**: Quando o telefone toca; **21.30**: Paju.

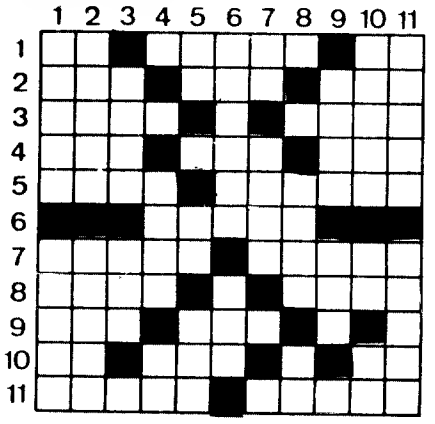
Tiragem media diária do mês anterior: 143 493 exs.

palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO PROBLEMA N.º 13635

HORIZONTAIS:

1 Ruim. Destemido. Aqui.
2 Íntimo. Pronome pessoal. Manuel (abrev).
3 Jovem. Conjunção. O mesmo que galispo.
4 Agora. Eia! Pronome pessoal.
5 Nome de mulher. Apalpara.
6 Aparece.
7 Patife. Pedra preciosa.
8 Justapor. Prendem.
9 Percebo. Nome de mulher.
10 Solitário. Calote. Artigo indefinido.
11 Famas. Caio à cama.



VERTICAIS:

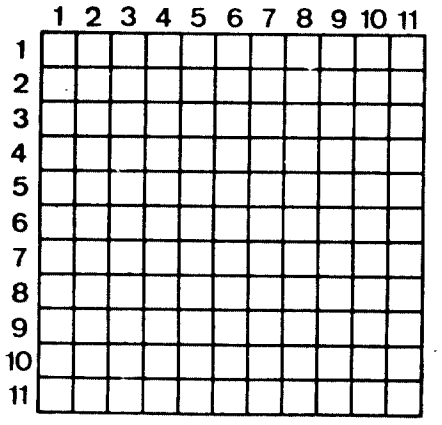
1 Carinhos. Cidade de Itália
2 Nome de fruto. Desmontou.
3 Escavar. Rata.
4 Formar as abas a. Cálcio (s.q).
5 Nota musical. Estrépito de desmoronamento. Duna na Suécia.
6 Ânimo. Espaço de doze meses.
7 Vossa Alteza. Macaco americano.
8 Protecção (fig). Era cristã.
9 Irmã. Prendo.
10 Animação. Nota musical. Artigo indefinido
11 Velha. Acarinho.

Resolveu completamente este problema? Procure agora, em segundo passatempo o provérbio nele inscrito.

NOVA MODALIDADE PROBLEMA N.º 9495

HORIZONTAIS:

1 Damos massagens a. Alteza Real.
2 Pancada com o taco na bola de bilhar. (pl). Levante.
3 Ilha francesa do oceano Atlântico. Tosta. Tempo do verbo haver.
4 Ninho. Que cresce na areia.
5 Erguei.
6 Tira da calça que rodeia a cintura. Grande. Rio de Portugal.
7 Existe. Suspiros. Artigo definido (ant).
8 Arrostai. Ente.
9 Acabamento. Triturar.
10 Magote. Cério (s.q). Mula.
11 Sufixo que designa abundância. Entrada.



VERTICAIS:

1 Antigo Testamento. Cadela. Letra grega.
2 Oceano. Fundirmos.
3 Provocas. Regaço.
4 Centiare. Segundo. Cidade de Portugal.
5 Nome de homem. Item.
6 Conjunção. Agora. Repetição de som.
7 Serra de Portugal. Suspiros. Érbio (s.q).
8 Apelido. Preposição.
9 Cidade de Itália.
10 Doença habitual Europio (s.q).
11 Verdadeiro. Levantaras.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 13634

HORIZONTAIS:	VERTICAIS:
1 Nadar Ratos	1 NÃO TEM. LEI
2 Avisa Apelo	2 Avoca És. Cá
3 Oo. As Urres	3 DI Ois. Elar
4 Cor O.	4 Asar Airara
5 Tai Crê Ido.	5 Rãs Cro Pás
6 Saro AMOR	6 Oro Na.
7 Me. Io Pi	7 Rau. Pasta.
8 Ser Nanar	8 Apre' Ain. Rs
9 Lapas	9 Ter Im Anis
10 Ecara Trigo	10 Oleado Ga
11 Iaras Assar	11 Sós Ore Mor

Proverbio: O amor não tem lei

SOLUÇAO DO PROBLEMA N.º 9494

HORIZONTAIS	VERTICAIS
1 Aramo Gamam	1 Asas Pacata
2 Sa Nara.	2 Aladas. Bom
3 Alara. Morte.	3 Aras. Arca.
4 Sarem Ato	4 Mirem Amio
5 Dama. Rota	5 Amargo Sa.
6 Pás Rer Ati	6 Eira
7 As Agias. Ag.	7 Marrao. Ba
8 Amorosa	8 Anoto SSS
9 Abri Sima	9 Marota. Ai
10 Tocos. Al	10 Art Ata. Mal
11 Ama Acavala	11 Mães. Iguala

cartaz de cinemas e teatros

abCINE 803055
Centro Comercial de Alvalade

SALA A

Às 14.30, 16.30, 18.30, 21.15 e 23.15
– N. ac. men. 13 a.
007 E O HOMEM DA PISTOLA DOURADA

SALA B

Às 14.45, 17, 19, 21 e 23
NOITES ESCALDANTES
– N. ac. men. 18 a.

ALVALADE 897480
Av. de Roma

Às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30
Int. m/13 anos
O ESCORPIÃO DE SHAOLIN

APOLO 763319
Av Julio Dinis, 10-A

Às 14, 16.30, 19, 21.30 e 24
– N. ac. men. 13 a.
ROMANCE EM NOVA IORQUE
6.ª Semana

AVIS 547163
Av. Duque de Avila, 45

Às 15.30, 18.30 e 21.30
– Int. men. 13 a.
A LICEAL SEDUZ O PROFESSOR
3.ª Semana

BERNA 776098
Av. Marquês de Tomar

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
– Para Todos
E. T., O EXTRATERRESTRE
6.ª semana

CALEIDOSCÓPIO 795093
Campo Grande

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
– Para Todos
PAPUÇA E DENTUÇA
Falado em português
7.ª Semana

CASTIL 530194
Rua Castilho

as 15, 17, 19, 21.30
N. acons. men. 13 anos
THE ROLLING STONES
Mick Jagger

CINE 222 579460
Av. Pr. da Vitória, 37 (ao Saldanha)
Às 14, 16.30, 19 e 21.30
– N. ac. men. 13 a.
UMA COMÉDIA SEXUAL NUMA NOITE DE VERÃO
Às 24
O DETECTIVE STONE

CINEBOLSO 573407
R. Actor Taborda, 27-B
Às 12.30, 14.30, 16.45, 19 e 21.30
– Int. men. 18 a.
ÁVIDAS DE SEXO
Às 24
DUPLA SUSPEITA

CINE BLOCO 556824
Gaveto Av 5 de Out. e Pinh. Chagas

Às 14.30, 16.45, 19 e 21.30
– N. ac. men. 18 a.
VEIO DO OUTRO MUNDO
12.ª Semana
Às 24.00
ESPELHO QUEBRADO

CINE CAMÕES 324194
Rua do Loreto, 15

Às 14.15, 16.30 e 21.30
– Int. men. 18 a.
VIOLENTOS PROFISSIONAIS

CONDES 322523
Av. da Liberdade, 2

Às 14.00 – 16.30 – 19.00 – 21.30
N. acon. m. 13 anos
OLHO POR OLHO

EDEN 320768
P. dos Restauradores, 21

Às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30
N. acons. m/13 anos
A FORÇA DO DESTINO

ESTÚDIO 555134
Alam. Afonso Henriques, 35

às 15.30, 18.30 e 21.30
Int. m/18 anos
ESCÂNDALOS NOCTURNOS

ESTÚDIO 444 779095
Av. Defensores de Chaves, 83-B

Às 15, 17, 19 e 21.30
Int. m/18 anos
CONTRA ATAQUE

IMPÉRIO 555134/5
Al. Afonso Henriques, 35

Às 15.15, 18.30 e 21.30
– N. ac. men. 18 a.
ASSIM NASCE UM HERÓI
2.ª Semana

LONDRES 801313
Av. de Roma, 7-A

Às 15.15, 18.30 e 21.30
– N. ac. men. 13 a.
FITZCARRALDO

POLITEAMA 326716
R. Portas S. Antão, 109

Às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30
N. ac. men. 13 anos
A ÚLTIMA PERSEGUIÇÃO

MONTECARLO 681117
Av. Pedro Alvares Cabral, 37
Às 14.15, 16.30 e 19.15
N. ac. men. 18 anos
Às 21.30
BRIGADA ANTIGANGSTER
Às 24
AJUSTE DE CONTAS

MONUMENTAL 555131
P. Duque de Saldanha

Às 15.15, 18.15 e 21.30
– N. ac. men. 13 a.
A TEMPESTADE
c/ John Cassavetes, Gena Rowlands e Vittorio Gassman

NIMAS 574362
Av. 5 de Outubro, 42-B

Às 14.00, 16.15, 18.30 e 21.30
N. acons. m/13 anos
EFFI BRIEST

ODEON 328283/4
R. Condes, 12 a 20

às 15.15, 18.15 e 21.30
A LUTA PELA LIBERDADE

PATHE 821933
R. Francisco Sanches, 122

Às 14, 16.30, 19, e 21.30
OLHO POR OLHO
N. Acons. men. 18 anos

QUARTETO 771378
R. Flores de Lima, 16

SALA 1
Às 14, 16, 18, 20 e 22 h.
N. ac. m. 13 anos
UMA COMÉDIA SEXUAL NUMA NOITE DE VERÃO
Às 24
ANNIE HALL

SALA 2
Às 14, 16.15, 18.30 e 21.30 h.
Int. m. 13 anos
DIVA
Às 23.45
O SUBMARINO AMARELO

SALA 3
Às 14, 17.30 e 21.30
Maiores de 18 anos
ANDREI RUBLIOV
Às 24
O AMIGO AMERICANO

SALA 4
as 14, 16, 18, 20 e 22 h.
N. ac. m. 18 anos
A SAUDADE DE VERONICA VOSS
Às 24
MORTE EM VENEZA

ROMA 887778
Av. de Roma, 14 M-N

Às 15.00, 17.00, 19.00 e 21.30
N. ac. men. 13 anos
THE ROLLING STONES

ROXY 548560
Av. Almirante Reis, 20

Às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30
Int. men. 13 anos
JOVENS, BELAS E PROVAVELMENTE RICAS

S. JORGE 579144-579344
Av. da Liberdade, 175

S. JORGE SALA 1
Às 15.15, 18.15 e 21.30
– Int. men. 13 a
NA CALADA DA NOITE
c/ Meryl Streep
2.ª Semana

S. JORGE SALA 2
Às 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15
– N. ac. men. 13 a.
BAIRRO DA LATA
c/ Nick Nolte
2.ª Semana

S. JORGE SALA 3
Às 14, 16.15, 19 e 21.45
– N. ac. men. 18 a.
POLTERGEIST, O FENÓMENO
13.ª Semana

SATÉLITE 562632
Av. Fontes Pereira de Melo, 61
Às 14, 16.30, 19 e 21.30
– N. ac. men. 13 a.
ROMANCE EM NOVA IORQUE
6.ª semana

7.ª ARTE 730715
Av. República, à Est. de Entre Campos Junto ao n.º 68
Às 14.45, 17, 19.10, 21.30 e 23.30
– Int. men. 13 a.
NA CALADA DA NOITE
Domingo às 11.15
FESTIVAL PANTERA
– Para Todos

STAR 804210
Av. Guerra Junqueiro, 14-C

Às 15, 18.15 e 21.30
N. ac. men. 13 anos
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS
20.ª Semana

TERMINAL 371573
Estação do Rossio

Às 11, 13, 15, 17, 19, 21.30 e 23.30
– N. ac. men. 13 a.
UMA COMÉDIA SEXUAL NUMA NOITE DE VERÃO
3.ª Semana

TIVOLI 570595
Av. da Liberdade, 188

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
– Int. men. 18 a.
A FELINA
3.ª Semana

VOX 880808
Av. Fr. Miguel Contreiras, Lote 879

Às 15, 18.15 e 21.30
– N. ac. men. 18 a.
O PRINCIPE DA CIDADE
2.ª semana

XENON 368480
Av. da Liberdade, 9

Às 14.15, 16.30, 19 e 21.30
– Int. men. 18 a.
NOITE FATAL

outros cinemas

Lisboa

ALFA-1 – «E. T. o Extraterrestre», às 21.30 (6 anos)
ALFA-2 – «Os Salteadores da Arca Perdida», às 21.30 (13 anos)
ALFA-3 – «A Felina», às 21.45 (18 anos)
MUNDIAL – «E. T. o Extraterrestre», às 21.30 (13 anos)
CITY CINE – «Assim Nasce um Herói», às 21.30 (18 anos)
CAPITÓLIO – «Supersexo», às 21.00 e 23.00 (18 anos)
ZODÍACO – «Sofrimento de Amor», às 21.30 (13 anos)
OLÍMPIA – «Candidatos do Porno», sessões permanentes (18 anos)
RESTELO – «A Cidade Violenta», às 21.30 (18 anos)
2000 – «O Rendez-vous no Max's», às 21.30 (13 anos)
ROYAL – «Ben e Charlie», às 21.30 (13 anos)
PROMOTORA – «Os Executores», às 21.30 (13 anos)

Linha de Cascais

ESTORIL – Casino – «Na Pista da Pantera», às 21.15 (13 anos)
CASCAIS – Impala – «A Coragem de um Homem», às 21.30 (13 anos)
CASCAIS – Oxford – «007 Contra Goldfinger», às 21.30 (13 anos)

Linha de Sintra

DAMAIA – D. João V – «O Ladrão», às 21.30 (18 anos)
AMADORA – Cine-Plaza – «O Bombardeiro», às 21.30 (13 anos)
AMADORA – Lido – «Noites Escaldantes», às 21.30 (18 anos)
AMADORA – Cinestúdio – «Loucos ao Volante», às 21.30 (13 anos)
CACÉM – Cine-Estúdio Flores – «Cães de Palha», às 21.30 (18 anos)

ERICEIRA – Cinestúdio – «Caravanas», às 21.15 (13 anos)

Outra banda

ALMADA – Incrível – «Amor e Ciúme», às 21.15 (13 anos)
ALMADA – Academia – «Hoje e Ontem Tudo Sexo», às 21.15 (18 anos)

ALMADA – Cine-Estúdio – «Nunca Digas Adeus», às 21.30 (13 anos)
COSTA DE CAPARICA – Silcine – «Loucamente Apaixonado», às 21.30 (13 anos)

Porto

FOCO – «O Alambrista», às 21.30 (13 anos)
OLÍMPIA – «O Dragão Invencível Ataca», às 21.30 (13 anos)
VALE FORMOSO – «A Grande Desforra», às 21.30 (13 anos)
RAIONE – «Convoy, o Comboio dos Duros», às 21.30 (13 anos)
TERÇO – «O Exército Secreto», às 21.30 (18 anos)
ÁGUIA – «A Contagem Final», às 21.30 (13 anos)
SÁ DA BANDEIRA – «Sexo Mecânico», às 21.30 (18 anos)
CHAPLIN – «O Buraco da Agulha», às 21.30 (13 anos)
BATALHA – «Fúria de Vencer», às 21.45 (13 anos)
JÚLIO DINIS – «Kung Fu em Explosão», às 21.30 (13 anos)
RIVOLI – «Doido por Ela», às 21.30 (13 anos)
ESTÚDIO – «A Espada e o Feiticeiro», às 21.30 (18 anos)
LUMIÈRE-L – «O Presente», às 21.45 (13 anos)
LUMIÈRE-A – «Os Homens que Eu Amei», às 21.30 (13 anos)
TRINDADE – «Noites Escaldantes», às 21.30 (18 anos)
PASSOS MANUEL – «E. T., o Extraterrestre», às 21.45 (6 anos)
CHARLOT – «Fitzcarraldo», às 21.30 (13 anos)
COLISEU – «Superstição», às 21.30 (18 anos)
SÃO JOÃO – «E. T., o Extraterrestre», às 21.30 (6 anos)
PEDRO CEM – «Os Deuses Devem Estar Loucos», às 21.30 (13 anos)

farmácias

Lisboa

PERMANENTE

ALTO DE SÃO JOÃO: Zional, R. Morais Soares, 56-C; **BAIXA: Oliveira**, R. da Prata, 240 (T. 321415); **CALVÁRIO: Monge**, R. Lusíadas, 30-32; **CAMPO GRANDE - AVENIDA DO BRASIL: Rainha Santa**, R. Afonso Lopes Vieira, 57-B (T. 765262); **CAMPOLIDE -ÁGUAS LIVRES: Ruatio**, R. Alto Carvalhão, 5-B (T. 651721); **ESTADOS UNIDOS - Á CAIXA DE PREVIDÊNCIA 39: Celta**, R. Moura Girão, 3-B (T. 890621); **RATO: Albano**, R. Escola Politécnica, 59 (T. 326750); **REGO: Praias & Mota**, R. Beneficência, 91-93 (T. 773728); **SALDANHA: Avenidas**, Av. da República, 27-A (T. 533688); **VALE DE SANTO ANTÓNIO: Santo António**, R. Leite Vasconcelos, 72-C (T. 862333); **ALGÉS: Combatentes**, Av. Combatentes da Grande Guerra, 166 (T. 2104953); **BRANDOA: Brito**, R. do Colégio, lote 32-B (T. 993351); **ODIVELAS: Leitão**, R. Guilherme Gomes Fernandes, 62 (T. 910051); **PAMPULHA: Hospital da CUF**, R. do Sacramento (T. 609111).

teatros

Lisboa

D. MARIA II – Sala Experimental – «Anno IV D. C.», às 21.45 (13 anos)
VARIEDADES – «Há mas São Verdes», às 20.30 e 23.00 (18 anos)
TEATRO ABERTO – «O Suicidário», às 21.30 (18 anos)
TEATRO ABERTO – «Um Dia na Capital do Império», às 21.30 (13 anos)
MARIA VITÓRIA – «Sem Rei nem Rock», às 20.30 e 22.45 (18 anos)
CENTRO CULTURAL DE ÉVORA – «Os Estrangeiros», às 21.45 (13 anos)
MONUMENTAL – «As Taradas», 21.30 (13 anos)
ABC – «É Sempre a Aviar!», às 20.30 e 23.00 (18 anos)

REFORÇO

ALFAMA – SÃO TOMÉ: Zlier, R. São Tomé, 54-56 (T. 862835); **AVENIDA D. RODRIGO DA CUNHA: Aeroporto**, Av. Almirante Gago Coutinho, 101-D (T. 882384); **BENFICA - 2.º CIRCULAR: Benfiluz**, E. de Benfica, 444-A (T. 782606); **BOA HORA - AJUDA: Boa Hora**, R. dos Quartéis, 25-27 (T. 637777); **CAIS DO SODRÉ: Central**, R. São Paulo, 108 (T. 320369); **ESTEFÂNIA: Portugal**, R. Rebelo da Silva, 11-13 (T. 543340); **ESTRELA: Marques Freire**, R. Santo António à Estrela, 96; **LUMIAR - QUINTA DAS MOURAS: Matos Viegas**, Av. Rainha D. Amélia, 34-B (T. 794174); **MADRE DE DEUS: Romana**, R. Actor Augusto Melo, 7-A (T. 383800); **OLIVAIS SUL: Lemos**, R. Cidade da Beira, lote 19, loja A (T. 331692); **PICHELEIRA: Mariuz**, C. da Picheleira, 140-B-C e R. Prof. Mira Fernandes, MAF (T. 880703); **PRAÇA DE LONDRES: Algarve**, Av. de Roma, 7-B (T. 801478); **SALDANHA - HOTEL SHERATON: Oliveira Viegas**, R. Viriato, 29-29-A (T. 548966); **PONTINHA: Leitão Ribeiro**, R. A do Falcão, 3-A (T. 993912); **BURACA: Vaz Martins**, R. António Ferro, 6-A (T. 970660); **OLIVAL BASTO: Nova**, R. Açores, 11-A (T. 910305); **PRIOR VELHO: Matos**, T. Prioras (T. 2519939).

Linha de Cascais

TIRES: Guimarães, L. Duartes, lote A, r/c (T. 2441616). Até às 22 horas; **ALCABIDECHE: Carvalho**, B. João P. Correia, 40-B (T. 2690363). Até às 22 horas; **PORTO SALVO: Ferreira Bastos**, R. D. Firmino Rebelo (T. 2421015). Até às 22 horas; **MALVEIRA DA SERRA: Luz**. Até às 22 horas; **PAÇO DE ARCOS: Pargana**, Av. Eng. Bonneville Franco (T. 2435147). Até às 22 horas; **OEIRAS: Central**, R. Conde Ferreira, 29 (T. 2430058). Permanente; **CARCAVELOS: Vilar**, Av. Maria da Conceição, lote 8 (T. 2470777). Permanente; **SÃO DOMINGOS DE RANA: Godinho da Silveira**, Av. Sabóia, 29-B (T. 260065). Até às 22 horas; **PAREDE: Assis**, Av. Gago Coutinho, Bairro das Caixas de Previdência (T. 2472948). Permanente; **SÃO JOÃO DO ESTORIL: São João**, Quinta da Carreira, lote 29-A (T. 2681186). Até às 22 horas; **SASSOEIROS: Amaral Sambleno**, Quinta das Encostas. Até às 22 horas; **MADORNA: Madeira**. Até às 22 horas; **AMOREIRA: Abrantes**, Vivenda Maria Carlos Anj. (T. 2682313). Até às 22 horas; **CASCAIS: Nova**, E. de Alvide, Fontainhas (T. 281044). Permanente.

Outra banda

ALMADA: Cristo Rei, Av. Cristo Rei, 31-A (T. 2766498). Permanente; **COVA DA PIEDADE: Castro Rodrigues**, L. 5 de Outubro, 62 (T. 2750121). Até às 22 horas; **LARANJEIRO: Almeida Araújo**, R. D. Duarte, 7-B (T. 2292324). Até às 22 horas; **COSTA DE CAPARICA: Chai**, Av. General Humberto Delgado (T. 2403218). Até às 19 horas; **SESIMBRA: Lopes**, R. Cândido dos Reis, 21 (T. 2233028); **BARREIRO: Soares**, Av. da República, 1 (T. 2073023). Permanente; **AMORA: Matos Lopes**, R. 1.º de Maio (T. 2216355); **SEIXAL: Lusitana**, P. Cândido dos Reis, 10, Arrentela (T. 221007). Até às 22 horas; **MONTIJO: Giraldes**, R. Almirante Reis, 45 (T. 2310008); **MOITA: Silva Rocha**, P. da República, 16 (T. 239029); **ALHOS VEDROS: Portugal**, Av. da Bela Rosa, 8 (T. 204250); **ALCOCHETE: Gameiro**, L. António Santos Jorge, 15 (T. 234100); **SETÚBAL: Soromenho**, P. Machado Santos, 24. Permanente; **Soromenho e Mira**. Até às 22 horas.

Linha de Sintra

AMADORA: Soares Correia, E. Águas Livres, 128. Permanente; **Amadora**, P. 25 de Abril, 3-A (T. 935518). Até às 22 horas; **DAMAIA: Lemos**, R. de Goa, 21-A (T. 971121). Permanente; **QUELUZ: Vasconcelos**, E. Particular Henrique Pousão (T. 964649). Até às 22 horas; **CAMARATE: Batalha**, R. Avelino S. Oliveira, 5 (T. 2518669). Até às 19 horas; **CACÉM: Guerra Rico**, Entrelotes 6 e 7, Freixo Capitão (T. 9244002). Permanente; **MEM MARTINS: Miranda Garcia**, E. de Mem Martins, 173 (T. 9214103). Permanente; **MERCÊS: Claro Russo**, R. Abade Faria, 2-A (T. 921575). Até às 22 horas; **RIO DE MOURO: Riomouro**, Av. Óscar Monteiro Torres, 6 (T. 9260194). Até às 22 horas; **SINTRA: Misericórdia**, Vila (T. 9231070). Permanente; **COLARES: Abreja** (T. 9290068).

MOSCAVIDE: Banha, Av. Moscavide, 22-A (T. 2518518). Até às 22 horas; **SACAVÉM: Maria**, R. Salvador Allende, lote 2 (T. 2514369). Permanente; **LOURES: Sálvia**, Av. da República, 29 (T. 2531240). Até às 22 horas.

Porto

DAS 9 ÀS 12 E DAS 14 ÀS 22 HORAS

VASQUES, R. das Condominhas, 794; **FÁTIMA**, R. de Oliveira Monteiro, 475; **CONTUMIL**, R. de Contumil, 540; **ALIANÇA**, R. da Conceição, 2; **BARROS**, R. do Loureiro, 104.

DE DIA E TODA A NOITE

SÁ DA BANDEIRA, R. Sá da Bandeira, 236; **CANAVARRO**, R. da Restauração, 53; **ANTERO DE QUENTAL**, R. Antero de Quental, 520; **VAZ TEIXEIRA**, R. do Heroísmo, 56; **PRELADA**, R. Central de Francos, 316.

Coimbra

DAS 9 HORAS ÀS 9 DO DIA SEGUINTE

SILCAR, R. Ferreira Borges, 88-94 (T. 22923); **SÃO SEBASTIÃO**, R. António Jardim (T. 72802).

PORTE PAGO

DL

PROPRIEDADE, COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:
RENASCENÇA GRÁFICA, SARL
Administração, Redacção, Serviços Técnicos e Publicidade:
RUA LUZ SORIANO, 44 – 1200 LISBOA
Telefones: 321154/5 – 320271/2/3
Publicidade: 368740
Agências, Assinaturas e Contabilidade:
Rua Castilho, 155-1.º – 1000 LISBOA
Telefones: 654531/2/3

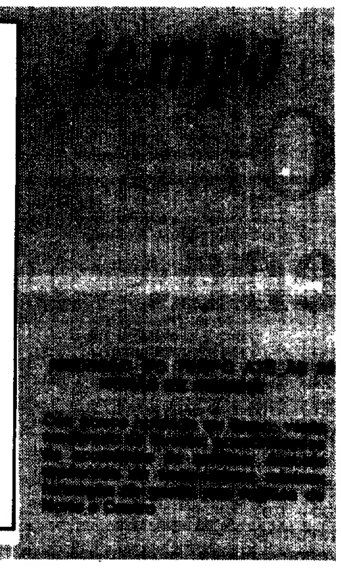
Serviço de noite (depois das 21)
Portaria: 321154
Redacção: 320271/2/3
Mensagens gravadas: 320229
Endereço telegráfico DIBOA
Telex 12363 LISBOA PORTUGAL
Delegação do Porto:
Rua do Almada, 30-2.º – 4000 PORTO
Telefones: 20954/5

O TEMPO
MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
10.47	3,4 m	4.15	1,7 m
23.28	3,5 m	16.49	1,6 m
Dia 26			
		5.28	1,5 m
12.04	3,6 m	17.54	1,4 m

TEMPERATURAS DO AR ÀS 9 HORAS

VIANA DO CASTELO	10°
BRAGANÇA	3°
VILA REAL	5°
PORTO	12°
PENHAS DOURADAS	7°
COIMBRA	12°
C. CARVOEIRO	13°
PORTALEGRE	12°
LISBOA	10°
ÉVORA	9°
BEJA	8°
SAGRES	14°
FARO	11°
P. DELGADA	12°
FUNCHAL	18°



últimas

ASSALTADO O «PIC-NIC» NO ROSSIO LISBOETA de onde furtaram a receita do dia calculada em 200 contos. Segundo parece o intruso terá ficado escondido na casa-de-banho, e actuando entre a uma e meia e as três e meia da madrugada, remexendo em gavetas e armários até encontrar aquela importância. Teria tentado, também, o cofre, mas sem êxito. A zona do Rossio, o centro da cidade, apresenta a mesma falta de segurança de qualquer azinhaga periférica da capital, apesar da proximidade da esquadra e do Governo Civil.

CLÍNICA DE TELEVISORES SOS lançou um «SOS» à Judiciária depois de ter descoberto haver sido assaltada por alguém, que depois de arrombar a porta se abasteceu de artigos estimados em 300 contos. Situada na Avenida S. João de Deus, 13, em Lisboa, ali se deslocaram os investigadores criminais no sentido de recolherem elementos que permitam a identificação dos autores do furto.

UMA COLISÃO ENTRE DOIS AUTOCARROS – fez hoje quinze mortos e 70 feridos próximo de Tizi Uzu, uma centena de quilómetros a leste de Argel, indica o diário argelino «El-Mudjahid». Segundo o jornal, os dois autocarros, que circulavam em sentido contrário, colidiram em cheio ao tentarem ultrapassar outros veículos. Um automóvel particular foi esmagados por um dos dois autocarros, que, sob o efeito do choque, se desintegraram literalmente.

BEM-VINDO
VIAGENS - TURISMO TOURS

TAÇA U.E.F.A.
BENFICA
EM ROMA
* VIAGENS ESPECIAIS *

PARTIDAS:

26/02 A 03/03 (6 DIAS)
26/02 A 05/03 (8 DIAS)
27/02 A 06/03 (8 DIAS)
28/02 A 03/03 (4 DIAS)

VISITANDO:
MILÃO • VENEZA • PADUA
FLORENÇA • PISA • ROMA

(BILHETE GARANTIDO P/ JOGO)
INFORMAÇÕES e INSCRIÇÕES:

AGÊNCIA DE VIAGENS
BEM-VINDO TOURS
RUA DO SALITRE, 135
TEL. 541229/34/56 · 541160
TELEX: 43469 · 1200 LISBOA
COM ESTACIONAMENTO NO
PARQUE DO SALITRE

em colaboração com a
COMISSÃO CENTRAL S.L. BENFICA

Sentido em todo o País sem causar danos

Sismo de grande intensidade teve epicentro a 80 quilómetros da costa

As agulhas dos sismógrafos de todas as estações portuguesas saltaram ontem às 16 horas e 35 minutos devido a um tremor de terra de grande magnitude, cujo epicentro se situou a 80 quilómetros da costa de Peniche, no Oceano Atlântico.

O abalo de duração e intensidade não determinadas, prolongou-se para além de 20 segundos e foi sentido em todo o continente português.

Segundo um informador do Observatório da Serra do Pilar, deverá ter atingido quatro a cinco graus da escala de Richter, tendo sido registado pelos sismógrafos durante cerca de três minutos.

O mesmo abalo foi registado ontem à tarde pelos aparelhos do Instituto Geofísico da Universidade de Coimbra, atingindo quatro pontos da escala internacional de intensidade (que vai até 12).

Nas zonas algarvias de Faro, Loulé, Aljezur, Vila Real de Santo António e Portimão, foi igualmente sentido o sismo, por volta das 16 horas e 36 minutos. Uma fonte do Centro de Meteorologia do aeroporto de Faro declarou que «os aparelhos registaram o facto às 16 horas, 35 minutos e 34 segundos e os gráficos mostram traços nítidos e grandes». Finalmente, o tremor de terra foi também sentido na região centro do País, designadamente Coimbra, Figueira da Foz, Guarda, Covilhã, Castelo Branco e Viseu.

Apesar da intensidade relativamente forte, o sismo não causou qualquer situação de emergência na capital, segundo informação do Batalhão de Sapadores Bombeiros. Fontes daquela corporação revelaram que não tinha sido necessário acudir a qualquer situação de anormalidade. Não há danos a registar em todo o Algarve, nem as corporações de bombeiros foram chamadas a intervir. As duas corporações de bombeiros de Coimbra também não receberam chamadas de socorro.

Terra treme na Península

O abalo sísmico que ontem se fez sentir em Portugal e Espanha atingiu entre seis e sete graus de intensidade na escala de Richter, revelou o Instituto Geofísico de Toledo, o mais importante observatório de Espanha. Segundo fontes daquele centro, o movimento telúrico «foi de grande entensidade, pois na escala de Richter, embora limitada, raramente são atingidos os oito pontos».

O tremor foi sentido em Orense, Zamora, Salamanca e Cáceres, entre outras províncias espanholas que fazem fronteira com Portugal, com especial destaque para a Orense e Pontevedra, onde a terra tremeu durante vários segundos, chegando a provocar a deslocação de móveis e outros objectos.

Os dados provisórios reunidos pelos especialistas do observatório do país vizinho estabelecem que o epicentro se localizou a 39 graus e 18 minutos-Norte e a 9 graus e 38 minutos-Oeste. No entanto, estes elementos serão confirmados hoje, depois de analisados todos os elementos disponíveis, alguns deles fornecidos por observatórios portugueses.

O facto das penas que registam a vibração da terra terem saltado, significa que a intensidade foi grande. A informação dos especialistas espanhóis, que apontam para uma intensidade entre os seis e os sete pontos da escala de Richter e uma localização entre Lisboa e os Açores, foi considerada «razoavelmente exacta» por uma técnica do Observatório Central Meteorológico da Faculdade de Ciências:

«Com a intensidade registada, se tivesse ocorrido no epicentro habitual dos sismos que se assinalam no continente, isto é, a sudoeste do cabo de S. Vicente, deveriam ter-se registado grandes destruições no Algarve, do que não há notícia».

Localização invulgar

Com efeito não só não há informações sobre destruições causadas no Algarve, como dos Açores (onde a terra tremeu recentemente) nada constou relativamente a quaisquer repercussões.

Tudo indica tratar-se de um sismo centrado em local um tanto diverso dos que ocorrem frequentemente em Portugal e no arquipélago açoriano, já que, invulgarmente, atingiu todo o continente de norte a sul.

Habitualmente, as zonas primárias situadas a norte do Mondego sentem apenas repercussões dos sismos, enquanto desta feita, o acidente foi sentido ao longo de todo o continente.

As mesmas fontes do Instituto Geofísico Toledano assinalaram que estes sismos, pelo facto de terem o epicentro no Atlântico e a grandes profundidades, chegam com réplicas bastante fracas à península, pelo que habitualmente não representam perigo de maior para a população.

Entretanto, um forte tremor de terra de intnsidade 6,5 da escala de Richter abalou ontem as proximidades do vulcão El Chichonal, próximo da fronteira mexicana com a Guatemala.

Alguma localidades da zona onde se situa o epicentro do sismo, entre os estados de Chiapas e Oaxaca, têm as ligações telefónicas cortadas, sabendo-se que não houve vítimas mas que se registaram prejuízos materiais.

Na capital, o sismo alcançou uma intesidade de três ou quatro graus da escala de Mercalli, indicou o Instituto sismológico.

António Guterres no Conselho da Europa

António Guterres foi eleito presidente da Comissão Permanente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa para as Migrações, Refugiados e Demografia.

Guterres é o primeiro português a ocupar o lugar de presidente de uma Comissão no Conselho da Europa e, simultaneamente, é o mais novo – tem apenas 34 anos – dos presidentes em exercício naquela instituição internacional.

Depois de ter vencido as eleições no grupo socialista na Assembleia, Guterres bateu o conservador inglês James Hill e o liberal, também inglês, lorde McMair.

A Comissão para as Migrações, Refugiados e Demografia, tem tido papel de destaque na actividade do Conselho da Europa relacionada com os refugiados da América Latina e do Afeganistão e do Sudeste Asiático, e com as campanhas em defesa do respeito pelos Direitos Humanos na América Latina, colaborando estreitamente com a ONU e a Cruz Vermelha.

Comissão Política do PCP reuniu ontem

AD não deve continuar no Governo

A Comissão Política do Comité Central do PCP, que ontem esteve reunida, considerou a dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições antecipadas como um importante passo para a defesa e consolidação do regime democrático e para uma alternativa democrática. Todavia, a Comissão Política daquele partido considera que a manutenção do Governo AD como Governo de gestão até às eleições «não só permitiria a continuação durante alguns meses da política desastrosa da AD, como comprometeria seriamente a democraticidade das próximas eleições».

O PCP insiste por isso na necessidade da formação de um Governo de gestão isento, «que respeite integralmente a Constituição, a legalidade democrática, os limites das suas competências, o efectivo pluralismo na Comunicação Social (designadamente na RTP e na RDP».

Entende também aquele partido que, enquanto se mantiver em funções de gestão, o Governo AD deve ser obrigado «a não exceder as suas limitadas competências, a respeitar a legalidade e a cessar a monopolização e instrumentalização da RTP, da RDP e outros meios de comunicação social».

Por outro lado, a Comissão Política do PCP «adverte desde já contra as tentativas, (que declarações de dirigentes da AD já depois da declaração presidencial revelam claramente) de prejudicar a convocação imediata de eleições através de manobras dilatórias, de campanhas de desinformação, de conflitos institucionais e de abusos e usurpações do Poder», ao mesmo tempo que sublinha existirem soluções constitucionais para quaisquer novos problemas que a AD pretenda criar para permanecer no Poder e dificultar uma saída democrática.

«A dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições antecipadas correspondem a uma reclamação que começou há dois anos por ser apenas do PCP e do movimento operário, e se tornara ultimamente uma verdadeira reclamação nacional, correspondendo a uma necessidade objectiva», conclui o PCP.

Quanto à posição do PS, considera positivo que este partido nos últimos tempos tenha acompanhado a reclamação de eleições antecipadas, «mas lembra que durante muito tempo a direcção do PS contribuiu para retardar tal decisão colaborando com a AD na revisão da Constituição e da Lei da Defesa Nacional e defendendo insistentemente que a AD deveria governar quatro anos».

Outra crítica feita ao PS é de que este partido defende que o Governo AD se deve manter até às eleições, por não haver qualquer outra solução constitucional, o que não é exacto, na perspectiva do PCP.

PS e UGT de acordo

O Partido Socialista e a UGT sublinharam, após um encontro na sede nacional do PS, a urgência de um «sólido consenso social».

Um comunicado do Gabinete de Imprensa do PS refere que o secretário-geral, Mário Soares, e a Comissão Permanente do partido estiveram reunidos com o secretário-geral e uma representação do Secretariado da UGT, a fim de apreciar a situação existente nos campos económico, social e político.

Segundo o comunicado, ambas as partes «evidenciaram o carácter prioritário de um sólido consenso social como factor de justiça social, de modernização económica, de aperfeiçoamento do sistema democrático e de recuperação nacional».

O PS e a UGT manifestaram no encontro a sua intenção de não aceitarem «medidas injustas de desigualitárias que desfazassem a legislação laboral portuguesa, em particular a Lei da Greve, dos preceitos constitucionais e das normas em vigor na totalidade dos países da CEE».

As duas delegações acordaram em aprofunadr trocas de pontos de vista referentes à evolução económica, social e laboral e aos programas e medidas «mais ajustados para debelar a crise e recuperar a confiança dos trabalhadores na vida democrática e nas virtualidades do funcionamento pleno do sistema pluralista».

Encontro entre Soares e L. Cardoso

O secretário-geral do PS, Mário Soares, encontrou-se com o primeiro-secretário da UEDS, Lopes Cardoso, «para análise da situação política decorrente do anúncio da dissolução da Assembleia da República».

O encontro, segundo um comunicado do PS, teve lugar na sede nacional deste partido.

No decurso da reunião foi analisada também a colaboração entre os dois partidos e ficou marcado um encontro entre a Comissão Permanente do PS e o Secretariado da UEDS a efectuar na presente semana.

Comissão Política reunida hoje

A Comissão Política do Partido Socialista reúne esta tarde na sede do Largo do Rato, com a seguinte ordem de trabalhos: análise da situação política, discussão e aprovação das medidas julgadas necessárias na perspectiva do próximo acto eleitoral, eleição da comissão para a organização da metodologia de discussão do projecto socialista.

SUPLEMENTO MENSAL DO Diário de Lisboa

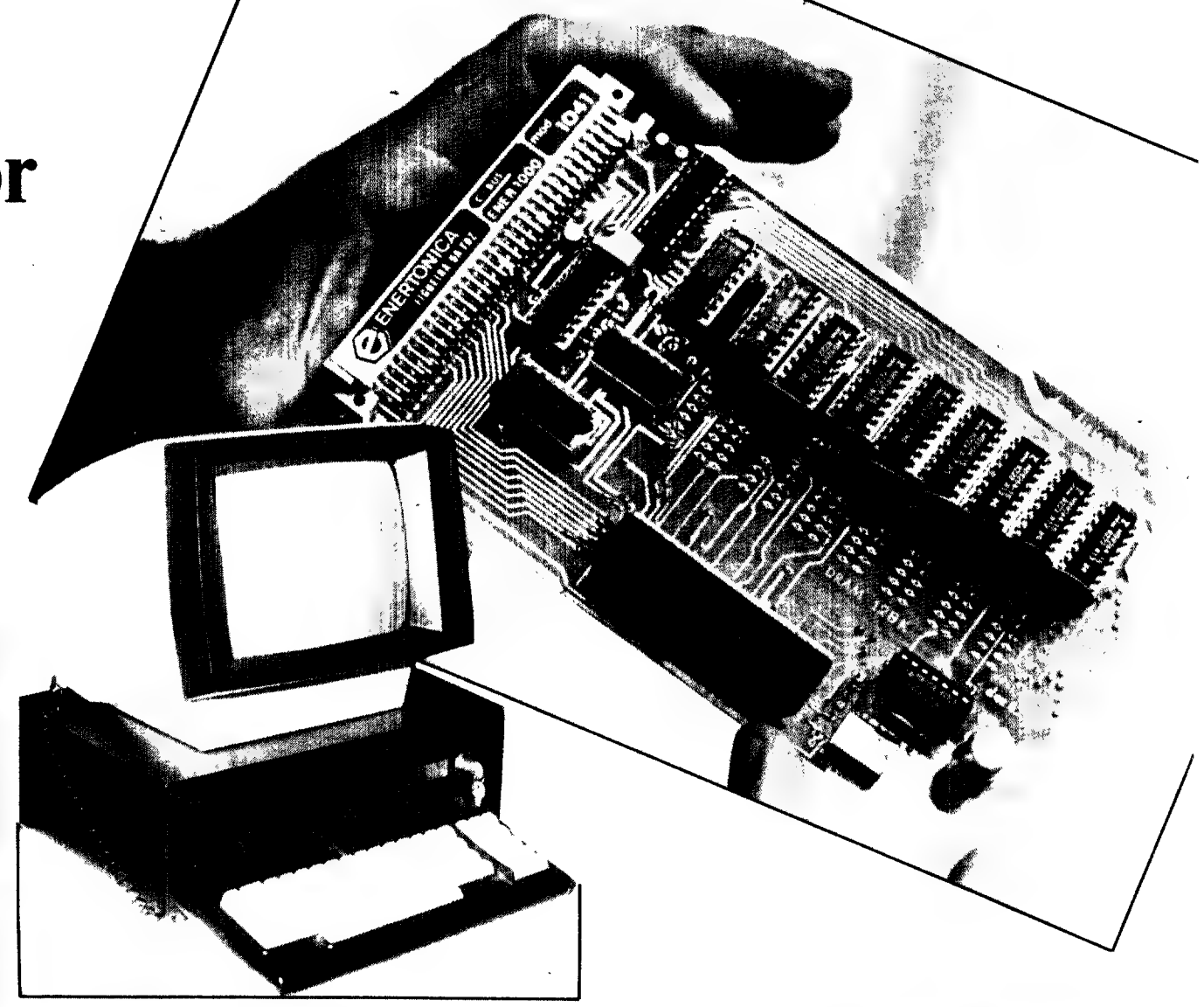
TERÇA-FEIRA, 25 DE JANEIRO DE 19

INFORMÁTICA

Vai surgir no mercado o primeiro microcomputador português

ENER 1 000 é o nome de um microcomputador integralmente desenvolvido nos departamentos de física e de engenharia electrotécnica da Universidade de Coimbra. O projecto, da responsabilidade dos engenheiros Carlos Correia e Gabriel Silva e dos drs. Francisco Fraga e José Guedes, já está a ser produzido industrialmente e vai ser em breve comercializado, graças a uma exemplar colaboração indústria-/universidade. O ENER 1000 recebeu o primeiro prémio de inovação tecnológica criado pela ANIMEE, patrocinado pela Centrel, e atribuído na passada semana, no âmbito do ENDIEL/83.

Págs. 2 e 3



A automatização de bibliotecas

Págs. 6 e 7

Telepac vai trazer serviços telemáticos

Págs. 4 e 5

Indústrias eléctricas e electrónicas mostraram o que valem

(Págs. 9, 10, 11 e 12)

Integralmente desenvolvido

Primeiro microcomputador português vai surgir no mercado

Os departamentos de física e de engenharia electrotécnica da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra conceberam e desenvolveram um projecto de microcomputador, que já começou a ser produzido industrialmente, e que será comercializado entre nós a partir do próximo mês. Trata-se do primeiro microcomputador integralmente desenvolvido em Portugal a surgir no mercado.

Os investigadores da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra começaram a trabalhar num projecto de microcomputador há cerca de ano e meio. O trabalho, da responsabilidade do eng. Carlos Correia e do dr. Francisco Fraga, ambos do departamento de física, e do eng. João Gabriel Silva, do departamento de engenharia electrotécnica, foi admitido no concurso de Inovação e Criatividade promovido pela ANIMEE, no âmbito do ENDIEL, e esteve exposto na FIL durante a passada semana.

Conforme nos disse o professor Dias de Figueiredo, que supervisou o projecto juntamente com o prof. Nabais Conde, o ENER 1000 (tal é a designação do novo microcomputador) foi concebido sob a forma de um sistema modular expansivo que poderá ser progressivamente adaptado a novas aplicações. Na sua concepção foram utilizadas as mais modernas tecnologias, incluindo módulos de memória altamente integrados, com capacidade de 128 Kbytes. No total, o equipamento pode conter 8 módulos deste tipo, enquanto que a maioria dos micro de 8 bits se ficam normalmente pelos 64 kbytes de memória. A versão mínima do ENER 1000, que começará a ser comercializada no próximo mês e que esteve patente no ENDIEL, tem apenas 64 kbytes de memória instalada por módulo, mas a capacidade de cada um deles é de 128 kbytes.

A sua capacidade de 2 Mbytes em «diskettes» (2 unidades de dupla face) é também, segundo o nosso interlocutor nos afirmou, muito superior ao que habitualmente aparece no mercado.

Além disso, e dado ainda a natureza modular da sua concepção, o processador central de 8 bits pode facilmente ser substituído por um de 16 bits. Aquela característica possibilita igualmentesa ligação deste micro a vários terminais, com diferentes páginas de 64 Kbytes por conta de cada um deles

Sistema expansivo

Tendo em vista, sobretudo, as aplicações do domínio da investigação científica, o sistema é expansível, como acima se disse. Para além de se poderem utilizar os 4 módulos vagos do ENER 1000, os responsáveis pelo projecto estão a estudar uma sua outra versão, o ENER LAB, dotado de 20 módulos.

Com este sistema, para cada aplicação específica, há apenas que configurar o sistema utilizando os módulos que contenham os interfaces desejados.

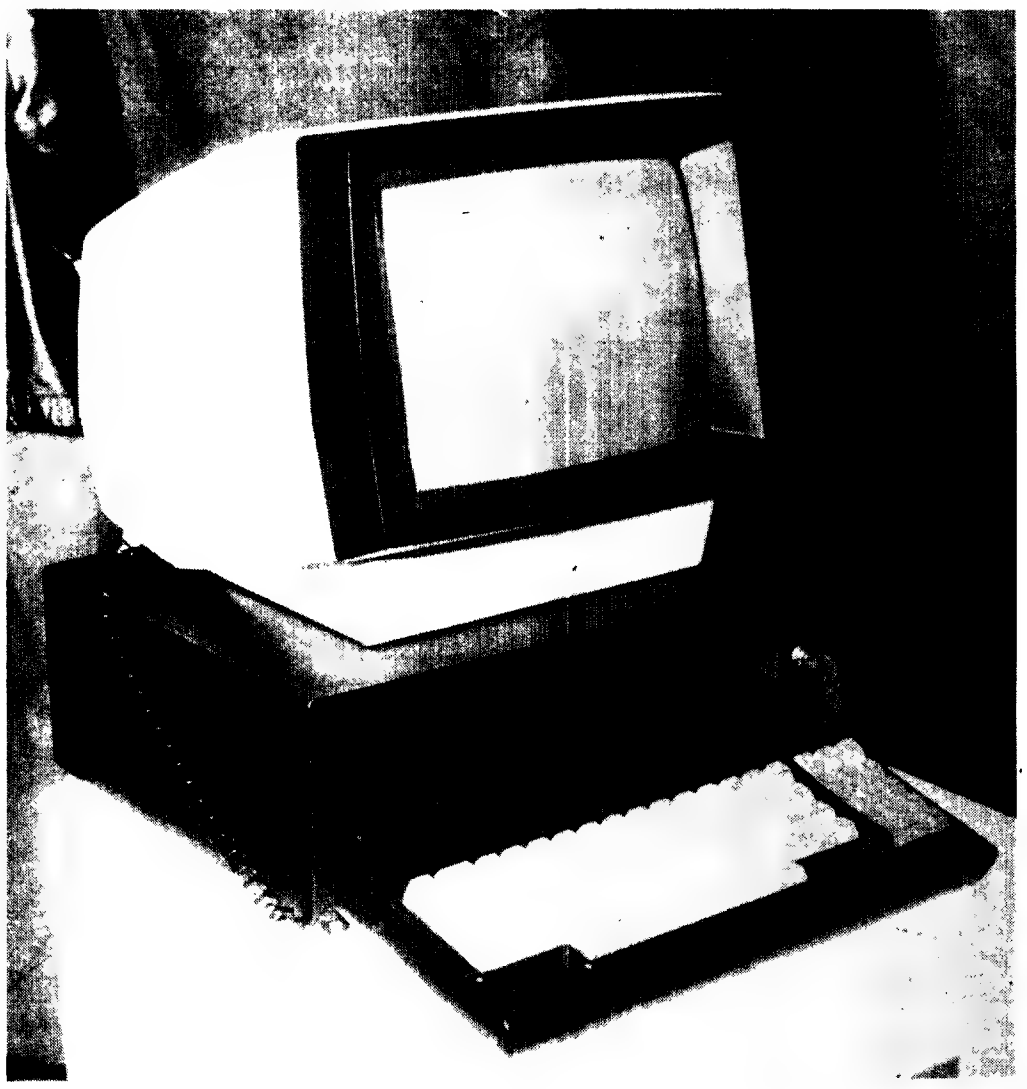
Para esse efeito já existem em protótipos testados os seguintes módulos: Interface IEEE 488; 16 Kbytes de memória estática RAM/ROM; CPU 6809 com 4 Keprom, 2 k ram, temporizador; 4 DAC de 8 bits; unidade aritmética de vírgula flutuante (AM 9511); unidade gráfica-/alfanumérica para traçado de espectros; módulo «light-pen» associado ao anterior; interface universal com bus e ADC rápido de 12 bits, para aplicação em Física Nuclear.

Em projecto, ou em fase de estudos preparatórios, existe mais uma dezena de módulos que integrarão o ENER LAB.

Segundo os investigadores que desenvolveram o ENER 1000, o primeiro microcomputador português a ser comercializado é um sistema concebido para responder às necessidades de uma vasta gama de utilizadores: empresas, centros de investigação, unidades de produção, organismos de ensino, etc.

Os principais trunfos com que se irá apresentar no mercado parecem ser: a sua fiabilidade; o facto de utilizar o software mais expandido; de ser evolutivo, adaptando-se à diversificação e evolução das necessidades dos utilizadores; de utilizar tecnologia de ponta e de a sua concepção permitir incorporar-lhe as constantes inovações da indústria electrónica por simples troca de módulos.

O software utilizado é baseado no CP/M 2.2 Para já, foram desenvolvidos especificamente para o ENER 1000 programas de gestão de «stocks», contabilidade (POC) e de salário.



O ENER 1000 tal como se encontrava exposto no salão de criatividade e inovação do ENDIEL/83

Colaboração com a indústria

O desenvolvimento do projecto dos especialistas da Faculdade de Ciências de Coimbra teria todavia ficado para sempre entre os muros da Universidade se não tivesse verificado a tão necessária, e tão rara entre nós, colaboração entre os investigadores universitários e a indústria. Neste caso, conforme explicou ao «DL-Informática» o prof. Dias de Figueiredo, a Universidade de Coimbra cedeu todo o projecto a uma empresa industrial, a Enertrónica, para que ela possa produzir e comercializar o ENER 1000. Segundo a mesma fonte, tal iniciativa demonstra amplamente a boa vontade e o interesse da Universidade de Coimbra em colaborar com a indústria.

A Enertrónica tem as suas instalações fabris na Figueira da Foz e o seu representante no ENDIEL, dr. José Guedes, afirmou-nos que a actividade industrial da firma arrancou justamente com o fabrico do ENER 1000. Ao que nos afirmou, a empresa espera vir a lançar um lugar confortável no mercado português dos microcomputadores, estando também em estudo a exportação do novo produto para os mercados espanhol e dos países africanos de expressão portuguesa.

Na sua opinião, o ENER 1000 pode competir perfeitamentes-

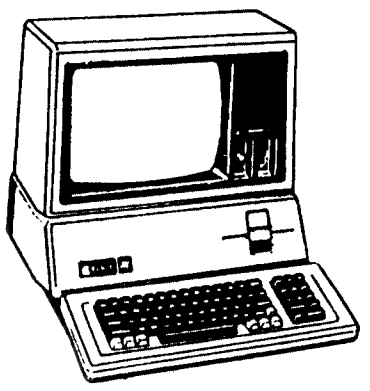
VISITE-NOS

COMPUTADORES

SÁBADO — DIA 14 a partir das 9 horas da manhã

VAMOS ABRIR O PRIMEIRO CENTRO DE MICROCOMPUTADORES DA CIDADE DO PORTO. VISITE-NOS NA **RUA SANTA CATARINA, 715 LOJA O**
(Centro Comercial Rios)

APPLE
BBC
NEW BRAIN
SINCLAIR SPECTRUM
SINCLAIR ZX 81
SIRIUS
XEROX



LOG — Tecnologia Industrial, Lda.
Av. da Boavista, 832 - 2.º PORTO
Telefone 65127

CURSO INTENSIVO DE PROGRAMAÇÃO

1 — **ESTE CURSO VISA:**
- Formação de profissionais em programação de computadores

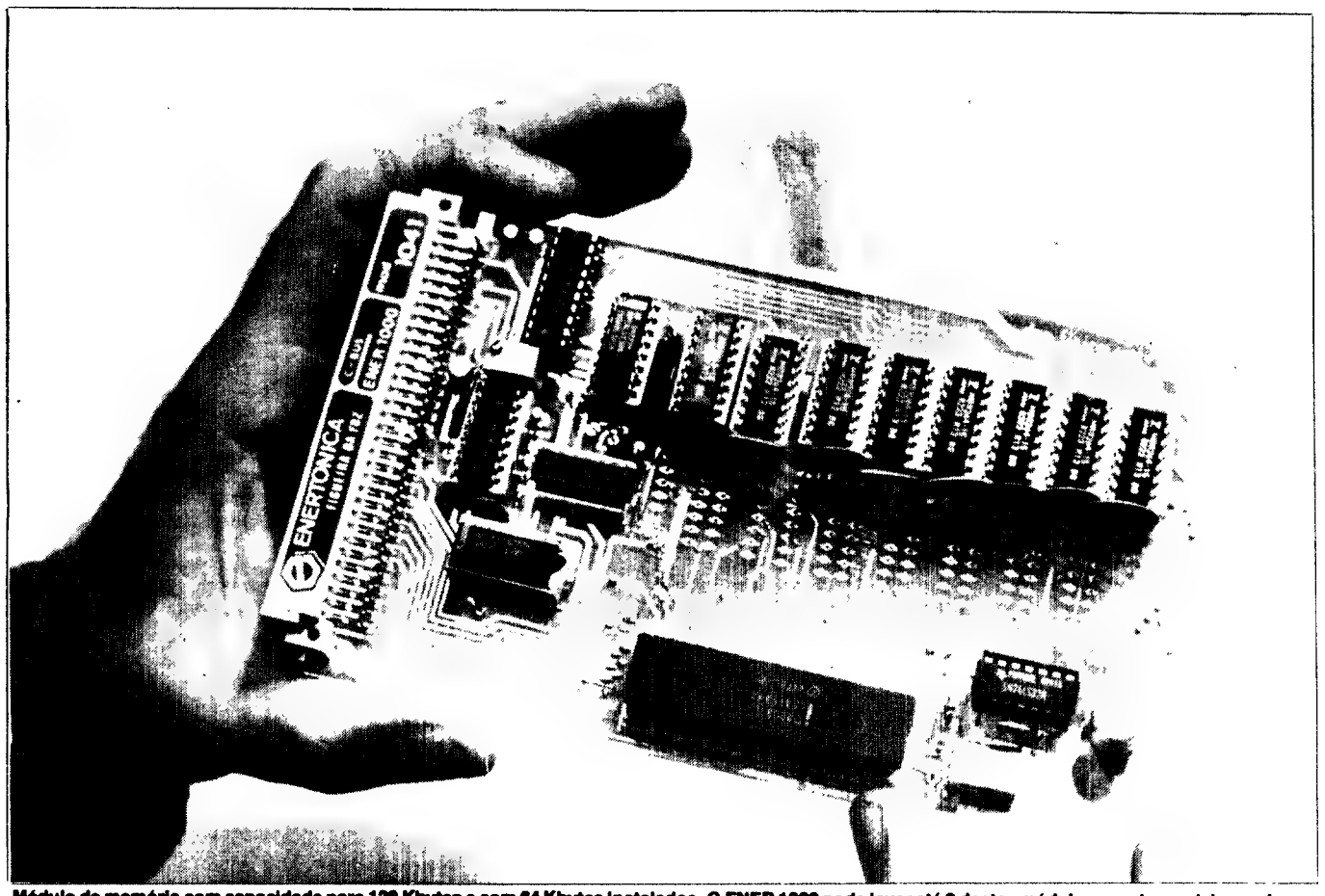
2 — **ABORDANDO EM NOVA TÉCNICA DE ENSINO**
- Introdução aos computadores
  Lógica da programação
- Linguagem Cobol
  RPG II

DURAÇÃO: 110/120 HORAS
INÍCIO: 26 de Janeiro
HORÁRIO: 10 às 12 — 19 às 21

MEDIOCURSO

Rua dos Ferreiros à Estrela, 9-2.º dt.º
1200 LISBOA
Telefone 60 29 13

na Universidade de Coimbra



Módulo de memória com capacidade para 128 Kbytes e com 64 Kbytes instalados. O ENER 1000 pode levar até 8 destes módulos e cada um deles pode arquivar 65 536 caracteres

com os micros importados da mesma gama, já que o preço de 210 contos a que será posto à venda fará dele o sistema de menor custo, tendo em conta as suas performances

Projecto com a Messa

A Universidade de Coimbra tem igualmente em fase de acabamento um projecto de máquina de escrever electrónica que será produzida e comercializada pela Messa. Este equipamento, que está praticamente concluído e que só por atrasos de última hora é que não pôde ser exposto no ENDIEL, poderá também ser utilizado como terminal impressor de computadores, nomeadamente do ENER 1000.

"DL-Informática"

Um ano no activo

Com este número, referente a Janeiro, o «DL – Informática» completa um ano de publicação regular, apenas interrompida no período de férias de Verão.

Não é ainda altura de tentar balanços. O tempo que passou, todavia, já é bastante para que possamos olhar com algum recuo a validade desta iniciativa do «DL».

Uma primeira constatação se impõe: conseguimos ultrapassar a fase de ensaio e somos hoje o único jornal diário, que dedica periodicamente um destacável à vulgarização de temas informáticos.

Nem sempre a qualidade e/ou a «especialização» do material que inserimos nas nossas páginas terá correspondido às exigências de alguns dos nosso leitores.

Não lamentamos ter sido pouco «especializados» – o nosso objectivo era, e continua a ser, precisamente o da vulgarização, que nos parece pouco compatível com abordagens demasiado técnicas.

O que lamentamos é não termos sido, por vezes, tão acessíveis e «apetecedores», para o grande público, como gostaríamos.

Para a concretização deste projecto, que é, repetimo-lo, sobretudo de vulgarização, continuamos a contar com os informáticos e os anunciantes que, na realização daquele objectivo, connosco entendam colaborar.

Para os nossos anunciantes, uma palavra especial: o patrocínio e o apoio tão necessário ao êxito de qualquer iniciativa jornalística deste tipo é fundamental para nós. Sem ele não poderemos levar por diante o nosso projecto.

Julgamos que a médio e longo prazo, para aqueles que apostam na informática, o desafio vale a pena.

A EXPERIÊNCIA CONTA!

A nossa equipa de especialistas em microcomputadores, pode provavelmente, oferecer-lhe muito mais anos de experiência do que qualquer outra, neste sector.

A certeza de um investimento seguro apoiado numa experiência comprovada é o que mais conta para os nossos clientes.

Também V. pode dispôr desta garantia que lhe oferecemos com um serviço completo e permanente de: Análise e Programação, de Formação e de Assistência.

A SOLUÇÃO DO SEU PROBLEMA ESTÁ NAS SUAS MÃOS!

CONSULTE-NOS!

APAL divisão de micro informática e sistemas

ANTÓNIO PACHECO AGOSTINHO, LDA.
RUA RODRIGUES SAMPAIO 15-2.º TELEF. 578093 (PPCA 8 LINHAS)
1199 LISBOA CODEX-PORTUGAL TELEX 15645 APAL P-TELEG ANTOCOPA

CUNHA BARROS

CABOS ELÉCTRICOS

A MAIS MODERNA UNIDADE INDUSTRIAL PORTUGUESA

INDUSTRIAS DE CONDUTORES ELÉCTRICOS E TELEFÓNICOS, F. CUNHA BARROS, S. A. R. L.

FUNDADA EM 1938

NOVAS INSTALAÇÕES:

ÁREA TOTAL 105.000m²
ÁREA COBERTA 20.000m²

NOVAS INSTALAÇÕES
APARTADO 67
RUA DO BARREIRO, 953
MADALENA
TELEFONE 715513 TELEX 25471 CABARP P
4401 V. N. DE GAIA CODEX

DELEGAÇÃO EM LISBOA
EDIFÍCIO AVIZ
AV. FONTES PEREIRA DE MELO, 35-2.º-I
TLEFONES 535293-535294
TELEX 13583 CABARL P
1000 LISBOA

A metodologia e evolução do plano e projecto da rede de comunicação de dados (Telepac) que os CTT vão lançar durante este ano foi analisada na primeira parte deste trabalho, publicada no número de 4 de Janeiro do «DL-Informática». O enquadramento da Telepac numa perspectiva de rede de telemática e caracterização de alguns serviços telemáticos, que nela poderão ser integrados, constitui o objecto desta segunda parte da comunicação do eng. Mendes Madeira às Jornadas Técnicas de Telecomunicações e Electrónica que recentemente tiveram lugar em Lisboa.

A Telepac e a integração de serviços telemáticos

Embora as técnicas de fac símile sejam já conhecidas desde há bastante tempo, a inexistência de normas que definissem as características técnicas dos terminais de telecópia e dos meios de transmissão, assim como a pobreza de qualidade imposta pelas restrições da técnica disponível, limitaram durante muito tempo a utilização generalizada de serviços de telecópia.

Após a aprovação de recomendações no seio do CCITT sobre esta matéria, tornou-se viável a utilização de redes públicas de telecomunicações para o oferecimento de serviços de telecópia – telefax e bureaufax – e no futuro, o datafax.

Telecópia

A telecópia consiste na reprodução à distância e em suporte material (geralmente o papel), de documentos originais sob a forma de gráficos, ou textos manuscritos ou impressos, efectuada pela transmissão de sinais eléctricos através de suportes de telecomunicações.

Consoante o meio de telecomunicação utilizado, assim o serviço de telecópia adquire um nome específico, tendo-se:

Serviço Telefax – através da rede telefónica pública

Serviço Bureaufax – entre estações públicas de telecópia dos CTT, através da rede telefónica ou de circuitos dedicados

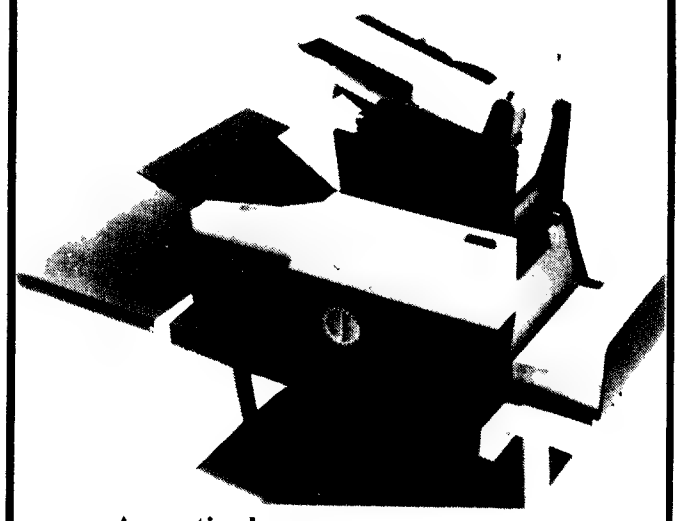
Serviço Datafax – através da rede pública de comunicação de dados.

Os dois primeiros tipos de serviço são já oferecidos na maioria dos países europeus, normalmente com base em equipamentos terminais manuais do grupo 2, a que corresponde um tempo de transmissão de um documento A4 de 3 minutos. Ultimamente começa-se a assistir à crescente introdução de equipamento de resposta automática e/ou do grupo 3, conduzindo à apreciável redução do tempo de transmissão, para 1 minuto. Nos primeiros, os sinais branco e preto modulam uma portadora de 2100 Hz em amplitude (banda lateral única) ou em fase; nos segundos, os sinais branco e preto são codificados e o sinal digital resultante realiza uma modulação diferencial de fase da portadora de 1800 Hz, de acordo com a recomendação V. 27 do CCITT.

Em Portugal está já em fase avançada de implantação um serviço Bureaufax, não havendo ainda qualquer decisão pública sobre o estabelecimento de um serviço **telefax.**

Apesar de estes serviços apresentarem já nalguns países europeus algum desenvolvimento, não se prevê no futuro

Para uma etiquetagem mais eficaz
SCRIPTOMATIC SÉRIE 300



A partir de agora pode colar as etiquetas nos envelopes e impressos quase tão rapidamente como o computador as imprime.

SCRIPTOMATIC 300 é uma nova máquina de aplicar etiquetas, única no género, que está à sua disposição. Telefone-nos para 863018/9 a pedir uma demonstração sem compromisso, ou envie-nos o cupão

SCRIPTOMATIC
Sistemas de endereçar

Sim... por favor diga-me mais acerca da máquina de aplicar etiquetas.
Nome
Cargo
Empresa
Morada
Ramo de Actividade
Telefone
Para ser enviado a
SOMADE, LDA.
Tv. do Almada, 12-2.º Dt.º 1100 LISBOA

Criamos comunicações há 50 anos

SE

Standard Eléctrica 1932 - 1982 50 anos AO SERVIÇO DAS TELECOMUNICAÇÕES

Longe vai o tempo do «está lá, menina»...
Hoje, na era da comutação electrónica, a Standard Eléctrica recorda o passado e projecta-se no futuro, investigando, desenvolvendo e fabricando os mais sofisticados sistemas de Telecomunicações.

Standard Eléctrica, s.a.r.l.
uma associada portuguesa da ITT

imediato um grande crescimento devido sobretudo às limitações de qualidade apresentadas pelo meio de comunicação, e fundamentalmente, aos apreciáveis custos de transmissão, mesmo para um equipamento do tipo 3. Alguns estudos efectuados nos CTT com tarifas médias típicas, mostram que para uma página A4 com cerca de 1500 caractéres, a telecópia grupo 2 custaria aproximadamente o quádrupulo e a grupo 3 cerca de uma vez e meia, o custo de transmissão de igual informação em telex. Para menos quantidade de informação a desvantagem económica da telecópia seria ainda mais expressiva.

Pensamos que a banalização da telecópia se virá a verificar com a introdução do **Datafax**, fundamentalmente por 3 razões:

– melhoria substancial da qualidade, devido ao meio de comunicação utilizado (rede de dados)

– redução apreciável de custos

– interfuncionamento com outros serviços telemáticos, nomeadamente o **Teletex**

Não se prevê para breve a introdução de um serviço **Datafax**, pois basta ter em atenção que é durante o actual período 80/84 que o CCITT produzirá as recomendações que caracterizarão este serviço e definirão as linhas mestras do novo tipo de terminal (grupo 4).

Devido, no entanto, à previsível importância deste serviço e às implicações na evolução da **Telepac**, os CTT estão a acompanhar os estudos nesta matéria e algumas experiências já realizadas sobre a coexistência **«Word processor/Fax»** em equipamentos terminais.

Teletex

É um serviço que se caracteriza pelo facto da dactilografia, edição e transmissão de textos correntemente produzidos em trabalhos de escritório, poderem ser realizados por um equipamento terminal especial, com os jogos de caractéres de uma máquina de escrever normal, com a particularidade de esta estar ligada a uma rede de Telecomunicações. Permite-se, assim, a troca automática de correspondência produzida no equipamento terminal. Este equipamento permite elaborar os textos com caractéres codificados e transmitir a informação codificada para outro equipamento terminal, que registará uma mensagem idêntica em conteúdo e forma à que foi transmitida.

A transferência de informação é realizada entre as memórias dos equipamentos terminais emissor e receptor. A unidade básica autónoma de informação para a formatação e transmissão de textos designa-se por «página», em analogia com o produzido pelas máquinas de escrever clássicas.

O **Teletex** constitui um dos exemplos mais perfeitos de serviço standardizado ao nível de Administrações de Telecomunicações (CCITT). De facto, e ao contrário de quase todos os outros serviços que envolvem equipamento terminal tipo informático, o CCITT normalizou praticamente todos os procedimentos que caracterizam o **Teletex**, cobrindo todas as 7 camadas do modelo de sistemas abertos da ISO. Do ponto de vista de rede de transporte, e embora a velocidade recomendável para o serviço seja 2400 bit/s full duplex, abre-se a hipótese de utilização das 3 redes: telefónica, comutação de circuitos e comutação de pacotes.

A utilização de qualquer dos 3 meios de transporte está, no entanto, subordinada a um padrão de qualidade global recomendado para o serviço, e que tem como parâmetros mais significativos:

– A probabilidade de perdas na linha de assinante não pode exceder 5% B≤ 5%

- A probabilidade de perdas devido à indisponibilidade do terminal (Bs) não deve exceder 10% de B Bs ≤ 0,1 B

– A probalidade de perdas total é constituída pela probabilidade de perdas devido a tráfego de entrada, mais a devida a tráfego de saída, mais a devida a congestionamento temporário da memória.

Para satisfazer a estes requisitos de qualidade de serviço os terminais **Teletex** dispõem de memória local adequadamente dimensionada, de forma a permitir operação em modo local durante 1 hora sem qualquer perturbação e partindo do princípio de que 20% do tráfego diário está concentrado na hora mais carregada.

Embora alguns países (Inglaterra, França) encarem a hipótese de utilizar a rede telefónica como alternativa de acesso, na maioria dos casos e dada a geral fraca qualidade da rede, não é realista pensar nesta possibilidade para atingir os parâmetros de qualidade atrás referidos.

Os países percursores do **Teletex** (Alemanha e Suécia) optaram, em princípio, pela rede de comutação de circuitos para suporte deste serviço. Os estudos já realizados nos CTT sobre esta matéria indicam não haver nenhuma razão técnica decisiva que favoreça a opção de comutação de circuitos como suporte mais adequado ao serviço **teletex.** Pelo contrário e em situação de disponibilidade sem restrições dos dois meios de suporte existem, em minha opinião, argumentos que favorecem a opção pela rede de pacotes.

O serviço **Teletex** tem sido muitas vezes apelidado, quanto a mim erradamente, de super telex ou telex reforçado em facilidades e velocidade. Esta óptica

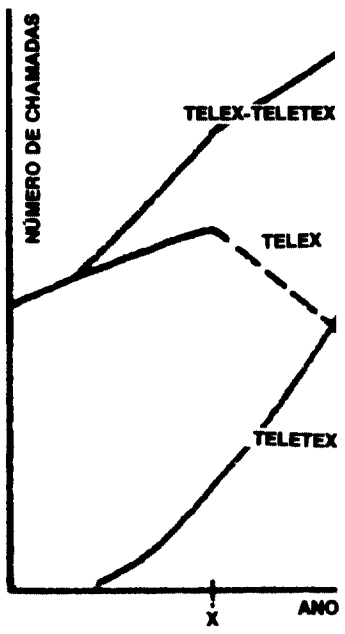


Fig. 1 – Previsão de relação de crescimento Telex/Teletex

é demasiado limitativa das potencialidades e novas perspectivas que a base **Teletex** oferece no domínio do correio electrónico, do **«word processing»**, do **«mail box»**, do **«test/fax»**, etc.

Directamente associado às novas facilidades e perspectivas que este serviço oferece, está o atraente custo de transmissão. As tarifas já praticadas na Alemanha indicam uma redução superior a dez vezes entre uma mensagem típica Telex e a mesma mensagem em **Teletex**. Estes aspectos fazem prever um crescimento muito apreciável para este serviço, não só como substituto gradual do telex mas, em grande medida, como gerador de novas aplicações e utilizações. São já amplamente conhecidas curvas como a apresentada na figura 1, diferindo fundamentalmente de País para País a data X, charneira do decrescimento do Telex. As previsões do Deutsche Bundëspost apontavam para 40.000 terminais **Teletex** em 1985 e 130.000 em 1990, prevendo-se que a data charneira X ocorresse em 1985. Considera-se actualmente que estas previsões foram demasiado optimistas para o **Teletex**, estimando-se uma desfasagem de 2 a 3 anos.

Embora não haja ainda decisão oficial da Administração dos CTT, será previsível que este serviço venha a ser oferecido a médio prazo, integrado na **Telepac.** Estão já lançados estudos para a definição de diversos aspectos do problema nomeadamente: características técnicas do serviço, forma como a integração se deve efectuar – descentralizada ao nível de cada nó de comutação ou centralizada num processador hospedeiro específico (tipo «valor adicionado à rede»), solução de interface com a rede Telex, etc. Este último aspecto assume especial relevância, pois um dos axiomas de partida no serviço **Teletex** é facultar acesso de forma expedita e económica a todo o parque nacional e internacional Telex.

Para países como Portugal, em que haverá forte probabilidade de integrar este serviço numa rede de pacotes, é recomendável um certo período de reflexão para amadurecimento das potencialidades e novas perspectivas que poderão caracterizar este serviço num ambiente de **«store and forward»** regulado por protocolo X.25 com os inerentes múltiplos canais lógicos simultâneos.

Videotex

O termo **videotex** designa um serviço interactivo de pesquisa de informação, através de um diálogo entre bases de dados remotas e equipamentos terminais de pesquisa. Distingue-se dos normais serviços de acesso a bases de dados, pela simplicidade que se procura atribuir ao processo de pesquisa e pela ausência de sofisticação que caracteriza os equipamentos terminais, normalmente vulgares receptores de TV devidamente modificados. Com esta ausência de sofisticação pretende-se um serviço verdadeiramente **«user friendly»**, visando-se a banalização até ao vulgar cidadão, para o que se oferece informações de utilidade quotidiana, tais como: hotéis, restaurantes, armazéns, lojas, tempo, noticiário, câmbios, etc.

Neste serviço existem fundamentalmente dois tipos de ligação aos centros **videotex** (bases de dados): utilizadores e fornecedores de informação. Para os primeiros, tendo em atenção a baixa velocidade de transmissão (1200/75 bps), a necessidade de baixíssimas tarifas para viabilizar o serviço, a banalização pretendida para os terminais e a geralmente baixa quantidade de informação manipulada, é óbvio que o meio de acesso deverá ser a rede telefónica comutada, geralmente através de chamada local. Para os fornecedores da informação e de acordo com o volume de informação diária a transmitir e dimensão das páginas de memória a actualizar, poder-se-á optar por razões económicas entre a rede Telepac ou circuitos dedicados.

Para além das dificuldades usuais no estabelecimento e lançamento de um novo serviço, nomeadamente quando se trata do campo telemático, pouco usual para as Administrações de Telecomunicações, tanto em tipo de utilizadores como em exigências de mercado, o serviço **videotex** apresenta uma dificuldade adicional que é o envolvimento de 3 entidades distintas: Administração de Telecomunicações, fornecedores de informação e utilizadores. Deste trinómio resulta o serviço, sendo por vezes um círculo vicioso determinar o impacto e interesse deste serviço numa determinada comunidade, pois depende da qualidade e quantidade da informação prestada, e esta por sua vez depende da existência de população potencial interessada.

Para complicar o esquema global, é necessário um envolvimento da Administração de Telecomunicações no campo de gestão de bases de dados, como entidade dinamizadora da existência, crescimento e divulgação da informação armazenada. Por outro lado, a Administração assume também o papel de fornecedor de informação para assintos que lhe são específicos ou ainda em campos diferentes, numa procura de aumento de interesse pelo serviço prestado.

Para colmatar as dificuldades previsíveis no assegurar estas funções por uma organização (Administraç de Telecomunicações) normalmente pouco vocacionada para este fim, pensamos que será um elemento--chave no interesse, crescimento e generalização do serviço **Videotex,** a introduyção da função **«gateway» no(s) centro(s) videotex**. Esta função consiste na ligação do centro **videotex** a bases de dados privados (bancos, seguros, armazéns, etc.), permitindo o acesso do utilizador **videotex** comum às diferentes bases de dados das diversas organizações.

Neste caso a ligação entre o centro **videotex** e as bases de dados será assegurada pela **Telepac** em protocolo x. 25 tendo-se um esquema global como o representante na figura 2.

Os modelos-base para a apresentação da imagem são fundamentalmente os seguintes: Alfa mosaico; Alfa geométrico; Alfa fotográfico; DRCS (Dynamically Redafinable Character Set).

Tem havido grande discussão internacional sobre qual a norma a adoptar. O estado de desenvolvimento e a actual implantação de alguns sistemas construídos, conduz à impossibilidade de considerar um único modelo nas normas internacionais. Caminhou-se, assim, pára uma solução de compromisso, procurando fundamentalmente que os sistemas possam ser compatíveis. Como sistemas **videotex** mais representativos pode-se citar: Prestel (Inglês); Antíope (Francês); Telidon (Canadiano); Captain (Japonês).

Recentemente a ATT produziu uma nova norma bem mais complexa do que todas as anteriores, dando ao serviço **videotex** uma qualidade e sofisticação muito além do geralmente considerado. Alguns estudos já feitos apontam para uma grande dificuldade de implementação da norma, nomeadamente por conduzir a aspectos de custo muito pouco atraentes para este tipo de serviço. Também recentemente e num esforço europeu para combater o possível impacto do sistema **Telidon** (alfa geométrico) de qualidade apreciavelmente superior ao alfa mosaico, a CEPT produziu uma norma que constitui um compromisso entre o sistema inglês e francês, com apreciáveis melhoramentos nomeadamente pela introdução de DRCS.

Uma análise técnica mais pormenorizada foge ao âmbito deste trabalho cujo objectivo é, fundamentalmente, descrever o projecto **Telepac** e o impacto que esta rede pode ter na integração futura de alguns serviços Telmáticos.

Analogamente ao que se passa com o **Teletex**, não existe ainda decisão oficial da Administração dos CTT sobre «timings» e metodologia de desenvolvimento do serviço **videotex.** No entanto, e dado as características pouco usuais deste serviço e a necessidade de coordenação e colaboração entre as 3 entidades atrás referidas, será previsível que se adopte inicialmente uma óptica de sistema--piloto de pequena dimensão com base de dados própria, para análise técnico-económica e, fundamentalmente, para sensibilização e preparação de utilizadores e fornecedores de informação.

A. MENDES MADEIRA
(Engenheiro, chefe do Departamento de Comunicação de Dados e Desenvolvimento de Novos Serviços – DET-DGT-CTT)

A automatização da do INESC e do

A utilização das bibliotecas do INESC e do CAPS, em Lisboa, já é automaticamente controlada, graças à implementação de sistemas de bases de dados em cada um daqueles organismos. O sistema foi apresentado numa das sessões técnicas do ENDIEL/83. No texto que a seguir publicamos, por especial deferência dos seus autores, engs. José Amaro, José Coucello e Augusto Casaca, o seu funcionamento é descrito em pormenor.

No Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores (INESC) e no Centro de Análise e Processamento de Sinais (CAPS) foram implementados sistemas de Bases de Dados pue permitem automatizar o controlo da utilização das respectivas bibliotecas. Ambos os sistemas possibilitam fundamentalmente:

– procurar a informação relativa a qualquer livro da biblioteca através da especificação do código do livro, do título ou do autor;
– indicar os livros que tratam de determinado assunto ou que são escritos por um dado autor com possibilidades de ordenação por título, por autor ou por código do livro;
– para cada livro requisitado indicar quais as respectivas datas de requisição e de entrega, bem como a identificação do utilizador;
– para cada utilizador indicar quais os livros que ele requisitou, apresentando as datas de requisição e de entrega associadas a cada livro; no caso de existir um sistema de multas sobre livros entregues fora do prazo indica-se também qual a quantia de que o utilizador é devedor.

Os programas de gestõ das Bases de Dados do CAPS e do INESC estão implementados actualmente em dois computadores distintos. No CAPS, o programa está escrito em BASIC e corre num computador Hewlett Packard HP1000F, enquanto que no INESC é utilizado o «package» de «software» IDEA (Interactive Data Entry/Acess) instalado num computador Data General MV8000.

O primeiro sistema a ser implementado foi o do CAPS, sendo os tempos de resposta, em média, elevados para o utilizador, devido aos factos do BASIC ser interpretado e do modo de pesquisa de ficheiros ser sequencial. Posteriormente foi implementado o sistema do INESC; neste caso devido à utilização do IDEA, que é um «package» orientado para a operação de sistemas interactivos de entrada e acesso a Bases de Dados, obteve-se uma implementação extremamente eficiente e flexível, fornecendo tempos de resposta bastante curtos ao utilizador. Como neste momento já é possível aceder ao MV8000 do INESC a partir do CAPS através de linhas dedicadas, num futuro próximo o programa de gestão existente no MV8000 passará também a gerir a Base de Dados da Biblioteca do CAPS em substituição do programa actual.

Neste artigo serão fundamentalmente analisadas as estruturas dos ficheiros da Base de Dados e do respectivo programa de gestão, referindo-se naturalmente pelas razões já expostas ao sistema implementado no INESC que utiliza o IDEA.

Informação existente nos ficheiros

A informação necessária para o funcionamento do sistema de automatização da biblioteca está contida em quatro ficheiros: ficheiros de livros, ficheiro de assuntos, ficheiro de utilizadores e ficheiro de controlo.

O ficheiro de livros contém a informação associada aos livros da biblioteca nomeadamente o título, autor, códigos dos assuntos focados e código de classificação do livro além de informações diversas. O ficheiro de assuntos é utilizado para armazenar a classificação dos assuntos; assim, permite dar a conhecer a descrição de um assunto a partir do seu código. O ficheiro de utilizadores guarda a informação que identifica os utilizadores da biblioteca nomeadamente o código do utilizador, nome completo, nome abreviado, morada e telefone. O ficheiro de controlo contém a informação associada aos livros da biblioteca que foram requisitados e que estão na posse dos utilizadores. Essa informação consiste nas datas de requisição e de entrega, código do utilizador que requisitou o livro e no código do livro requisitado.

Assim, na pesquisa de informações relativas a qualquer livro e na listagem de livros apenas intervêm os ficheiros de livros e de assuntos. Por sua vez os ficheiros de utilizadores e de controlo juntamente com o ficheiro de livros são utilizados na gestão da requisição e entrega de livros na biblioteca.

«Software» utilizado

O IDEA é um «package» do «software» constituído por um gerador de formatos de «écran» IFMT, uma linguagem de programação IFPL, um monitor em tempo real e um gestor de ficheiros INFOS.

O IFMT (IDEA Format) permite definir os formatos de «écran» que irão ser utilizados para a entrada e a saída de dados no programa de gestão.

O IFPL (IDEA Field Processing Language) é a linguagem utilizada na escrita do programa de gestão e permite fundamentalmente: 1) realizar o processamento convencional de dados através de operações aritméticas, testes, saltos condicionais, definição de subrotinas, etc; 2) a interacção com o formato de «écran», gerado pelo IFMT, para a entrada e saída de dados; 3) chamar subrotinas do INFOS para a definição da estrutura dos ficheiros a que o programa acede bem como para a leitura e escrita de informação nos ficheiros.

O monitor em tempo real tem como principais funções: 1) transferir os programas a executar do disco para a memória central; ii) abrir e fechar os ficheiros utilizados; iii) validar os dados introduzidos e apresentar as eventuais mensagens de erro.

O gestor de ficheiros INFOS ao criar um ficheiro define duas estruturas de dados: o índice e a Base de Dados. O índice do ficheiro contém as chaves (eventualmente estruturadas em vários níveis) através das quais é possível aceder aos registos existentes na Base de Dados.

(Neste passo do texto original o «'DL'-Informática» suprimiu uma figura que ilustra um «exemplo de» acesso a uma base de dados utilizando INFOD).

Descrição do sistema

O sistema de automatização da biblioteca é constituído pelos quatro ficheiros onde residem os dados e pelo programa de gestão da Base de Dados. Para facilitar a operação do sistema, o programa de gestão apresenta no vídeo um conjunto de menús contendo as várias operações possíveis de serem efectuadas nesse momento, tendo o utilizador de introduzir um número, através do teclado, correspondente à opção escolhida.

Ficheiros

Basicamente, são permitidas três operações em cada ficheiro: actualização de registos, acesso a registos e listagem do ficheiro. A operação de actualização permite editar o conteúdo dos registos. A operação de acesso permite visualizar o conteúdo de um registo por indicação de um parâmetro de pesquisa (chave). Na operação de listagem pode-se especificar qual o parâmetro (título, autor, assunto, datas, etc.) que condiciona a listagem, os valores inicial e final desse parâmetro que determinam quais os registos a listar, e o periférico de saída (terminal de vídeo ou impressora).

As estruturas dos índices dos ficheiros dependem fundamentalmente das operações de acesso e de listagem que se pretendem executar para cada um dos ficheiros. Apresentam-se em seguida a estrutura do índice e o formato dos registos da Base de Dados escolhidos para cada um dos quatro ficheiros.

O índice do ficheiro de livros tem a estrutura indicada na Figura 1.

Como se pretendem várias vias de acesso aos registos deste ficheiro torna-se necessária a existência de dois níveis. As chaves presentes no nível zero permitem, respectivamente o acesso a registos por autor, código de assunto, código de livro e título do livro. Associado a cada uma dessas chaves, existe um subíndice onde residem os identificadores dos registos presentes na base de dados; o conjunto dos vários subíndices constitui o nível um do índice do ficheiro.

Atendendo à possibilidade de haver livros com o mesmo título, do mesmo autor ou pertencentes ao mesmo assunto, nos subíndices associados a essas chaves são permitidas chaves duplicadas; para cada chave duplicada INFOS atribui um número de ocorrência de modo que chaves iguais com números de ocorrência diferentes apontam para registos distintos. Em cada um dos subíndices existe uma só chave referente a cada registo, ocorrendo uma única excepção para o subíndice referente ao código dos assuntos em que poderá existir mais do que uma chave associada ao mesmo registo. No caso do livro possuir vários autores existe uma só chave no subíndice dos autores que contém os nomes de todos os autores. No exemplo da figura 1 o livro está incluído em três assuntos.

A informação associada a um livro existente na biblioteca fica guardada num registo da Base de Dados deste ficheiro de acordo com o formato indicado na figura 2.

A estrutura do ficheiro de assuntos é mais simples que a do ficheiro de livros. Neste caso o índice do ficheiro possui um único nível; assim os registos da Base de Dados poderão ser acedidos apenas por uma via. A estrutura deste ficheiro é ilustrada na figura 3. O código de assuntos é constituído por cinco dígitos sendo os três primeiros referentes ao assunto e os restantes dois a um subassunto. Este formato é utilizado devido à necessidade de incluir no sistema de automatização a classificação de livros usada na biblioteca.

Para cada código de assunto tem-se um registo na Base de Dados constituído por um único campo. O formato do registo está ilustrado na figura 4.

O índice do ficheiro de utilizadores está estruturado em dois níveis; no nível zero existem apenas duas chaves que possibilitam duas vias de acesso respectivamente por código utilizador e por nome abreviado do utilizador. No nível um temos dois subíndices cada um deles associado a uma dessas vias de acesso. A cada utilizador corresponde um registo na Base de Dados. Em qualquer dos subíndices não é permitida a existência de chaves duplicadas dado que as chaves aí presentes identificam univocamente um registo. Esta estrutura é apresentada na figura 5.

A informação referente a um utilizador da biblioteca fica armazenada num registo da Base de Dados de acordo com a figura 6.

O índice do ficheiro de controlo está também estruturado em dois níveis. A figura 7 ilustra a estrutura utilizada.

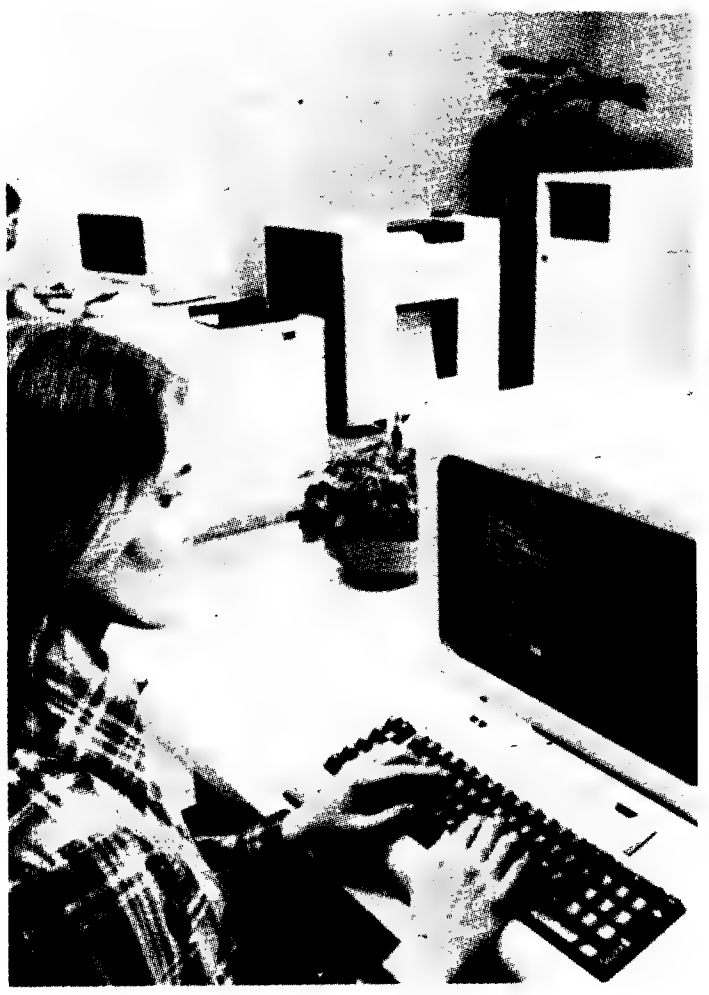
No nível zero do índice estão presentes chaves que possibilitam o acesso via código do livro, código do utilizador, data de entrega e data de requisição. Associado a cada uma destas chaves existe um subíndice que guardará os identificadores dos registos presentes na Base de Dados. Podem ocorrer chaves duplicadas em todos os subíndices com excepção do subíndice referente ao código do livro. Para cada livro requisitado existe um registo na Base de Dados, e uma chave em cada um dos subíndices atrás referidos. A informação associada a um livro em poder de um utilizador fica armazenada num registo da Base de Dados do modo como se ilustra na figura 8.

Programa de Gestão

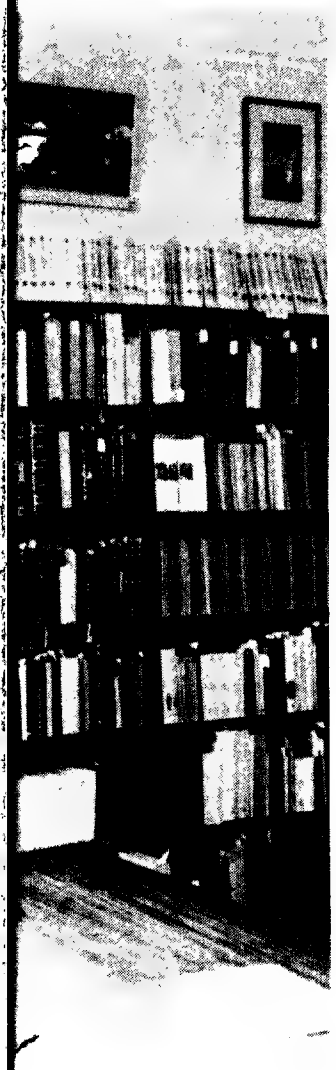
O programa de gestão tem uma estrutura em árvore conseguindo-se deste modo executar as diversas funções do sistema a partir de um menu principal.

(Neste passo do texto original o «DL-Informática» suprimiu uma figura que esquematiza a «Estrutura do programa de gestão»)

No menu principal podemos escolher uma de entre quatro hipóteses referentes ao ficheiro a que pretendemos aceder. Em cada menu referente a um ficheiro existirão três possibilidades de escolha consoante se pretenda uma operação de actualização, acesso ou listagem. Para cada uma destas operações existirá um outro menu que permitirá especificar o modo de execução pretendido para a operação escolhida. O conjunto de todas as operações e respectivos modos de execução possíveis neste sistema de Base de Dados está indicado na tabela 1.



as bibliotecas o CAPS



Número	Função
1	Introdução de um livro novo
2	Anulação de um livro existente
3	Alteração a um livro existente
4	Acesso a um livro via código do livro
5	Acesso a um livro via título
6	Acesso a um livro via autor (es)
	Listagens parametradas por um assunto com:
7	Ordenação por código de livro
8	Ordenação por título
9	Ordenação por autor(es)
	Listagens não parametradas por assuntos com:
10	Ordenação por código de livro
11	Ordenação por título
12	Ordenação por autor(es)
13	Listagens ordenada por assuntos
14	Introdução de um assunto novo
15	Anulação de um assunto existente
16	Alteração a um assunto existente
17	Introdução de um subassunto novo
18	Anulação de um subassunto existente
19	Alteração a um subassunto existente
20	Acesso a um assunto
21	Acesso a um subassunto
22	Listagem só de assuntos
23	Listagem de assuntos e subassuntos
24	Introdução de um utilizador novo
25	Anulação de um utilizador existente
26	Alteração a um utilizador existente
27	Acesso via código de utilizador
28	Acesso via nome abreviado
29	Listagem ordenada por código de utilizador
30	Listagem ordenada por nome abreviado
31	Requisição de um livro
32	Entrega de um livro
33	Acesso via código de livro
34	Acesso via código de utilizador
35	Listagem ordenada por código de livro
36	Listagem ordenada por código de utilizador
37	Listagem ordenada por data de requisição
38	Listagem ordenada por data de entrega

Tabela 1 – Funções do sistema

Conclusões

O sistema de Base de Dados apresentado está instalado no I.N.E.S.C. desde Setembro de 1982 e tem fornecido resultados muito satisfatórios. A utilização do IDEA permitiu obter uma implementação: I) eficiente, com tempos de resposta bastante curtos; II) de fácil operação, para o que contribui a apresentação de vários níveis de menus ao utilizador e a validação de dados introduzidos com geração automática de mensagens de erro e III) versátil, podendo-se definir facilmente novas funções executáveis. Devido aos bons resultados obtidos com o IDEA prevê-se também a utilização deste «package» de «software» no sistema de Base de Dados da biblioteca do C.A.P.S. para substituição do que está actualmente ali instalado com o programa de gestão escrito em BASIC.

JOSÉ AMARO,
JOSÉ COUCELLO
E AUGUSTO CASACA

(Engenheiros do Centro de Análise e Processamento de Sinais – CAPS – e do Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores – INESC)

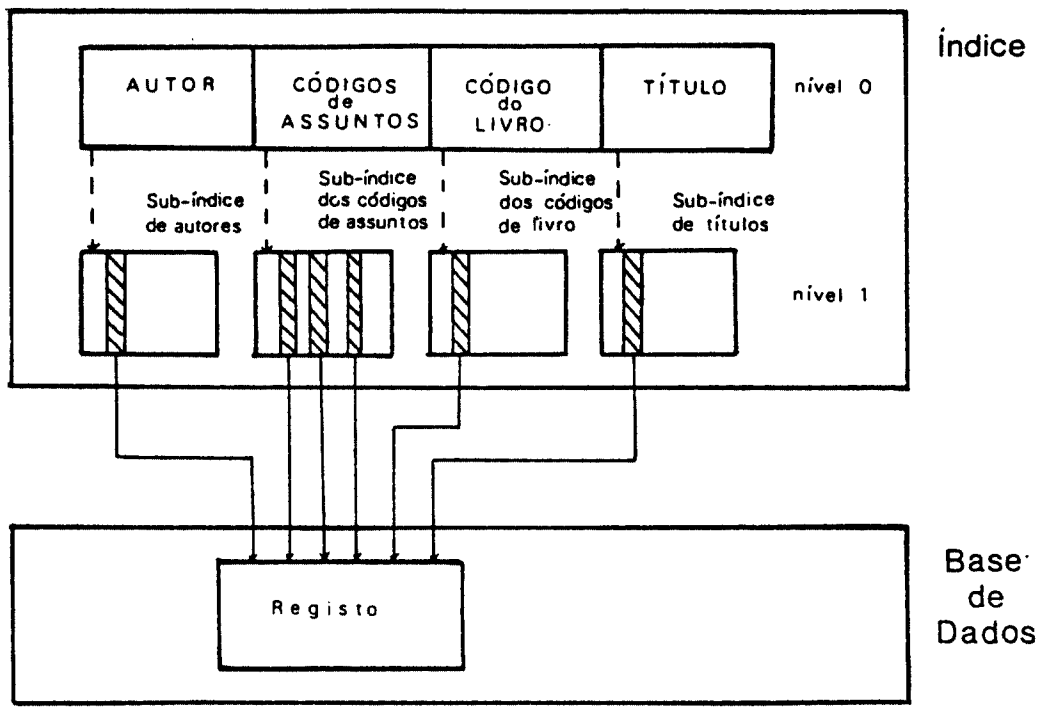


Figura 1 – Estrutura do ficheiro de livros

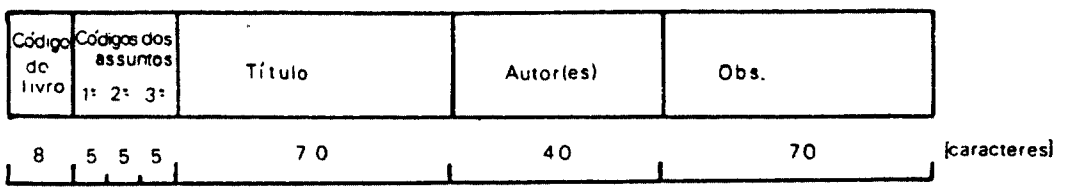


Figura 2 – Formato de um registo no ficheiro de livros

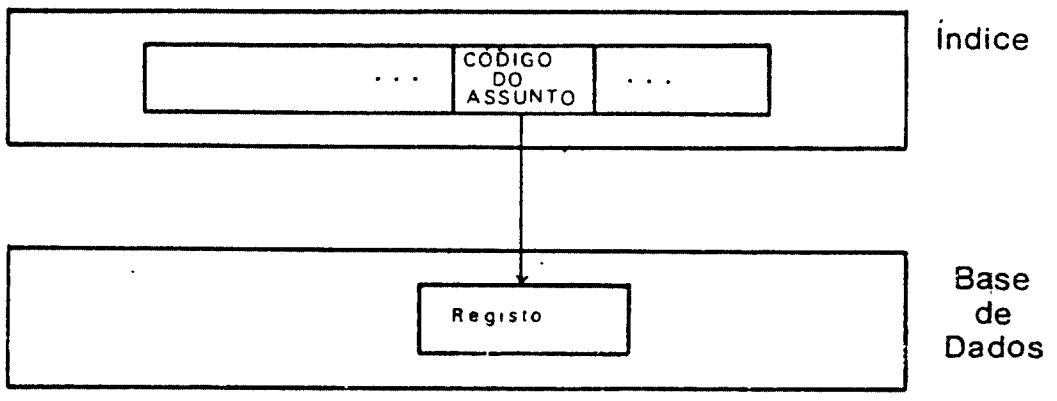


Figura 3 – Estrutura do ficheiro de assuntos

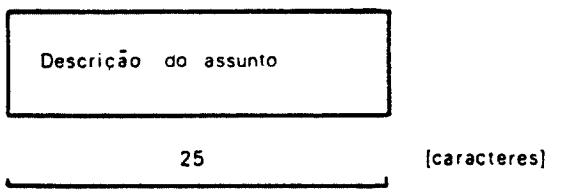


Figura 4 – Formato de um registo no ficheiro de assuntos

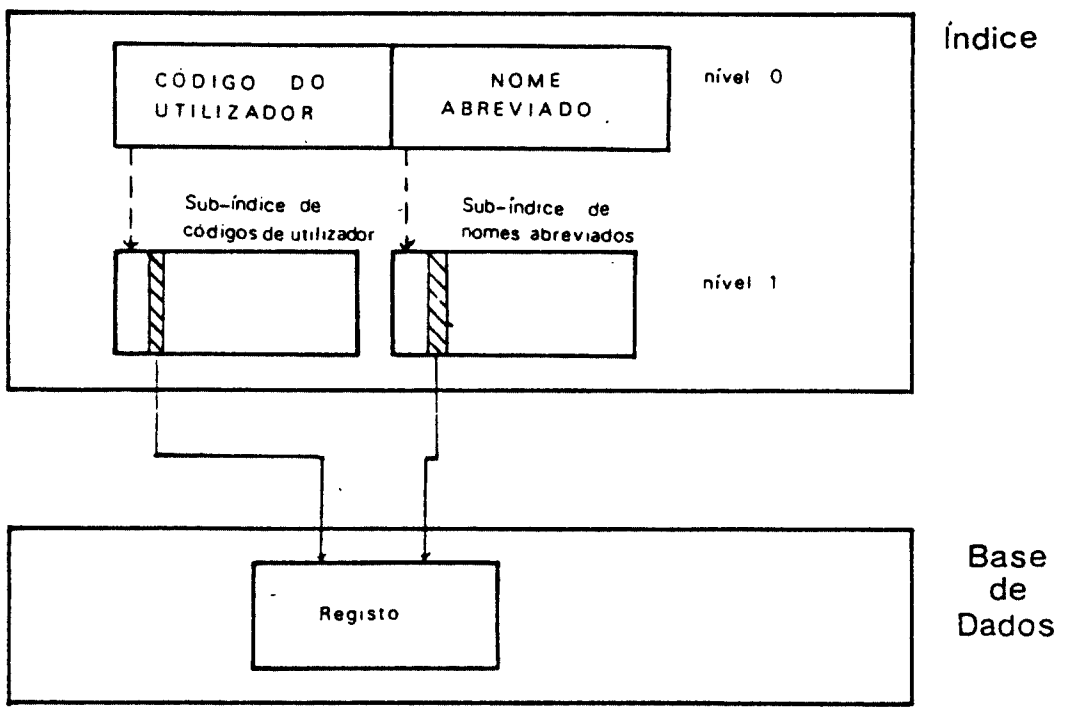


Figura 5 – Estrutura do ficheiro de utilizadores

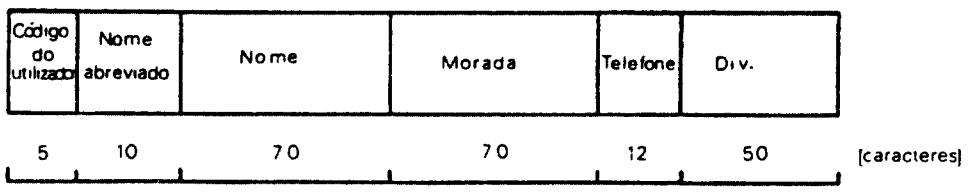


Figura 6 – Formato de um registo no ficheiro de utilizadores

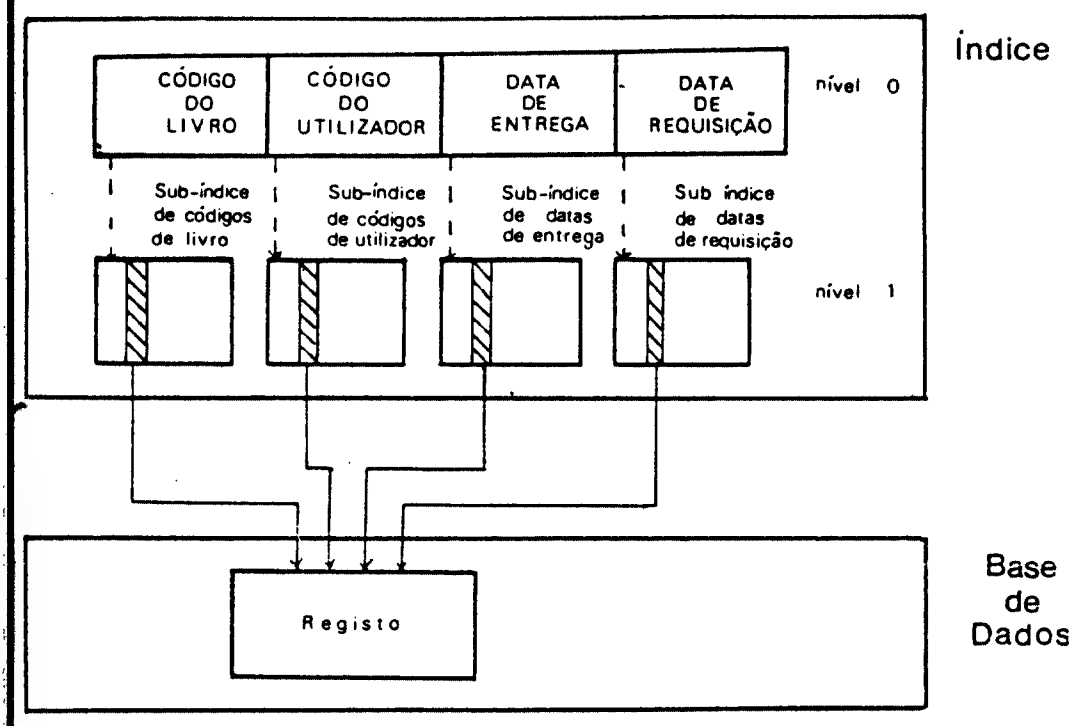


Figura 7 – Estrutura do ficheiro de controlo

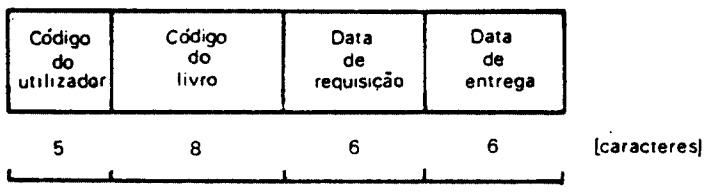


Figura 8 – Formato de um registo no ficheiro de controlo

CII Honeywell Bull (Portugal) aumenta capital

A filial portuguesa do Grupo CII Honeywell Bull acaba de realizar um novo aumento de capital, no quadro do incremento que pretende dar às suas actividades em Portugal.

Em Dezembro de 1981, a Companhia realizara já um primeiro aumento de capital, o qual passara assim de 20 milhões de escudos para 120 milhões de escudos. O mesmo capital foi agora aumentado para 145 milhões de escudos, o que revela, por parte da CII Honeywell Bull, a confiança na expansão dos seus negócios em Portugal, e um empenhamento reiterado em dotar a sua filial portuguesa com os meios financeiros adequados à sua posição no mercado e à comercialização dinâmica de uma gama de materiais extremamente vasta.

A Informática em Portugal

Numa das Galerias do Casino Estoril esteve patente no passado domingo uma exposição fotográfica sobre a implantação da Informática em Portugal, integrada por um conjunto de cinco dezenas de fotografias de Homem Cardoso que documentam, os antecedentes do aparecimento da Informática no mundo e dos contributos que para isso deram homens como Pascal, Babage, Herman Hollerith, Thomas Watson e registam os primeiros passos da IBM, bem como o seu crescimento no nosso País e a extraordinária evolução sofrida pela informática com o avanço da electrónica, no decurso das duas últimas dezenas de anos.

Convenció Informática Llatina

A Convenció Informática Llatina (CIL 83) reúne-se este ano em Barcelona, nos dias 6, 7, 8 e 9 de Junho. A CIL 83 pretende, como nas três edições anteriores, incrementar a comunicação e o intercâmbio de experiências entre os utilizadores e profissionais de grandes e médias instalações, os construtores de computadores e as empresas de serviços de informática, e os professores e investigadores da Universidade. Será dada especial atenção à problemática específica da pequena e média empresa.

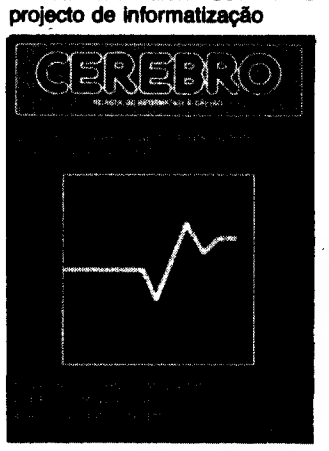
As áreas de interesse seleccionadas para o encontro são as seguintes: desenvolvimento; informáticas especializadas; informática industrial; sistemas de informação nas organizações e pequena e média empresa.

Todas as informações podem ser obtidas junto de José M. Faria, na delegação do Porto da API (R. de Santa Catarina, 706-4.º, sala 403).

«Cérebro» já saiu

Já se encontra nos vendedores habituais o número da revista «Cérebro» referente ao período 15 de Dezembro/15 de Janeiro. Trata-se do n.º 7 desta publicação mensal dedicada à informática e à gestão.

Do seu sumário destacamos a transcrição de uma mesa-redonda radiofónica sobre o tema «quem poderá recusar o computador dentro de alguns anos». No debate participaram David Casqueiro, Costa Martins, Maia Nogueira, Armando Jorge dos Santos e Gil Montalverne. Além deste assunto, que fornece o título da capa, salientamos os seguintes trabalhos: «Os sistemas de informação e a organização empresarial (VIII); «Reflexões sobre o I Simpósio de Ofimática»; «O sistema Apple II no Banco de ensaios»; «Auditoria e os sistemas informáticos»; «Instalações fixas de extinção automática com Halon 1301» e «O projecto de informatização



Revista de Informática

Acaba de sair o n.º 4 (Outubro/Dezembro 1982) da Revista de Informática, publicada periodicamente pela Associação Portuguesa de Informática. Além de dois artigos relativos à Política Brasileira de Informática e das secções habituais, a revista contém os seguintes textos: «Escriba um formatador de texto. Lições de uma experiência»; «Reportagem na RTP»; «Descrição de um sistema de concepção automática de SGDB»; «Controlo e planeamento da Produção: aspectos informáticos de um problema de gestão»; «Normas básicas de deontologia informática».

A propósito do que se está a fazer no Brasil, em matéria de política informática, um extracto do editorial de Hélder Coelho: «O Brasil está preparando-se para ingressar na era da informatização, mas gerando os seus próprios conhecimentos e recursos tecnológicos. Para isso, está a dotar-se com uma infra-estrutura capaz de absorver, criar e administrar conhecimentos tecnológicos da informação. Têm aparecido algumas dificuldades, mas o modelo adoptado tem mostrado ser correcto no essencial».

Banco de dados sobre concursos

Todos os concursos públicos da CEE passaram a ser comunicados às empresas por intermédio do Euronet, uma rede de dados europeia.

Este novo serviço diz respeito a contratos com um valor anual da ordem dos 70 mil milhões de francos. Além destes, são ainda considerados os contratos relativos a concursos públicos de terceiros países que concluíram com a CEE acordos de liberalização de compras governamentais, e cujo montante é três vezes superior àquela quantia.

Este serviço, denominado TED (Tenders Electronic Daily), é um banco de dados em linha, criado em simultâneo com cada um dos suplementos do jornal oficial das Comunidades Europeias. O sistema proporcionará às empresas uma melhoria de acesso ao considerável potencial comercial representado pelos concursos públicos para a prestação de serviços e fornecimentos.

Controlo técnico industrial

Surgiu recentemente uma nova firma no campo do controlo industrial. Trata-se da Trinitron – Controlo Técnico Industrial, Ld.ª, que se dedicará fundamentalmente ao fabrico de: Indicadores digitais de grau Brix para refractómetros ópticos Maselli; Indicadores de temperatura digitais ; Temporizadores electrónicos; Minuterias digitais até 99 horas; Termostatos electrónicos e Manómetros digitais.

Além disso consagrar-se-á à realização de projectos de Sistemas de automação ou automatização eléctricos, electrónicos e pneumáticos.

Finalmente, efectuará reparações (nos seus Serv. Téc. e no exterior) em todo o equipamento industrial – de controlo ou medida – relacionado com as principais variáveis: temperatura, pressão, vácuo, nível, concentração, ph, cor, peso, densidade, condutividade, viscosidade e análise de gases.

A sede da Trinitron situa-se no Edifício 8 B-1.º C, Cidade Nova, Loures.

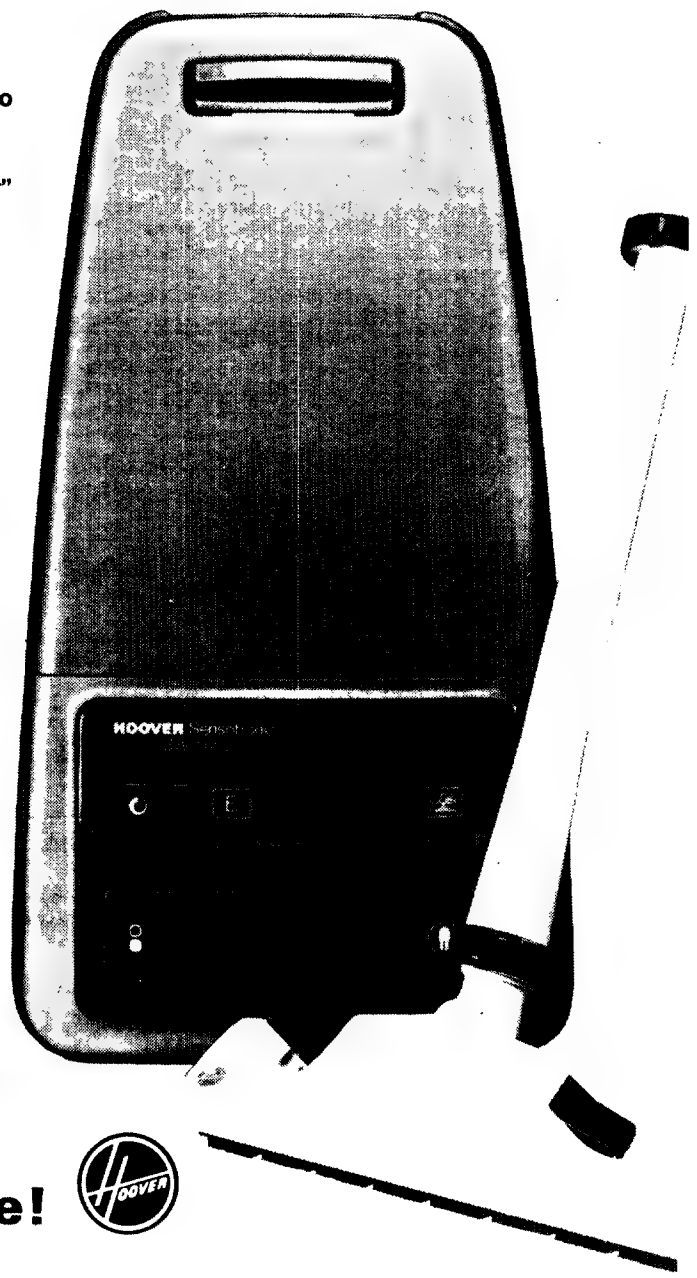
aspiradores
HOOVER
sensotronic
a técnica em progresso

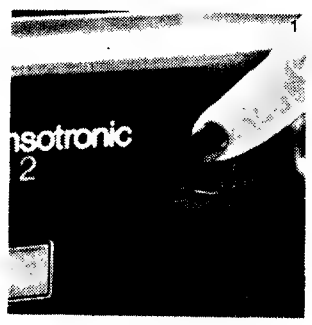
Chegou do espaço...
...a nova linha de aspiradores,
Hoover Sensotronic.

Para si, que já vive em ritmo de futuro.
Não perca tempo.
Conheça já os Sensotronic da Hoover:
Sistemas 1, 2, 3 e 4.
As linhas do futuro, a maior potência,
precisão e eficácia, com o máximo de silêncio
e economia.

Os aspiradores Sensotronic da Hoover
são tão avançados, que possuem um "sensor"
electrónico, que lhe permite saber,
a cada momento, se a potência utilizada
em cada tipo de limpeza está correcta.

Conheça já os Sensotronic.
Viva o futuro ainda hoje.





1-Regulador automático de potência de aspiração.
2-Espaço interior para acessórios.
3-Saco de pó, duplo do normal.
4-Mangueira Hooverflex de dupla extensão.

HOOVER é tempo livre!

Reestruturação da informática francesa

As novas responsabilidades confiadas pelo Estado francês à Compagnie des Machines Bull, como polo de reagrupamento e de desenvolvimento da informática francesa, conduziram os dirigentes do grupo a prever uma reestruturação cujos primeiros elementos começaram a ser implementados este mês.

O objectivo é constituir, à volta da Compagnie des Machines Bull, um grupo de filiais especializadas, correspondendo a quatro principais domínios de actividade: CII HB (nova estrutura), para os sistemas de informática; uma filial Periféricos, a constituir; a SEMS (mini-informática); e uma filial Burótica, a constituir.

Esta nova estrutura permitirá conciliar as vantagens de uma descentralização forte (identificação de responsabilidades, adaptação aos mercados, valorização da iniciativa e da flexibilidade) e a integração num conjunto poderoso e internacional (sinergia comercial e técnica, economias de escala, efeito de dimensão face à concorrência). Esta organização tornará, além disso, mais fácil a aplicação prática das cooperações exteriores, que os responsáveis do grupo julguem essênciais e que dirão respeito, tanto à Honeywell, como à indústria electrónica francesa e às indústrias estrangeiras, em prioridade europeias.

A implantação desta estrutura por filiais vai implicar uma remodelação profunda das diferentes sociedades que constituem o Grupo CII Honeywell Bull actual.

A sociedade-mãe (Compagnie des Machines Bull) terá a responsabilidade de conduzir a estratégia (tecnológica, industrial, comercial, financeira, social...) do conjunto do grupo, definir os objectivos gerais, controlar a sua implantação, apreciar os resultados de cada unidade e decidir a afectação de recursos entre filiais.

No quadro da estratégia definida ao nível do grupo, cada filial será responsável da difinição da sua estratégia e do desenvolvimento da actividade em um dos quatro domínios citados, assim como dos resultados económicos das linhas de produtos correspondentes.

A rede internacional da CII HB será (salvo excepção) o órgão de difusão dos produtos do grupo no mercado internacional.

Atribuições das novas filiais

A CII HB (nova estrutura) abrangerá, na sua futura forma, a organização da concepção e da produção dos sistemas de informática MINI 6, DPS 4, DPS 7, DPS 8, DPS 88 e futuros sistemas.

Comportará as unidades industriais de Angers e de Joué-les-Tours e estará apoiada sobre a organização comercial actual de CII HB.

A filial Periféricos compreenderá o Departamento de Sub-Sistemas Periféricos, a sua organização de vendas OEM e a unidade industrial de Belfort.

A filial encarregada do sector da mini-informática será composta das unidades técnicas, industriais e comerciais da SEMS, com exclusão do Departamento de Actividades Péri-Informáticas. Terá a responsabilidade das gamas MITRA e SOLAR, assim como dos futuros mini-ordenadores do grupo.

A filial Burótica controlará as actividades do grupo em matéria de microordenadores, terminais, estações e equipamentos de burótica incluindo, designadamente, R2E, DAP, Correlative Système International (CSI) e as actividades Burótica e terminais de CII HB.

Além destas quatro filiais principais, vai ser criada uma filial especializada no cartão micro-processador (CP8) e que retomará as actividades actuais de CII HB neste domínio

ENTREVISTA

Material eléctrico e electrónico

"As vantagens de ser um sector para o futuro"

«Uma das características do sector das indústrias eléctricas e electrónicas é que apostou no investimento e na qualidade, e por isso conseguiu exportar cerca de 25 milhões de contos em 1982. Além disso, trata-se de um sector que vive para o futuro: a sociedade do futuro, aquela que procuramos, será uma sociedade com mais tempos livres, que proporcione a realização humana, e que facilite a comunicação entre os homens... Ora as indústrias eléctricas e electrónicas estão intimamente ligadas a essa evolução...» Quem o diz é o dr. Sobral Costa, membro da direcção da Associação Nacional dos Industriais de Material Eléctrico e Electrónico (ANIMEE). O «DL» foi ouvi-lo sobre a actividade da Associação, os problemas e as perspecticas do sector, o ENDIEL, etc.

«DL» – O que é a ANIMEE?

Sobral Costa (S.C.) – «A ANIMEE é uma Associação que tem uma expressão particularmente activa após 1974, e mais concretamente depois de 1976, sob a orientação da direcção anterior, que era presidida pelo actual presidente da Associação Industrial Portuguesa, Jorge Rocha de Matos. A associação está dotada de meios técnicos qualificados para o desempenho da sua função, que é eminentemente profissional.

Ao contrário de outras associações, não vive de um gabinete que dirige ocasionalmente algumas circulares aos seus membros: a ANIMEE vive em permamente ligação com as suas mais de 130 empresas associadas (desde multinacionais a grandes empresas nacionais, passando pelas pequenas e médias empresas), e é altamente representativa do sector, cobrindo quase totalmente todos os subsectores que o compõem. A sua vitalidade e a atenção que dedica a problemas que não só os dos grandes espaços económicos e até mundiais, mas também os do espaço nacional e das P.M.E.(s) (que se vêem asfixiadas por dificuldades de toda a ordem), talvez se explique precisamente pelo vasto leque de empresas que nela estão representadas.

Hoje a Associação vale em primeiro lugar as empresas que a constituem. Se tivermos em conta que elas venderam cerca de 60 milhões de contos em 1982, e que deste montante 40% foram exportados; se tivermos em conta que elas proporcionaram mais de três dezenas de milhares de postos de trabalho, tudo isto sem grandes acidentes de percurso (salvo algumas dificuldades conjunturais), concluiu-se que as indústrias eléctricas e electrónicas, representadas pela ANIMEE, constituem um sector altamente influenciante da vida nacional.

Por outro lado, se se considerarem empresas da dimensão da Grundig, da Efacec, da Siemens, da Philips, da Centrel, da Standard Eléctrica, da Tudor, dos Cabos Ávila, tem-se logo à partida uma ideia do que é o dinamismo das componentes desta Associação.»

1DL» – Qual o tipo de produtos das empresas do sector?

S.C. – «As empresas que constituem a Associação fabricam essencialmente produtos com os quais o cidadão comum lida todos os dias. Quando acorda e quer aquecer o café, quando procura o interruptor para acender a luz, quando liga o rádio, quando usa a bateria do carro para arrancar, qualquer pessoa que seja, pertença a que estrato social pertencer, entra logo em contacto com o nosso sector. O facto de o cidadão comum estar em permanente ligação com ele levou aliás o ministro Bayão Horta a dizer que se trata de um sector de indústrias horizontais: o seu mercado potencial somos todos nós. Desde que nascemos até que morremos, o sector do material eléctrico e electrónico está em contacto connosco.

É evidente que o subsector mais tradicional é sem dúvida o do material eléctrico mas o da electrónica também está sempre presente. A sofisticação dos meios e o desenvolvimento farão, aliás, com que nos próximos anos seja mais importante o desenvolvimento da indústria electrónica do que propriamente a manutenção e o desenvolvimento da tradicional indústria eléctrica.

De qualquer modo ambas as indústrias vivem a par e passo e se uma constitui o desafio do futuro, a outra constitui uma evidente necessidade da vivência actual.»

Instituto Electrotécnico

«DL» – No que respeita à salvaguarda da qualidade dos produtos do sector qual o papel desempenhado pela Associação?

S.C. – «Nesse aspecto gostaria de realçar o aparecimento, em 1982, no Porto, do Instituto Electrotécnico Português. O presidente da ANIMEE é seu presidente por inerência, e os seus objectivos são fundamentalmente o desenvolvimento da qualidade e a creditação e homologação dos produtos de fabricaçao portuguesa no sector do material eléctrico. Trata-se de um instituto que tem a ver não só com normas de qualidade, mas também com a normalização, a testagem, ensaio e creditação desses produtos em Portugal e no estrangeiro.

Foi uma iniciativa mista que está agora em fase de apetrechamento e que juntou a ANIMEE, a Direcção-Geral da Qualidade, a Direcção-Geral da Indústria e os grandes utilizadores como os CTT e a EDP.

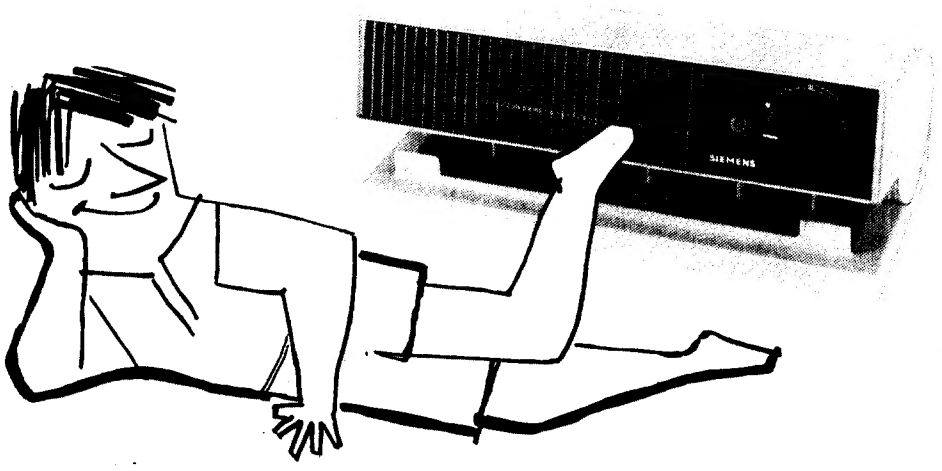
Ainda acerca da ANIMEE convém dizer que ela participa em organismos de cúpula, do tipo da Confederação da Indústria, por representar os intresses de uma fatia muito significativa e muito activa dos industriais portugueses, ainda que não seja um parceiro social directo. Também não quero deixar de dizer que pelo seu mérito próprio, pelas características que acabei de referir, ela tem um certo peso específico junto das entidades públicas e privadas com que está em contacto.»

Uma afirmação face à apatia

«DL» – O que é que a ANIMEE

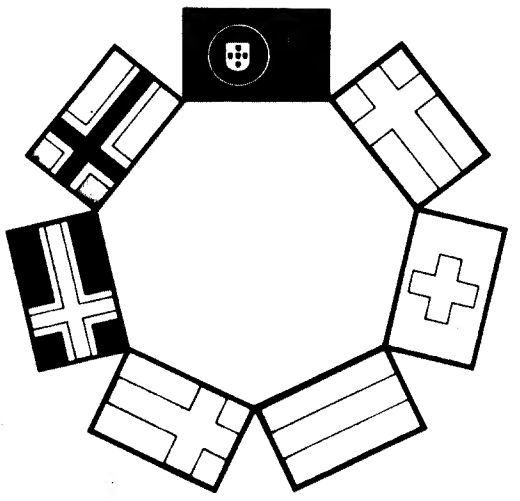
Continua na pág. 11

"O jeitoso" termoventilador da Siemens



FUNDO DA EFTA
PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL
DE PORTUGAL

ESPIRAL



FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO DE EMPRESAS EM PORTUGAL

SE:
- Pretende investir
- Do investimento fazem parte aquisições de bens de equipamento em países da zona EFTA (Áustria, Finlândia, Islândia, Noruega, Portugal, Suécia e Suíça)

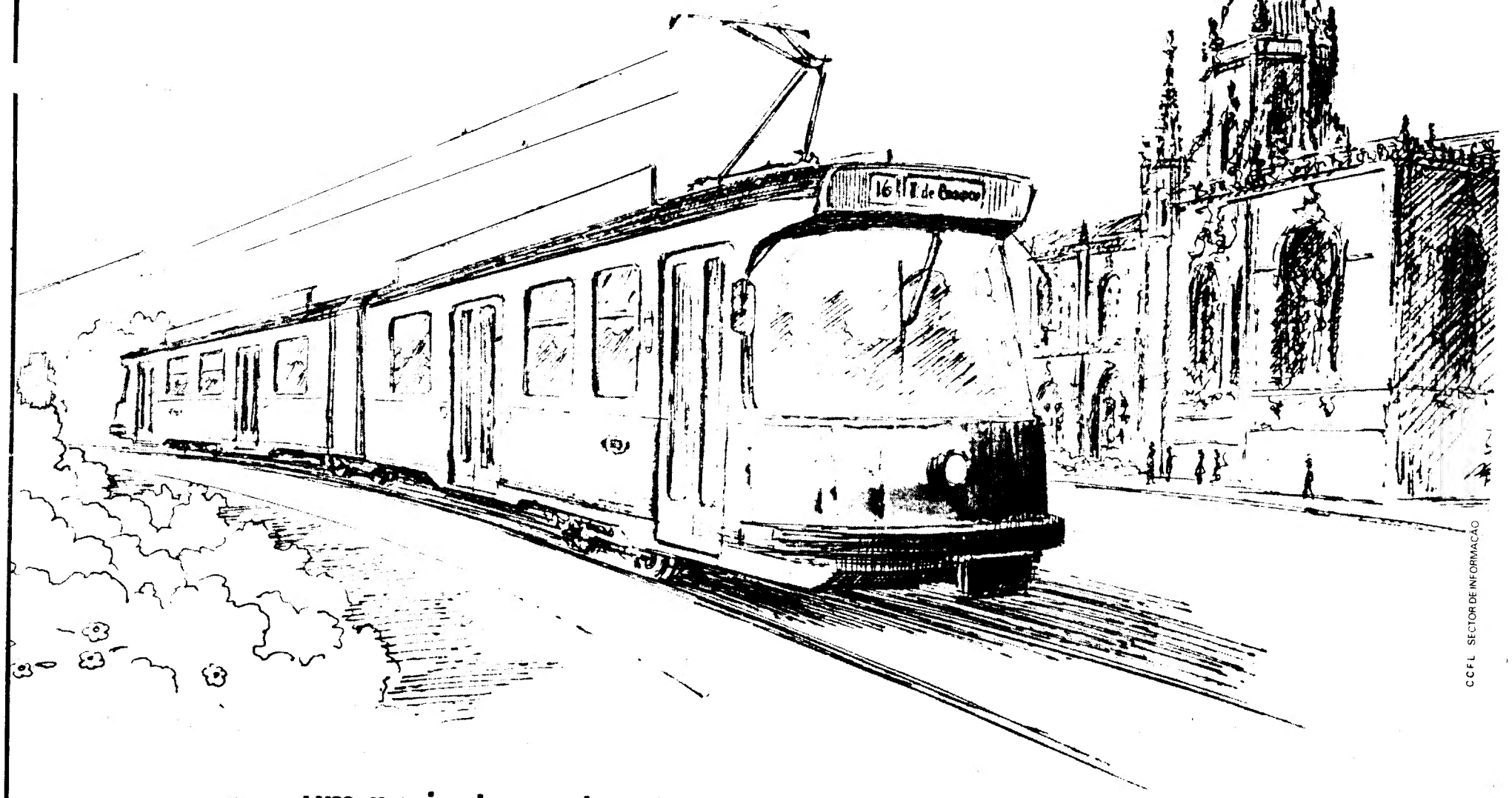
O FUNDO EFTA PROPORCIONA-LHE APOIO FINANCEIRO EM CONDIÇÕES EXCEPCIONAIS

PORQUE:
- Faculta-lhe os fundos necessários às aquisições no exterior sem risco cambial
- Na aplicação do Sistema Integrado de Incentivos ao Investimento (SIII), para efeito de bonificações financeiras, as aquisições nos países da Zona são equiparadas a compras efectuadas em Portugal
- Pode conceder bonificações adicionais dependentes das características da empresa, localização e sector de actividade económica
- Para projectos específicos, estudos de projecto e assistência técnica, o Fundo pode conceder financiamentos em condições especialmente favoráveis

CONTACTE-NOS
Banco de Fomento Nacional
Rua Mouzinho da Silveira, 26 1200 LISBOA Telef.: 56 10 79 Telex 12381 FOBAN P

CARRIS

Companhia Carris de Ferro de Lisboa



um projecto nacional — um projecto para o futuro

Com o título "Não choro o 'chora', mas o eléctrico" publicou Nemésio, em 8 de Outubro de 1971, na revista Observador, um alarme ao lisboeta sobre a condenação, então eminente, dos seus tradicionais amarelos.
Dez anos depois um estudo de opinião vinha revelar que, para 78% dos lisboetas, o eléctrico continuava a ser um grande amor.
A exemplo das grandes metrópoles onde o eléctrico amplia a sua importância no contexto dos transportes urbanos, Lisboa vai reabilitar uma tradição de mais de 80 anos.

novos padrões de qualidade, rapidez e conforto

Inserida no plano de uma indispensável reestruturação da sua rede de tracção eléctrica, a CARRIS quer corresponder em termos de eficácia e modernidade às novas exigências do transporte público urbano com novos e mais rápidos eléctricos à beira Tejo.
Representando um investimento moderado quando comparado a outros modos de transporte, os eléctricos rápidos irão contemplar prioritariamente a linha marginal entre a Cruz Quebrada e a Praça da Figueira numa primeira fase, a prosseguir segundo um plano de expansão coordenado com as necessidades de transporte da Grande Lisboa.
Mais rápidos (65 Km/h) maiores (20 metros de comprimento e com lotação para 150 pessoas) correspondendo a uma tecnologia mais avançada, comparativamente à actual, os eléctricos rápidos serão construídos pela TRANSRAIL — consórcio constituído pela SOREFAME e EFACEC — fabrica veículos para transportes urbanos sobre carris, quer para o mercado nacional, quer para exportação.
TRANSRAIL é a lógica associação de Empresas como a SOREFAME — fabricante de material circulante de Caminhos de Ferro — e a EFACEC — fabricante de materiais eléctricos e electrónicos, nomeadamente de comando e de tracção eléctrica.
Assim, TRANSRAIL — com o apoio técnico de experientes empresas internacionais deste domínio — vai fabricar os novos Carros Eléctricos para a Linha Marginal de Lisboa, da CARRIS.

onda verde dá prioridade ao amarelo da Carris

O sistema de sinalização de tráfego citadino regulado por computador, irá aceitar "ordens" emitidas por um sistema de comando de agulhas que permitirá dar prioridade à passagem dos eléctricos rápidos.
Este facto acrescido à circunstância dos eléctricos circularem, em mais de 50% do seu percurso, em faixa reservada e aliado às suas características específicas de velocidade vão permitir ao eléctrico rápido velocidades comerciais substancialmente maiores do que as conseguidas actualmente.

EFACEC Transrail SOREFAME

Um sector para o futuro

Continuação da pág. 9

pretendeu com a realização do ENDIEL?

S.C. – «O Encontro Nacional para o Desenvolvimento das Indústrias Eléctricas e Electrónicas, que decorreu na passada semana, foi o 3.º promovido pela ANIMEE e pretendeu ser uma amostra significativa do esforço que os industriais de material eléctrico e electrónico têm feito, assim como da evolução das suas tecnologias. Pretendeu ser igualmente uma declaração e uma afirmação perante uma certa apatia, um certo descrédito que os portugueses têm nas suas próprias possibilidades. Pretendemos demonstrar que com investimentos e tecnologia avançada os portugueses trabalham perfeitamente bem e são capazes de apostar significativamente em ganhar o desafio que o futuro nos põe.

O ENDIEL, nesse sentido, foi de facto uma demonstração feita na óptica dos industriais.

Em 1983 o seu tema básico foi a exportação. Como subtema escolhemos a formação profissional. Considero fundamental que se exporte e que, para isso, as empresas invistam, se rentabilizem e formem o seu pessoal.

Nós não podemos perder o comboio da evolução das tecnologias. O empresário não pode deixar de investir e não pode deixar de receber os incentivos que competem ao Estado e que, infelizmente, nos últimos anos, têm faltado. Quando me refiro aqui a incentivos estou a pensar em mecanismos de apoio à exportação e em mecanismos de apoio à melhoria da situação tributária das empresas, nomeadamente em matéria fiscal.

O que acabo de dizer diz respeito, sobretudo, às empresas que investem, porque importa garantir que elas não sejam descapitalizadas das suas possibilidades de reinvestir o muito ou pouco que ganham. E isto porque sem esse reinvestimento elas não se actualizam, sem actualização perdem a competitividade e sem competitividade não mantêm os postos de trabalho.

Além disso, considero que a actuação dos empresários tem de ser muito pragmática e realista face às condições que os rodeiam e que representam um verdadeiro desafio de sobrevivência. Mas considero também que o Estado português tem a obrigação de cuidar fortemente dos apoios às empresas – sobretudo na actual fase que se pretende ser de adesão às Comunidades Europeias e de relançamento das exportações como forma de diminuir o desequilíbrio da balança cambial portuguesa – para que seja possível criar a tal competitividade e qualidade dos produtos portugueses.

Formação profissional

Aqui parece-me importante sublinhar que os apoios a que me refiro não devem destinar-se a criar pequenos pontos ou ilhas isoladas com este ou aquele sector tradicionalmente virado para a exportação.

Portugal tem que ser um todo harmónico, e o facto de se permitir aos empresários um acesso em condições preferenciais à exportação de produtos de qualidade não deve ser encarado como uma benesse, mas sim como uma condição estritamente necessária ao exercício da sua actividade empresarial, que tem que ser, com certeza, lucrativa.»

«DL» – Mas voltando à formação profissional, porque é que escolheram esse assunto para subtema do ENDIEL/83?

S. C. – «A formação profissional já tinha sido debatida no ENDIEL de 1979. Este ano voltámos ao assunto e tomámo-lo como subtema do encontro porque consideramos que em Portugal o importante não é ter mão-de-obra barata, mas sim ter mão-de-obra qualificada e produtiva. Pensamos que falar em salários baixos é um erro e corresponde a uma situação não só deprimente para quem os recebe, mas negativa no contexto internacional em que vivemos.

O que precisamos é que todos nós, no nosso trabalho, tenhamos melhores qualificações para melhor desempenhar as nossas tarefas. Ora isto não é possível sem uma alteração básica em termos de formação escolar. De facto, em Portugal, se se quer um escriturário indiferenciado aparecem 500 ou 1000 candidatos. Ma se se quiser um torneiro ou um frezador tem-se imensa dificuldade em encontrar alguém. Isto é a demosntração clara de que precisamos de um ensino técnico de curta duração, que, actualmente, não existe.

A escolha da formação profissional como subtema do ENDIEL/83 fez-se, portanto, com o objectivo de sensibilizar para o problema três tipos de entidades: o Ministério do Trabalho (Instituto de Formação Profissional, Secretaria de Estado do Emprego), o Ministério da Educação e o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais. Resumindo, ENDIEL/83, além de uma importante amostragem do que é o sector do material eléctrico e electrónico, com os seus mais de 30 000 empregos, sem contar com os que se situam a montante e a jusante, foi também um alerta muito claro, uma definição das dificuldades do sector.»

«DL» – A propósito de dificuldades, os apoios à exportação no ano passado não ficaram muito aquém do que a indústria chegou a esperar?

S. C. – «Para concretizar os incentivos à exportação tem que haver meios financeiros. Tanto quanto julgo saber, esses meios foram, relativamente asfixiados em relação a muitos projectos de apoio à exportação. Como não se fazem omeletas sem ovos...

Investimento: 10 milhões de contos

De qualquer forma os industriais fizeram um esforço extremamente significativo. Posso mesmo afirmar que o investimento previsto neste sector para os ano 83/84 atinge os 10 milhões de contos. O sector está na dispisição de investir, porque de outro modo será asfixiado. É um sector de tecnologia de ponta que precisa de estar permanentemente actualizado. Mas os meios que temos à nossa disposição para colocar os nossos produtos nos mercados externos, de uma forma competitiva, do ponto de vista do preço e da qualidade, têm muito a ver com os inventivos de vária ordem que nos são concedidos.»

«DL» – Mas considera que o sector está desprotegido em relação a outros?

S. C. – «O que posso dizer é que o Ministério da Indústria tem sido extradordinário em termos de diálogo connosco. No entanto, deparamos com uma situação de impasse muito grave no aspecto financeiro – quer no que toca ao famoso plano do SIII, quer no que respeita ao financiamento dos apoios à exportação – e no que toca à obtenção de créditos. De facto, é aí que se verificam os estrangulamentos mais sensíveis de que este e outros sectores se têm vindo a queixar.

Por outro lado, convém referir que antes de 1982 existiam certos mecanismos que nalguns casos eram, sensivelmente, mais benéficos do que os que foram criados no âmbito das inciativas referentes ao «ano da exportação». Repare-se, todavia, que esse foi um ano que se viveu numa conjuntura interna e externa perfeitamente desfavorável, pelo que talvez não tivesse sido o mais aconselhável para fazer o «ano da exportação». Mas o que se passou foi que o Estado não pôs os meios financeiros necessários à disposição de quem concebeu este plano de apoios à exportação.

Além de tudo isto, não foram desbloqueadas outras situações como as relativas ao sistema SIII e as coisas chegaram ao ponto de muitas vezes os bancos, em Portugal, afirmarem: 'Pois é, está tudo muito bem, o sr. já tem o despacho do secretário de Estado do Plano, mas nós é que não temos indicação para bonificar o empréstimo que pediu.'»

«Uma certa desilusão»

«Em suma, há, efectivamente, por parte dos empresários, uma certa desilusão em relação aos mecanismos que o Ministério das Finanças pôs em funcionamento, porque foram altamente insuficientes para responder à política que o Ministério da Indústria definiu e bem.»

«DL» – E as perspectivas para as indústrias eléctricas e electrónicas, quais são elas, nomeadamente, face à adesão à CEE?

S. C. – «Ai do empresário que não seja optimista. Temos que o ser, mas temos também que ser realistas. O sector tem capacidade para reagir à chamada crise. Tem em si mesmo o germe para o fazer e vai continuar a apostar no investimento.

«Se as condições de estabilidade económica do País melhorarem; se os «dossiers» de adesão à CEE continuarem a ser suficientemente defendidos e a abrir-se uma perspectiva positiva e de boa gestão, como em geral podemos dizer que tem acontecido; eu diria que o sector não verá só a «ameaça» da abertura das suas fronteiras, mas também a oportunidade do alargamento do seu mercado potencial.

O sector empresarial português naturalmente, que tem diferentes vulnerabilidades à adesão à CEE, mas eu acredito que as indústrias do material eléctrico e electrónico têm aí uma boa oportunidade, mais do que uma «ameaça».

O nosso sector tem capacidade para ser concorrencial, em termos de preço e qualidade, com aquilo que é fabricado lá fora.

Considero, porém, que tem que se acreditar nas possibilidades dos portugueses. Não nos podemos remeter às «carpideiras» do descrédito nacional face à sociedade internacional.

Efectivamente, nós temos capacidade para ir mais longe. Precisamos é de uma vontade harmónica nesse sentido por parte de todas as componentes da nossa sociedade.»

A Indústria eléctrica e electrónica

A facturação global da indústria eléctrica e electrónica portuguesa ultrapassou os 55 milhões de contos no ano de 1982. Quarenta por cento deste montante, ou sejam 20 milhões de contos, correspondem a exportações que representam 8% de todas as vendas para o estrangeiro da nossa indústria transformadora e 7% do total das nossas exportações.

A caracterização do sector das indústrias eléctricas e electrónicas não é fácil de fazer, dada a ausência de estatísticas oficiais posteriores a 1979.

A **indústria eléctrica** engloba: fabricação de máquinas estáticas e rotativas; fabricação de aparelhagem e equipamentos; fabricação de fios e cabos isolados; fabricação de elevadores e monta-cargas; fabricação de aparelhos de medida e controlo e automação; fabricação de acumuladores e pilhas; fabricação de lâmpadas e material para iluminação; fabricação de aparelhagem ligeira para instalação doméstica de BT e fabricação de electrodomésticos.

A **indústria electrónica**, por sua vez, engloba: fabrico de sistemas e equipamentos electrónicos e telecomunicações; fabrico de componentes electrónicos; fabrico de aparelhos de rádio, TV, gravadores, gira-discos, etc.

A localização das unidades industriais do sector corresponde, predominantemente, aos distritos de Lisboa, Porto, Braga, Setúbal e Aveiro. Nestas zonas concentram-se 92% dos estabelecimentos fabris, que originam 94% das vendas totais e 93% do emprego.

As empresas de maior dimensão situam-se em Braga, Setúbal e Aveiro, e as de menor dimensão no distrito do Porto. O número médio de trabalhadores empregues por cada estabelecimento fabril é de 503, sendo nitidamente superior à média da indústria transformadora.

No total, o sector emprega 31.702 pessoas (actualmente, segundo o ICEP, são cerca de 34.000) em 63 unidades industriais, 8 das quais têm mais de 1000 trabalhadores, 13 entre 401 e 1000, 14 de 1 até 50, 5 entre 51 e 100, 14 entre 101 e 250 e 9 entre 251 e 400.

Ainda no que respeita ao emprego, 34% dos estabelecimentos fabris absorvem 82% dos trabalhadores do sector, enquanto que 52% apenas representam 9% do emprego total. O crescimento, neste campo, cifrou-se em 11% entre 1973 e 1979. tendo a despesa média por trabalhador crescido mais rapidamente do que a inflação.

Vendas

No que toca às vendas, que atingiram quase os 60 milhões de contos no ano passado, a concentração do sector é ainda mais elevada do que a do emprego: as 30 unidades que vendem mais de 200 mil contos/ano abrangem cerca de 91% das vendas totais.

O crescimento das vendas a preços correntes, entre 1973 e 1979, rondou os 400%, com uma passagem de 7.153 mil para 28.454 mil contos, o que significa um aumento à taxa anual agregada de 25,8%. A preços constantes, as referidas vendas cresceram, em igual período, cerca de 25%, o que traduz uma taxa anual agregada de 4%. Ainda a preços contantes, as vendas só em 1978 é que ultrapassaram o valor de 1974, tendo-se registado acentuadas quebras entre 1975 e 1976.

No que respeita ao Valor Bruto da Produção (VBP), a indústria eléctrica e electrónica portuguesa cresceu entre 1973 e 1979 de 5 milhões 735 mil para 24 milhões 185 mil contos. Nesses dois anos, a participação do Valor Acrescentado Bruto no VBP passou de 2 milhões 396 mil para 10 milhões 046 mil contos, o que representa, em ambos os casos, 42% do VBP desses anos.

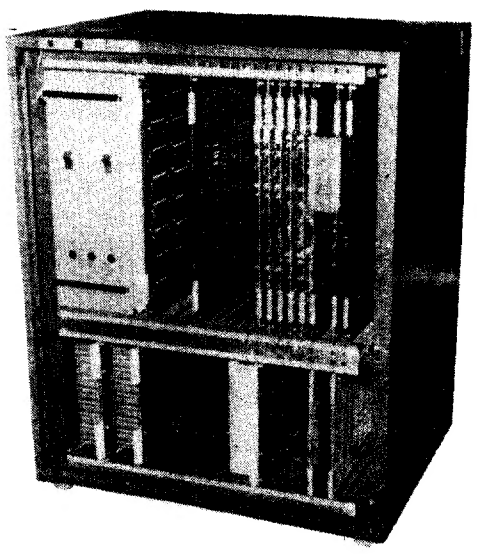
CESSÃO DE TECNOLOGIA

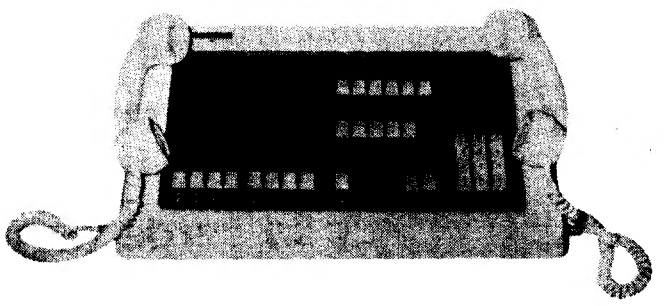
COMELE

Central Telefónica Electrónica (PPCA/E)

CICERON

O estabelecimento do contrato de cessão de tecnologia entre a Citofone e a empresa francesa Comele, compreende a fabricação, comercialização, instalação e manutenção de centrais electrónicas, privadas, assim como telefones de teclas com memória, respondedor telefónico e marcadores telefónicos Dial-O-Mat.
A cessão de tecnologia, extensível aos novos países de expressão portuguesa, significa a aquisição da mais moderna tecnologia e constitui um marco importante na solução das nossas necessidades no campo da comunicação electrónica.





CITOFONE
COMUNICAÇÕES E ELECTRÓNICA, CRL.
Av. Alvares Cabral, 41-A/B · 1200 Lisboa
Tel. 65 29 51 - 65 78 81/2 · Telex 16 629 Iberon P

Eléctricos rápidos estão a chegar a Lisboa

Inaugurados em 1901 e condenados «à morte» nos anos 60 – a década da energia barata – os eléctricos de Lisboa têm futuro assegurado, com uma nova geração de veículos rápidos, que a Carris apresentou em miniatura no ENDIEL.

A exemplo das grandes metrópoles, onde o eléctrico continua a deter um lugar cada vez mais importante, Lisboa vai reabilitar uma tradição de 80 anos. De facto, os eléctricos são ainda um velho amor, pelo menos para 78% dos lisboetas, segundo foi revelado por um recente estudo de opinião; além disso, os eléctricos continuam a transportar mais de 90 milhões de passageiros por ano, ou seja, cerca de 16% dos lugares oferecidos pela Carris e pelo Metropolitano; finalmente, os eléctricos envolvem consumos energéticos baixos e não são poluentes.

Mais rápidos (65 km/h), maiores (20 metros de comprimento e lotação para 150 pessoas), mais modernos, correspondendo a uma tecnologia totalmente diferente da actual

os eléctricos rápidos serão construídos por um consórcio português – a «Transrail», formada pela Sorefame e pela Efacec – com incorporação de cerca de 80% de indústria nacional. Destinados prioritariamente à linha marginal – entre a Cruz Quebrada e a Praça da Figueira e, numa segunda fase, entre a Praça do Comércio e Moscavide – os eléctricos rápidos representam um investimento moderado quando comparado com outros modos de transporte.

Linha marginal: a renovação necessária

A moderna frota de eléctricos, que a Carris vai pôr a circular, exige a renovação de parte da linha existente, ainda assente em travessas de madeira. Este projecto de modernização, situado na sua maior parte, numa zona antiga da cidade, permitirá um novo ordenamento do trânsito e uma remodelação de pavimentos.

Miniatura de «eléctrico rápido» circulando no ENDIEL frente a um painel com imagens fotográficas da cidade

Numa primeira fase, 53% dos percursos serão no mínimo reservados aos eléctricos, garantindo uma efectiva prioridade aos transportes públicos, essencial para a obtenção de velocidades comerciais aceitáveis e de elevados padrões de serviço público.

O sistema de sinalização de trafego citadino regulado por computador, irá aceitar «ordens» emitidas por um sistema de comando de agulhas que permitirá dar prioridade à passagem de eléctricos rápidos. Este facto acrescido à circunstância dos eléctricos circularem, em mais de 50% do seu percurso, em faixa reservada e aliado às suas características específicas de velocidade vão permitir ao eléctrico rápido velocidades comerciais substancialmente maiores do que as conseguidas actualmente.

A renovação da linha acima referida desenvolver-se-á em duas fases: primeiro a Marginal Oeste – Cruz Quebrada/Praça da Figueira – e, mais tarde, Marginal Leste – Praça do Comércio/Moscavide.

No que respeita à primeira fase, proceder-se-á entre Maio do ano passado e Dezembro de 84, nomeadamente ao completo reordenamento dm trânsito na Baixa Pombalina, entre a Praça do Comércio e a Praça da Figueira, prevendo-se que a Rua da Prata fique inteiramente reservada a transportes públicos.

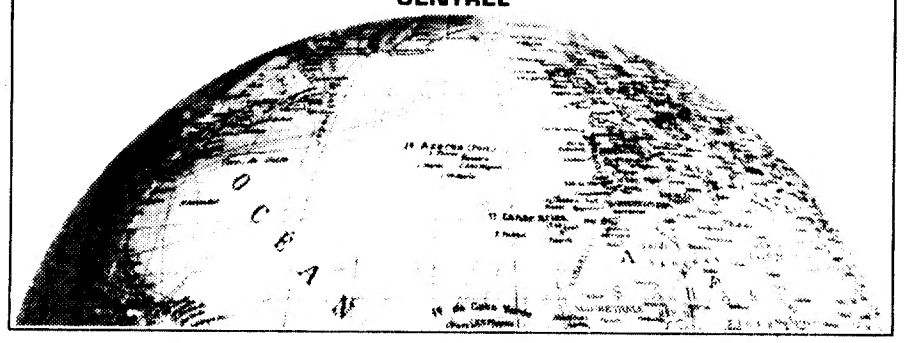
Os veículos destinados à linha marginal serão do tipo de articulação simples com dois bogies motores e um terceiro bogie não motorizado, servindo de suporte à articulação entre as duas partes da caixa. Quanto ao tipo do veículo, haverá duas alternativas: veículo unidireccional, com portas, só de um lado e posto de manobra à retaguarda, eventualmente previsto para conversão em bidirecccional; e veículo bidireccional com duas cabinas de condução e portas dos dois lados.

Por outro lado, as novas linhas vão ainda exigir uma profunda remodelação da rede de tracção eléctrica e da catenária. A nova rede apresentará as seguintes características: **alimentação em alta tensão** a partir da rede de 10 KV da EDP, em vez da actual rede própria da Carris de 30 KV; **subestações de 2 em 2 km** cuja construção e equipamento se prolongarãm por dois anos (1982-84) e que vão permitir alimentar uma nova frota de eléctricos com uma potência muito superior aos actuais e substituir equipamentos obsoletos e reduzir encargos de mão-de-obra.

LATINA

CENTREL

CENTREL
CENTREL
CENTREL
CENTREL
CENTREL
CENTREL
CENTREL
CENTREL



NÃO HÁ DISTÂNCIA NO NOSSO MUNDO

CENTREL

Comunicar cada vez melhor

O maior Grupo Português de Telecomunicações e Electrónica com tecnologia própria. Somos uma organização 100% nacional assegurando mais de 3.700 postos de trabalho.

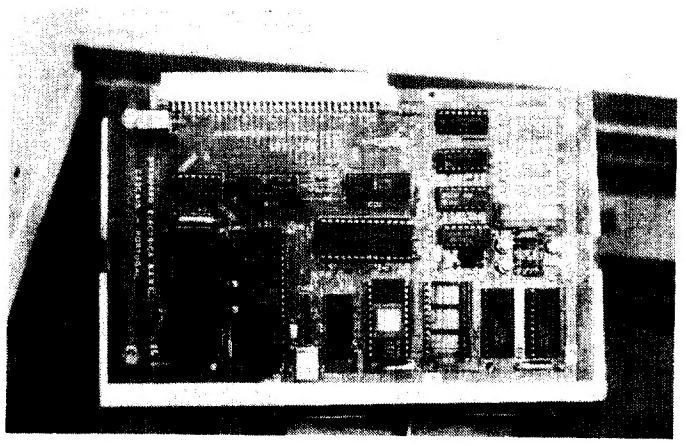
Centrais Telefónicas, Telefones, Rádio, Transmissão, Sistemas, Televisão, Metalomecânica, Instalações

A qualidade de nossos produtos é reconhecida nos cinco Continentes: Hong Kong, Iraque, Malta, Nova Guiné, Venezuela, Angola, Moçambique, Zimbawe, Irlanda, Reino Unido, Papua .....

CENTREL AUTOMATICA ELECTRICA PORTUGUESA, S.A.R.L AEP

Av. Infante D. Henrique, 333 — 1800 LISBOA Telef. 31 31 71, 33 10 51 (9 linhas) Telex. 12190 CAEPCR P

Microcomputador feito em Cascais



Os técnicos da Standard Eléctrica, em Cascais, desenvolveram um projecto, recentemente concluído, que levou à fabricação de um microcomputador de utilização generalizada em aplicações de controlo. Trata-se do microcomputador «single board» SBC-X85 que já está a ser utilizado como módulo de controlo no excitador STDL 1000a, na Unidade de Comando Distante RCUL 1100A (equipamento de transmissões militares) e no Cherex-CTU 850 A (equipamento de cifragem de mensagens). As suas características principais são: Microprocessador 8085 A; memória EPROM até 8 K bytes (2x2732); Memória RAM: 256 bytes + 256 bytes com «back-up» por bateria; Interface série com «Bande Rate» programável; 22 linhas de entrada/saída programáveis; Barramento de dados, endereços e controlo amplificados, estando disponíveis para expansão externa.

O "falso" sr. Lassberg

Um gadget extremamente simples, mas totalmente desconhecido no nosso país, conseguiu ser vedeta no ENDIEL/83: um falso senhor Lassberg, com voz sincopada, trejeitos na boca, e olhos em permanente movimento, apresentava, sentado atrás de uma secretária, a actividade da Siemens. O corpo do falso sr. Lassberg estava imóvel e apoiava as suas mãos amareladas de manequim sobre a mesa. A voz, a posição estática da cabeça, um ligeiro 'tremelicar' da cara coberta de tiques e as mãos de manequim indiciavam que aquele não era o verdadeiro Lassberg.

Ao lado, tal como mostra a foto de José Tavares, o director de informação e publicidade da Siemens (o verdadeiro sr. Lassberg), mostrava por vezes aos visitantes a natureza do 'gadget'. No fundo, nada do outro mundo: a «talking head», concebida por uma firma que não está estabelecida em Portugal, baseia-se na projecção de um filme num ecrã tridimensonal que é um busto da pessoa filmada, esculpido em fibra de vidro. O busto está lá, branquinho, e a imagem é-lhe projectada em cima, através de um sistema de espelhos, com o recorte necessário para não estravasar o ecrã.

Alguns truques complementares fazem tremer a imagem e o som, de modo a reforçar a dúvida do observador em relação à natureza do que está a ver. Um sucesso de qualquer modo!